

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E
BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS**

**ENTRE A OBRIGATORIEDADE E A EXECUÇÃO: AS
FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS NO BRASIL E A FORMAÇÃO
POLÍTICA**

APRESENTADO POR

PRISCILA SCHMITZ DUARTE

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO
MÁRCIO GRIJÓ VILAROUCA

Rio de Janeiro
2020

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E
BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS**

**ENTRE A OBRIGATORIEDADE E A EXECUÇÃO: AS FUNDAÇÕES
PARTIDÁRIAS NO BRASIL E A FORMAÇÃO POLÍTICA**

APRESENTADO POR

PRISCILA SCHMITZ DUARTE

Rio de Janeiro
2020

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E
BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS**

**ENTRE A OBRIGATORIEDADE E A EXECUÇÃO: AS
FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS NO BRASIL E A FORMAÇÃO
POLÍTICA**

APRESENTADO POR

PRISCILA SCHMITZ DUARTE

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro
2020

PRISCILA SCHMITZ DUARTE

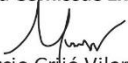
“ENTRE A OBRIGATORIEDADE E A EXECUÇÃO: AS FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS NO BRASIL E A FORMAÇÃO POLÍTICA”.


Dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado em História, Política e Bens Culturais do(a) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre(a) em História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 23/02/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Presidente da Comissão Examinadora: Prof^o Márcio Grijó Vilarouca



Márcio Grijó Vilarouca
Orientador

p/ 
Américo Oscar Guichard Freire
Membro Interno

p/ 
Humberto Dantas
Membro Externo

Nos termos da Lei nº 13.979 de 06/02/20 - DOU nº 27 de 07/02/20 e Portaria MEC nº 544 de 16/06/20 - DOU nº 114 de 17/06/20 que dispõem sobre a suspensão temporária das atividades acadêmicas presenciais e a utilização de recursos tecnológicos face ao COVID-19, as apresentações das defesas de Tese e Dissertação, de forma excepcional, serão realizadas de forma remota e síncrona, incluindo-se nessa modalidade membros da banca e discente.


Celso Corrêa Pinto de Castro
Diretor


Antonio de Araujo Freitas Junior
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação FGV
Antonio Freitas, PhD
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Fundação Getúlio Vargas

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial*, o Presidente da Comissão Examinadora assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Duarte, Priscila Schmitz

Entre a obrigatoriedade e a execução: as fundações partidárias no Brasil e a formação política / Priscila Schmitz Duarte. – 2020.
143 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Márcio Grijó Vilarouca.

Inclui bibliografia.

1. Partidos políticos – Brasil - Organização. 2. Partidos políticos – Sociedades, etc. 3. Ciência política. I. Vilarouca, Márcio Grijó. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 324.2

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403

Resumo:

Diante da importância dos partidos políticos para o funcionamento dos regimes democráticos contemporâneos, é fundamental compreender como as agremiações partidárias se estruturam e as organizações que se relacionam formalmente com elas. No Brasil, a partir da estrutura legal desde a pregressa Lei dos Partidos Políticos de 1965 (LOPP n. 4.740/65, incisos IV e V, revogada), é facultado aos partidos políticos a criação de fundações partidárias para estimular a educação e formação política em âmbito nacional. O objetivo deste trabalho, portanto, é descrever, sistematizar e discutir as principais contribuições nacionais e internacionais para o estudo dessas fundações, sobretudo, no que se refere à análise da estrutura e do funcionamento interno e sua relação com o modelo e material de formação política produzido por estas organizações.

Palavras-chave: fundações partidárias; institutos partidários; formação política; partidos políticos - Organização

Abstract:

So as political parties have been acknowledged as essential organizations for the functioning of contemporary democratic regimes, it is fundamental to understand how party organizations are arranged and the institutions formally related to them. In Brazil, from the legal framework since the previous Law of Political Parties from 1965 (LOPP n. 4.740/65, items IV and V, repealed), it is bestow for political parties to create party foundations to stimulate political education and formation at the national level. The purpose of this work, therefore, is to describe, systematize and discuss the main contributions both nationally and internationally to the study of these foundations, especially with regard to the analysis of the structure and internal functioning and its relationship with the model and material of political formation produced by these organizations.

Key-words: party political foundations; party institutions; political formation; political parties
- Organization

Agradecimentos

A realização desta pesquisa e, conseqüentemente, desta dissertação não seria possível sem o apoio de diversas pessoas.

Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, professor doutor Márcio Grijó, por toda paciência, atenção e direção não só referente a este trabalho em si mas também em outros aspectos da minha futura trajetória acadêmica.

Desejo agradecer igualmente aos professores Humberto Dantas, Américo Freire, José Paulo Martins Júnior e Paulo Baia por todo amparo e apontamentos durante a realização desta empreitada.

Agradeço aos meus amigos por toda complacência nestes últimos dois anos. Lilly, Jorge, Giselle, Miguel, Thaís, Silvia e Lucca, muito obrigada por estarem sempre ao meu lado e por entenderem as minhas ausências durante esse período.

Gostaria de agradecer imensamente à minha família por todo sacrifício que fizeram para que eu chegasse até aqui. Sem o apoio incondicional de todos vocês, eu nada seria.

Por fim e igualmente importante, gostaria de agradecer a todos os funcionários das fundações aqui apresentadas. Muito obrigada por toda atenção, cooperação e assistência durante os últimos 18 meses.

Lista de abreviaturas

AI-2 - Ato Institucional nº 2

AI-5 - Ato Institucional nº 5

Arena - Aliança Renovadora Social

CDU - *Christlich-Demokratische Union Deutschlands*

Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

CSU - *Christlich-Soziale Union in Bayern*

DEM - Democratas

ESG - Escola Superior de Guerra

FDP - *Freie Demokratische Partei*

FJM - Fundação João Mangabeira

FLB-AP - Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini

FMC - Fundação Milton campos

FPA - Fundação Perseu Abramo

FUG - Fundação Ulysses Guimarães

FVHD - Fundação Verde Herbert Daniel

IEPES - Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais

IPH - Instituto Pedroso Horta

ITV - Instituto Teotônio Vilela

KAS - *Konrad Adenauer Stiftung*

LPP - Lei dos Partidos Políticos

LOPP - Lei Orgânica dos Partidos Políticos

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MP-RJ - Ministério Público do Rio de Janeiro

MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

NOP - Núcleo de Opinião Pública

PDS - *Partei des Demokratischen Sozialismus*

PDS - Partido Democrático Social

PFL - Partido da Frente Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PPB - Partido Progressista Brasileiro

PPR - Partido Progressista Renovador

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV - Partido Verde

SED - *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*

SPD - *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

Sumário de quadros

Quadro 1: similaridades entre as diferentes expressões

Quadro 2: grau de associativismo entre *think tanks* internos e partidos

Quadro 3: número de *think tanks* interno por país

Quadro 4: partidos alemães e suas respectivas fundações até os anos 1990

Quadro 5: Partidos políticos alemães e suas respectivas fundações depois da reunificação

Quadro 6: linha do tempo momento histórico

Quadro 7: Fundações Partidárias na Redemocratização

Quadro 8: quadro comparativo da estrutura institucional das Fundações Partidárias

Quadro 9: quadro comparativo das atividades desenvolvidas pelas Fundações Partidárias

Quadro 10: quadro comparativo da estrutura das Fundações Partidárias estudadas por Reis e Grill (2016)

Quadro 11: *corpus* da pesquisa e alterações estatutárias

Quadro 12: configuração organizacional a nível nacional

Quadro 13: composição e competência do Conselho Técnico da FMC/PP

Quadro 14: configuração organizacional à nível nacional - Dimensão hierárquica

Quadro 15: quantidade de membros em cada Conselho

Quadro 16: composição e competências do Conselho Curador

Quadro 17: composição e competências do Conselho Executivo

Quadro 18: composição e competência do Conselho Fiscal

Quadro 19: comparativo de informações presentes nos sites das Fundações Partidárias

Quadro 20: tipos e subtipos de modelos de formação política

Quadro 21: modalidade de formação política por fundação partidária

Quadro 22: metodologia adotada pelas fundações na formação política

Quadro 23: capilaridade por metodologia adotada pelas fundações

Quadro 24: coordenadas de tipologia dos programas de formação

Quadro 25: *corpus* do material de formação da FUG/MDB

Quadro 26: corpus do material de formação da FLB-AP/PDT

Quadro 27: categorias iniciais da análise de conteúdo

Quadro 28: categorias intermediárias da análise de conteúdo

Quadro 29: categorias finais da análise de conteúdo

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1 – A formação política como problema de pesquisa: a literatura sobre partidos e fundações partidárias no Brasil e no mundo	23
1.1 Afinal, educação política ou formação política?.....	24
1.2 Tipologia de partidos e a função educadora das legendas: o que deixamos passar?.....	31
1.3 Fundações Partidárias ou <i>Party Tanks</i> ? O dilema da literatura nacional e internacional	39
1.3.1 <i>Party Tanks</i> e os limites conceituais	40
1.3.2 Fundações Partidárias: definição conceitual e funcional	45
1.4 A origem das fundações partidárias no mundo: o modelo alemão e a exportação para o resto do mundo	46
1.5 A literatura sobre fundações partidárias no Brasil	51
Capítulo 2 – Desvendando as fundações partidárias no Brasil: evolução histórica e sua estrutura organizativa	58
2.1 Histórico no Brasil: evolução jurídica, narrativas e condicionantes sócio-históricos	59
2.2 O que sabemos sobre estrutura e organização das fundações partidárias.....	72
2.2.1 Análise dos estatutos	78
2.2.2 Análise dos sites	92
Capítulo 3 – A formação política como prática: tipologias e análise do material produzido pelas fundações partidárias brasileiras	97
3.1 Proposta de tipologia sobre modelos de programas de formação política das fundações partidárias brasileiras.....	99
3.2 Uma proposta de exploração do material de formação política: estudo de caso da FUG/ MDB e FLB-AP/PDT.....	111
3.2.1 Análise de conteúdo: regras, criação e definição de categorias.....	112
3.2.2 Inferência e discussão dos resultados da análise de conteúdo.....	118
3.2.2.1 Formação para aperfeiçoamento individual.....	118
3.2.2.2 Formação para participação política.....	119
3.2.2.3 Formação pragmática-eleitoral.....	121
3.2.2.4 Formação técnica-instrumental.....	123
3.2.2.5 Formação ideológica-partidária.....	126

Considerações finais.....	130
Anexos.....	134
Bibliografia.....	135
Referências	141

Introdução

Não é raro deparar-nos com definições sobre o governo democrático moderno onde há alusão aos partidos políticos como um dos atores fundamentais do regime. De maneira geral, os partidos políticos são apresentados como aparato fundamental da democracia, uma vez que agrupam indivíduos com interesses em comum e os representam, operando instrumentalmente a máquina democrática e funcionando como elo da sociedade civil para com o Estado (Mainwaring, 1999).

Como aponta Amaral (2013), desde o pioneiro trabalho de Michels (1911), diversos estudos acerca das agremiações partidárias apontam a importância dos partidos políticos para o êxito dos regimes democráticos, sendo por meio deles que o regime político se organiza e se estrutura. Cardim (2003) argumenta que há pontos fundamentais para a efetivação de um sistema democrático que vai além da concepção minimalista¹ de democracia, amplamente defendida pelos cânones da Ciência Política. Além da importância do sistema eleitoral e do sistema partidário, a cultura e a educação política são elementos indispensáveis e condições fundamentais para a consolidação de regimes democráticos e do funcionamento de um sistema político democrático efetivo (Cardim, 2003).

Estão previstas na estrutura legal dos partidos, no Brasil, desde a primeira Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1965 (LOPP n. 4740/65), que regia o funcionamento das agremiações brasileiras, a determinação como função permanente das legendas da provisão de cursos direcionados à difusão doutrinária, política e ideológica, e educação cívica, assim como pela criação de institutos de instrução política com a finalidade de formar e renovar quadros políticos. Também é prescrito e exigido aos partidos a destinação de uma porcentagem do fundo partidário para a manutenção dos mesmos, regulamentado desde a pregressa Lei dos Partidos Políticos de 1971 (LOPP n. 6.339/71), que estabelecia através de seus dispositivos legais, no mínimo vinte por cento do Fundo Partidário, a serem utilizados na manutenção e nas atividades das fundações partidárias. Como Cardim (2003) aponta, a redação de novos dispositivos do arcabouço jurídico que regulamentam as atividades dos partidos políticos e, conseqüentemente, das fundações partidárias a eles vinculados, ilustra as diversas etapas que estas organizações passaram ao longo dos anos, sendo, nas palavras do autor, marcadas pela descontinuidade e pela incerteza de seus recursos e programas. Atualmente, estão registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em atividade, 28 fundações partidárias. Todas as fundações exibem perfis em

¹ Para mais explicação, ler Pateman (1992).

redes sociais como o *Facebook*, mas somente cinco fundações não apresentam site próprio e indicação do seu endereço físico, sendo elas: a Fundação Solidarista do PHS, a Fundação Juscelino Kubitschek do PMN, o Instituto José Luiz e Rosa Sundermman do PSTU, a Fundação Rede Brasil Sustentável da REDE e a Fundação NOVO do partido NOVO.

Considerando que nas últimas duas décadas há um crescente número de estudos que analisam as diferentes ações de educação política e o papel de diversos atores neste cenário, assim como também a publicação de diversos estudos que apresentam como foco de análise as fundações partidárias brasileiras, ainda há uma lacuna na Ciência Política nacional no que tange a interseção entre estes dois fenômenos: o papel dos partidos e das fundações partidárias na implementação de ações educativas. As contribuições existentes no campo da educação política estão focadas em atores individuais ou coletivos que implementam ações formais voltadas aos jovens. E do outro lado, os estudos produzidos sobre fundações partidárias analisam aspectos estruturais e jurídicos destas organizações. Ao mesmo tempo, ao analisarmos os trabalhos publicados na área temática sobre partidos políticos, quase se esquece a função permanente às agremiações do desenvolvimento de programas de educação política, desempenhado fundamentalmente pelas fundações partidárias. Desta forma, concebo que compreender questões relacionadas ao desenvolvimento de orientações e práticas políticas por estas organizações, assim como a forma como distintas experiências moldam essa dimensão da educação política, é tão urgente quanto sempre foi. Ainda que existam trabalhos importantes e relevantes em vias de investigação no campo da educação política, as ações produzidas pelos partidos e suas respectivas fundações partidárias não acompanhou o progresso do campo.

Posto isto, o presente trabalho tem como objeto de análise as fundações partidárias que apresentam ligações formais e legais com os partidos políticos brasileiros, apresentando a relação destas com a implementação de programas de formação política. A temática é relevante, não somente pelo objeto e a questão a ele vinculado serem temas muito pouco explorados na literatura brasileira e estrangeira, como também por ser uma matéria em voga, diante do debate produzido por diversos acadêmicos acerca da importância da produção de conhecimentos que melhorem efetivamente a qualidade e o debate democrático. Considerando o estudo pioneiro no Brasil de Cardim (2003), são quase 20 anos sem grandes avanços sobre o estudo de fundações partidárias. No que tange o conteúdo sobre a função educadora das agremiações partidárias brasileiras, o primeiro e único esforço produzido pela literatura nacional encontra-se no trabalho de Henrique (2005). O interesse por uma pesquisa que aborda a questão das fundações partidárias brasileiras e a formação produzida emana da possibilidade do estudo apontar quais caminhos estão sendo tomados e quais aspectos são abordados em

detrimento de outros, no que diz respeito ao debate produzido por estes atores. A análise aqui produzida oferece uma contribuição efetiva para a organização e definição de uma área de estudos voltada à função educadora das agremiações partidárias, além de identificar os aportes significativos da construção de um debate sobre as fundações e formação política, apontando as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa e as lacunas a serem preenchidas futuramente.

A pesquisa justifica-se também diante da importância de se compreender o significado e o papel desempenhado por esses atores na democracia, como instituições políticas que atuam na esfera da influência, formulação e análise de programas políticos. Além do mais, tais fundações recebem montantes significativos, provenientes dos recursos da União, para a sua manutenção e para a formação de seus quadros e, por isso, devem ser objeto constante de investigação por parte do poder público, da sociedade e da academia. Este estudo, portanto, pretende aventurar-se nesta brecha de forma a contribuir para a compreensão da atuação e organização destes atores na arena política, a partir da aplicação de uma análise da teoria dos partidos políticos sem adotar um referencial teórico específico como paradigma, focando na investigação de organizações que fazem parte de um sistema de inter-relações e influências formais com os partidos e o sistema político. Esse estudo sobre a formação política produzida pelas fundações partidárias brasileiras visa contribuir para a arena de estudos a partir de dois aspectos. Primeiro, tomando as fundações partidárias como variável dependente, examino como a estrutura organizativa destas instituições são condicionadas pela sua história evolutiva. Depois, tomando as fundações partidárias como variável independente, analiso como o arranjo institucional dessas organizações influencia o modelo de formação política, a prática e as estratégias desses atores políticos. Permeando estes dois tópicos, porém, ressalto uma terceira dimensão que tem sido negligenciada nos estudos sobre partidos políticos: o desempenho prático da formação política, a partir da análise do material produzido para este fim pelas fundações. Desta forma, esta dissertação tem como objetivo apresentar análises qualitativas a fim de evidenciar as estratégias adotadas na produção da formação política pelos partidos através das suas fundações partidárias.

Destarte, questões norteadoras deste trabalho podem ser explicitadas da seguinte maneira: o que é e como se dá a concepção, desenvolvimento e definição da formação política produzida pelas fundações partidárias brasileiras? Como surgiram e se desenvolveram as fundações partidárias no Brasil? Quais são as estruturas recorrentes? O desenvolvimento das fundações partidárias consolida um modelo de formação política? A evolução histórica e jurídica prejudicou ou consolidou este modelo? De que forma a estruturação deste modelo de

organização influencia na construção de ações voltadas para a formação política? A hipótese principal desta dissertação se encontra na concepção dos modelos de formação política serem produto do surgimento, desenvolvimento e estruturação das fundações partidárias, sendo utilizada como um mecanismo de reforço de alianças e redes estabelecidas intra partidariamente, sobretudo na solidificação de uma elite partidária. Além do mais, os materiais produzidos nestes programas reforçam a lógica do modelo de partido cartel, sendo majoritariamente voltados para a dimensão governamental-eleitoral, sobretudo devido a forma de arrecadação de seus recursos estarem interligados as cadeiras conquistadas pela legenda. Por fim, importamos um modelo de organização tal qual o produzido pelas fundações alemãs e o tempo em que elas estão ativas e o montante a elas destinadas influenciam os modelos de formação, de forma que fundações mais antigas e com maiores parcelas de financiamento estariam mais bem envolvidas com a formação política, desenvolvendo modelos efetivos.

Este trabalho tem como pressuposto compreender como as fundações partidárias se organizam e de que forma a estrutura adotada por elas influencia no modelo de formação política, além de apresentar uma definição do conceito de formação política, como as fundações usam esse conceito e como moldam sua definição e implementação. O objetivo geral deste trabalho é apresentar categorias e análises qualitativas acerca do material e modelos de formação política produzida pelas fundações partidárias brasileiras, assim como as especificidades existentes entre estas organizações. Adiante, os objetivos específicos podem ser elencados como a contextualização do modelo de fundação partidária brasileira, a partir da evolução histórica e jurídica dessas organizações, assim como a análise da sua estrutura, modelos e atividades produzidas.

A estratégia de tratamento teórico e prático adotado aqui se dá por meio de pesquisa qualitativa, onde a relação dinâmica, contextual e temporal acerca da estrutura e funcionamento das fundações partidárias brasileiras é essencial para responder às indagações iniciais deste trabalho no que diz respeito à formação política produzida pelas agremiações partidárias. Portanto, este trabalho se alicerça em estudos analíticos, cujo propósito é identificar e analisar com maior grau de profundidade estes atores políticos. O *corpus* de análise deste trabalho está fundamentado em seis fundações partidárias: Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (Partido Democrático Trabalhista - PDT), Fundação Ulysses Guimarães (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), Instituto Teotônio Vilela (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), Fundação João Mangabeira (Partido Socialista Brasileiro - PSB), Fundação Milton Campos (Partido Progressistas - PP) e Fundação Verde Herbert Daniel (Partido Verde - PV). A seleção destas fundações se dá com base em critérios qualitativos a respeito dos

posicionamentos das legendas dentro do *continuum* da escala ideológica, onde priorizei abordar fundações as quais os partidos se encontram compreendidos no espectro de centro, sendo então contatadas sete fundações. Para justificar a premissa desses partidos estarem situados neste prisma, utilizei o estudo produzido por Maciel, Alarcon e Gimenes (2017) sobre a localização ideológica dos partidos brasileiros. A análise comparativa dos autores leva em consideração os dados produzidos pela Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) coordenada por Power e Zucco de 2013 e da classificação de Tarouco e Madeira (2015), a partir de dois *surveys* respondidos por especialistas: o de Wiesehomeier e Benoit (2007) e da Associação Brasileira de Ciência Política de 2010. Desta forma, Maciel, Alarcon e Gimenes (2017) apresentam o MDB como o partido que se consolida com um posicionamento de centro de forma unânime, colocando esta agremiação como ponto central na pesquisa aqui produzida. Os autores apontam o PSB e o PDT como partidos que apresentam congruência na identificação como legendas de centro-esquerda, de forma que estas duas agremiações também foram escolhidas para o *corpus* desta pesquisa. No outro extremo, assim como as conclusões apresentadas por Maciel, Alarcon e Gimenes (2017), encontram-se o DEM e o PP, oscilando entre o aspecto ideológica da direita e da centro-direita, levando a escolha destes partidos para comporem o outro extremo dentro do espectro de centro. Por fim, os autores apontam duas legendas partidárias que apresentam resultados discrepantes no que tange o seu posicionamento ideológico: o PV e o PSDB. Percebe-se que esses dois partidos assumem distintas posições no espectro de centro ao longo dos anos e por este motivo se deu a escolha para compor o quadro de partidos desta pesquisa.

Vale ressaltar que ainda na primeira etapa da dissertação, durante o estabelecimento de contato e laços de confiança com as respectivas fundações, somente a Fundação Liberdade e Cidadania- DEM não apresentou retorno as tentativas investidas tanto através de suas diversas plataformas de atendimento quanto presencialmente em sua sede. Apesar do interesse e aceite em participar deste estudo, no segundo ano da pesquisa, a Fundação Milton Campos - PP parou de responder às tentativas de realização de entrevistas e coleta de materiais empíricos.

Em primeiro plano, serão analisados os estatutos das fundações partidárias que balizam o seu funcionamento. Nesta etapa, será observada a estruturação destas instituições, assim como a organização interna e o organograma das fundações. Além disso, serão feitas análises de documentos, livros, periódicos, *sites* e material de formação política, disponíveis em suas plataformas de forma online, aberta ou fechada ao público, utilizando a metodologia de análise de conteúdo.

A fim de identificar ações informais acerca da estrutura organizativa das fundações, assim como compreender o processo de formação política promovido pelas mesmas, foram

realizadas entrevistas com lideranças a fim de identificar os padrões existentes neste tipo de organização. Tais entrevistas foram feitas *in loco*, nas sedes das fundações, assim como por telefone, principalmente aquelas marcadas para o segundo ano da pesquisa, devido às restrições impostas pelo distanciamento social. Essa fase tem por finalidade encontrar nos relatos aspectos informais da estrutura organizativa, assim como da seleção dos quadros que compõem as comissões executivas, ou seja, aspectos que não se encontram no regimento interno das fundações. Portanto, a análise combinada de metodologias ajudará a: a) mapear o desenvolvimento das fundações partidárias no Brasil; b) sistematizar como se dá a formação e a educação política dentro delas; e c) quais são as principais atividades e redes de associação encontradas em tais organizações.

Posto isto, este trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo tem por objetivo apresentar um estado da arte sobre a literatura existente relativa às instituições políticas associadas aos partidos, de forma a descrever, sistematizar e discutir as principais contribuições, tanto em âmbito internacional quanto nacional, para o estudo das fundações partidárias, assim como na relação destas organizações com a formação política. Para tal, concentrar-me-ei em abordagens que tratam, preferencialmente, de organizações da sociedade civil que possuem vínculos formais com agremiações partidárias. O levantamento dos textos apresentados como fonte básica de verificação para a realização de tal empreendimento, se deu através de pesquisas na ferramenta *google acadêmico* com a utilização de palavras chaves, como por exemplo “fundações partidárias”, “institutos partidários”, “*party political foundation*” e “*political stiftung*”. A partir dos artigos encontrados como fonte básica (Dantas e Fernandes, 2013; Reis e Grill, 2014, 2016 e 2017; Santiso, 2002; Vogel, 1992; Pedrotti, 2006; e Preusser, 2015), textos secundários (Prado, 2009; Henriques, 2015; Pinto-Duschinsky, 1991; Mair, 2000; Cardim, 2003; e Pedrotti, 2005) e novas palavras chaves - “*think tanks* e partidos”, “*think tanks* internos” e “*party tank*” - levando, assim, a construção do debate que se encontra neste capítulo.

O segundo capítulo tem por objetivo aprofundar as reflexões sobre as fundações partidárias e seu desenvolvimento no sistema político brasileiro, a partir da revisão da história jurídica e política no tocante ao sistema partidário e a evolução deste modelo específico de organização a nível nacional, sendo, também, objetivo deste capítulo, identificar e comparar a dimensão organizativa e estrutural destas organizações, a partir da análise dos estatutos, prestação de contas e entrevistas com quadros dirigentes das fundações estudadas. Para tal, concentrar-me-ei em abordagens da literatura especializada no debate referente aos estatutos partidários e nos estudos sobre o funcionamento destas organizações no Brasil. A principal hipótese se encontra na evolução do aparato legal regente das fundações que estabelece um

caráter de obrigatoriedade na implementação destas organizações e de atividades voltadas a formação política, assim como na autonomia da utilização dos seus recursos anuais, produzindo assim uma estabilidade para a organização interna e para a promoção de diversas atividades, ao contrário do que fora proposto por Cardim (2003), onde a redação de novos dispositivos do arcabouço jurídico que regulamentam as atividades dos partidos políticos e, conseqüentemente, das fundações partidárias a eles vinculados, ilustra as diversas etapas que estas organizações passaram ao longo dos anos, sendo, nas palavras do autor, marcadas pela descontinuidade e pela incerteza de seus recursos e programas.

O terceiro capítulo tem por objetivo apresentar um debate acerca da função permanente dos partidos políticos brasileiros, exercido através das fundações a eles vinculadas: a formação política. Para tal, a análise do material disponibilizado por estas organizações se fez essencial. Neste capítulo, volta-se a atenção para a catalogação formal do material fornecido pelas fundações partidárias e no tratamento de dados a partir da análise de conteúdo proposto por Bardin (2011). A hipótese principal que rege este capítulo é que a formação política produzida pelas fundações partidárias segue dois modelos, construídos a partir da sua estrutura organizativa, não excludentes e que podem se dar concomitantemente. O primeiro modelo é feito de maneira extensiva, com escola de formação estabelecidas e com módulos continuados e o segundo modelo encontra-se inserido na lógica de cursos pontuais, específicos e dispersos temporalmente, sendo tratados de forma não linear. No que diz respeito aos materiais utilizados neste dois modelos de formação política, vale ressaltar que de forma geral, eles apresentam compromissos políticos com as premissas estabelecidas pela legenda partidária, sendo elas impactada diretamente pelos programas e ideologias sustentadas pelos partidos, as lutas que envolvem o dia-a-dia e compromissos da arena eleitoral, podendo ser divididos em cinco grupos: materiais voltados para o aperfeiçoamento individual, para a participação política, para a lógica pragmática-eleitoral e para formação ideológica-partidária. As hipóteses deste capítulo se encontram na influência do tempo de atuação e da estrutura de organização da fundação no modelo de formação política. A formação política é voltada para três objetivos essenciais: para ganhar ou aumentar o poder discursivo e influência de um grupo partidário, de forma a legitimar esse grupo; ou para formação de elites intrapartidárias; ou para a formação de quadros partidários mais competitivos e competentes. E, por fim, a medida em que o modelo alemão de fundação partidária reforça alianças e constrói uma rede de participação e de promoção de educação e formação política e social, no Brasil, somente a dimensão intrapartidária é evidenciada. Este capítulo, portanto, tem por objetivo escavar os compromissos para além da verbalização legal, ao sistematizar, catalogar e descobrir relevâncias que se repetem, mas

sobretudo explorar a diferença entre teoria e prática da formação política produzida pelas fundações partidárias brasileiras. Nessa perspectiva, vale ressaltar a articulação existente entre identidade e instrumentalidade exercida pelos partidos políticos e, principalmente, pelas fundações partidárias, o que Reis (1988) aponta ser uma relação paradoxal executada pelos partidos ao fundir valores e interesses no processo político.

Todavia, vale ressaltar que elaborar uma pesquisa sobre a formação política produzida pelas fundações partidárias se mostrou um esforço inexorável por diversos motivos. O primeiro deles, já se apresentou logo na construção do projeto de pesquisa: não se encontra bibliografia consolidada sobre a função educadora dos partidos políticos, nem sobre o surgimento e desenvolvimento das fundações partidárias. No âmbito nacional, encontramos somente um artigo que aborda dimensões sobre o objeto desta pesquisa, feita de maneira exploratória por Henrique (2015). No que tange a literatura sobre as fundações partidárias são esforços individuais de pesquisadores renomados nas áreas das Ciências Humanas, onde estes analisam de maneira exploratória essas organizações (Cardim, 2003; Dantas e Fernandes, 2013; Reis e Grill, 2014, 2016 e 2017; e Preusser, 2015). No âmbito internacional, grande parte das análises existentes sobre estas organizações podem ser definidas a partir da abordagem da cooperação produzida com diversos atores do sistema político (Pinto-Duschinsky, 1991; Vogel, 1992; Mair, 2000; Santiso, 2002; Pedrotti, 2006; Mendizabal e Sample, 2009; Garcé e Uña, 2010), seja a cooperação das fundações partidárias alemãs no desenvolvimento democrático em diversos países, seja a cooperação existente entre *think tanks* internos com os partidos políticos. Este, inclusive, sendo o segundo desafio encontrado durante a pesquisa: a diferenciação da conceituação dessas organizações se fez presente durante a produção desta dissertação. Ora a literatura se refere a estas organizações como Fundações Partidárias, ora como *Think Tanks* internos, embora ambas apresentem estudos que versam sobre organizações direcionadas à produção e formulação de políticas, com vínculo formal ou informal com as agremiações partidárias. Para contornar esta questão, ao longo da construção do primeiro capítulo, foi feito o esforço de dimensionar o grau de associação destas organizações para com a agremiação partidária vinculada, tentando assim explicar a diferenciação existente entre ambos os conceitos.

Se a escassa literatura sobre o tema foi o entrave inicial para a realização desta pesquisa, a falta de fontes primárias também se fez presente. A demora para encontrar formas de acessar fontes primárias produzidas e arquivadas pelas agremiações partidárias brasileira e a limitação do acesso a essas durante o período de distanciamento social também foram empecilhos na construção do segundo capítulo. Se o desafio anterior era a falta de literatura, agora passou a

ser então o acesso às fontes e o estabelecimento de uma interpretação explicativa a partir do que foi encontrado. Isso se dá principalmente pela precariedade nas condições de produção e tratamento do patrimônio histórico das agremiações partidárias brasileiras. De certo, há projetos dos próprios partidos, doação de acervos de documentos partidários e pesquisas acadêmicas que envolvem a documentação e memória destas instituições, mas ainda é prematura a gestão da história partidária e o tratamento de acervo de seus arquivos, gerando diversas vezes fragmentação e perda de diversos documentos. Uma forma de contornar essa dimensão se fez na reconstrução histórica produzida por consultores e estudiosos da memória dos partidos, além da narrativa dos atores operantes, a partir de entrevistas. Chamo a atenção, portanto, para o investimento necessário por parte dos partidos para estruturas voltadas ao armazenamento e sistematização de seus arquivos.

As primeiras conclusões elencadas nesta pesquisa têm como enfoque a perspectiva que o modelo alemão de fundações partidárias produz educação política a partir de ações voltadas ao cidadão enquanto o modelo brasileiro produz formação política voltada ao processo de instrução de quadros e formação de elites dirigentes. Isso se dá, talvez, pelo cenário em que essas organizações surgem. As *stiftungen* surgem durante o processo de redemocratização onde os valores democráticos deveriam ser exaltados enquanto no Brasil, as fundações surgem durante o regime militar, de forma a fortalecer as legendas e seus respectivos posicionamentos diante do regime e, na redemocratização, surgem a fim de robustecer os partidos e o sistema partidário brasileiro. Ademais, a sociografia e o esquema de organização das fundações também influenciam o modelo de formação política. As fundações diferem consideravelmente em termos de tamanho, recursos, alcance, área de ação e estratégia. As fundações partidárias alemãs atuantes no Brasil desempenham um papel importante na formulação de cursos e de formação política, que, em geral, são oferecidas a segmentos internos dos partidos (juventude e mulheres) mas não estão incluídas nesta análise devido ao laço informal com os partidos, atuando diversas vezes em mais de dois partidos.

Capítulo 1 – A formação política como problema de pesquisa: a literatura sobre partidos e fundações partidárias no Brasil e no mundo

No momento em que a democracia é colocada à prova e suas instituições e atores políticos também passam a ser questionados, produzir um estudo sobre formação política, sobretudo relativa àquela elaborada pelos partidos, é uma tarefa essencial. Ainda mais se pensarmos que esta função é exercida pelas fundações partidárias, alvo constante de diversas matérias produzidas pela grande mídia que apontam a sua inércia diante do montante que lhe é destinado. Defronte a este quadro, é primordial sinalizar um direcionamento de estudos sobre partidos que demonstrem a relevância que estes atores subsidiam, principalmente nas ações voltadas à formação política.

O primeiro grande desafio ao tratarmos sobre a formação política produzida pelas fundações partidárias se encontra no debate teórico. À primeira vista, fazer a reconstrução histórica que nos remonte ao surgimento dessas entidades, e conseqüentemente, ao surgimento do termo, seria a primeira saída para tratarmos sobre o tema no Brasil. Trata-se de uma prática acadêmica recorrente elencar os autores referenciais sobre o objeto de pesquisa para compreender as concepções históricas do tema, o contexto, as convergências e divergências de forma a edificar a nossa argumentação. Contudo, diante da escassa literatura que aborde qualquer instância relativa às fundações partidárias e, sobretudo, as lacunas existentes sobre a função educadora dos partidos políticos e atores a eles vinculados, este capítulo tem por objetivo introduzir, questionar e deslocar epistemologicamente o debate sobre educação e formação política, de forma a apresentar os limites presentes no uso destas expressões como sinônimos, assim como apresentar correlações existentes entre os estudos que cercam o tema deste modelo específico de organização.

Durante a pesquisa bibliográfica referente ao tema, identificou-se que majoritariamente os referenciais teóricos, internacionais e nacionais, tratam de instituições vinculadas aos partidos políticos ora utilizando o conceito de Fundações Partidárias, ora utilizando o conceito de *Think Tank* internos e/ou *Party Tanks*. Para compreender tal diferenciação conceitual, é necessário recorrer ao contexto da matriz institucional de cada produção acadêmica encontrada para interpretar o ordenamento jurídico-político do país do estudo e identificar as experiências destas organizações a qual propus abordar nesta pesquisa, verificando se de fato estes autores referem-se ao mesmo modelo organizacional ou se são instituições diferentes. Vale ressaltar que são pouquíssimos os estudos de caso de organizações associadas às agremiações partidárias, sobretudo tratando de características estruturais e organizativas, assim como as

funções desenvolvidas por estes atores políticos. Grande parte da literatura estabelecida sobre instituições com ligações formais ou informais (Fernandes e Dantas, 2013) aos partidos políticos pode ser dividida em dois eixos de análise: (i) os estudos desenvolvidos sobre as organizações vinculadas formalmente aos partidos alemães e a cooperação estabelecida entre estes e outros atores políticos na promoção de valores democráticos ao redor do mundo (Vogel, 1992; Pinto-Duschinsky, 1991; Pedrotti, 2005 e 2006; Mair, 2000) e (ii) a análise da relação existente entre organizações vinculadas formal e informalmente aos partidos latino americanos no ciclo de formulação de políticas públicas (Garcé e Uña, 2010; Mendizabal e Sample, 2009).

No caso brasileiro, a literatura produzida sobre as fundações partidárias se debruça em aspectos históricos e na evolução jurídica de tais organizações, sobretudo evidenciando formulações acerca da estrutura organizativa, o comportamento destas instituições e as funções sociais exercidas por suas cúpulas (Reis e Grill, 2014, 2016 e 2017; Dantas e Fernandes, 2013; Henrique, 2015; Cardim, 2003). Vale ressaltar aqui o estudo paradigmático de Henrique (2015), que apresenta a dimensão das fundações partidárias enquanto atores políticos voltados para a produção de educação e formação política, sendo este o trabalho basilar para esta pesquisa.

Partindo da constatação de que não há literatura que associe dimensões da formação política e os partidos brasileiros, sobretudo conceituando o que se entende por formação política partidária, o presente trabalho tem por objetivo, com base na literatura sobre educação política e fundações partidárias, apresentar uma definição de formação política, suas características e as relações entre os diferentes modelos de partidos e com as fundações partidárias. Desta forma, este capítulo revela dois objetivos concretos: explicitar uma conceituação de formação política em contraponto à formulação acadêmica sobre educação política, assim como identificar quais modelos de formação política podem ser produzidos pelas diversas tipologias de partidos, perpassando o debate produzido pela literatura nacional e internacional sobre fundações partidárias, atores designados nacionalmente para a formulação de programas de formação política.

1.1 Afinal, educação política ou formação política?

É comum nos depararmos com o tratamento de formação política como um sinônimo de educação política. Os dois conceitos são apresentados na literatura como expressões que partilham de um mesmo significado, porém, não são passíveis de tal emparelhamento conceitual. Apesar de ser possível realizar uma aproximação entre os termos, na medida em que a formação política é um dos elementos constituintes e mecanismo essencial no processo de educação política, estes conceitos não podem ser lidos como sinônimos. Esta seção tem por

objeto demarcar e definir o que se entende por formação política, principalmente aquela vinculada às ações produzidas por agremiações partidárias, a partir da compreensão da autora das suas características enquanto fenômeno social e político, em contraposição às elucidações acerca do tema da educação política. Desta forma, o principal objetivo é deslocar epistemologicamente essa aproximação entre os conceitos e apresentar uma definição mais objetiva de formação política. Em especial, para os propósitos desta seção, a visão dos atores envolvidos neste processo é essencial para balizar a demarcação da autora. Posto isso, as percepções e definições apresentadas nos relatos apreendidos durante entrevistas em profundidade realizadas com quadros que fazem parte da estrutura organizativa das fundações estudadas são primordiais.

A principal vertente de pesquisas sobre educação política tem seu foco voltado aos programas produzidos por diversas instituições, centralizando suas análises no ambiente escolar e nos cursos elaborados por entidades legislativas, sobretudo na influência que estas operam na esfera do comportamento e das atitudes políticas da juventude. No entanto, dentro deste campo de estudos, identifica-se a falta de consenso sobre a significação do termo educação política, utilizando-se de diversas expressões similares e, além disso, apresentando múltiplas acepções que diferem de acordo com a percepção de cada autor (Jardim, 2018). Nesta linha de investigação, é possível enumerar a variação da adoção de locução nas abordagens como, por exemplo, *educação cívica*, *educação para a cidadania*, *ensino da democracia*, além do amplo conceito de *educação política* (Jardim, 2018). Sobre a adesão de diversas expressões, Dantas (2017) escreve:

é possível encontrar diferenças nesses termos de acordo com a defesa de diversos autores, mas em linhas gerais o que parece comum é o objetivo de consolidar a democracia por meio do adensamento da capacidade de o cidadão participar, compreender e atuar politicamente de forma mais consistente e a despeito de ideologias e suas variações que devem ser amplamente respeitadas (DANTAS, 2017, p. 13).

Grande parte dos autores que produzem textos sobre o tema da educação política são fortemente imbricados pela percepção que a educação seria um fator decretório da qualidade da democracia (Forlini, 2015). Dantas (2017) indica que o entendimento inicial sobre a importância da educação política é perceptível em autores clássicos como Aristóteles, Platão, Montesquieu, Thomas More, Thomas Jefferson e Tocqueville, na medida em que é possível identificar a ideia de que quanto maior o nível de educação da população, maior também seria o interesse por ações políticas e, conseqüentemente, melhor seriam as tomadas de decisão. O autor também chama atenção para uma dimensão primordial à produção de ações voltadas à

educação política: a questão da atuação política sem qualquer defesa de percepções ideológicas. Em 2010, em outro texto, o mesmo autor defende a percepção da “ética suprapartidária” (Dantas, 2010) como chave fundamental para uma efetiva consolidação de práticas educativas políticas. Alencar et al. (2016) também identificam como pilar essencial da educação política a característica do suprapartidarismo, de forma que as diversas visões e ideologias presentes na sociedade sejam respeitadas, evidenciando o aspecto da neutralidade na produção de suas atividades. Seguindo a mesma linha, Almeida (2016) aponta que o principal objetivo da educação, a partir das atividades e programas produzidos, está correlacionado à visão dos autores clássicos, principalmente ao defender que os cidadãos brasileiros necessitam de uma qualificação mais efetiva para a prática democrática, de forma que a educação política produz um fortalecimento de princípios e instituições democráticas, assim como da participação e representação política.

Apesar de utilizar o termo “educação para a cidadania”, Nascimento et al. (2016) defendem a concepção da importância da produção de atividades educativas voltadas para a juventude, de forma que o fortalecimento democrático depende de uma renovação das atitudes e comportamentos políticos destes, e explicita que a formação política se dá no ensinamento de valores e práticas democráticas, voltada à fomentação de uma cultura política democrática e plural. O conceito de “educação para a democracia”, adotada por Benevides (1996), está calcado em duas dimensões: a formação para valores republicanos e democráticos e, também, a formação voltada para a tomada de decisão (Jardim, 2018). Essas duas dimensões, combinadas, devem abranger três prismas: a formação e informação intelectual, a educação moral e a educação do comportamento (Jardim, 2018). O primeiro aspecto, a formação e informação intelectual, estaria voltado para enfoques históricos e contextuais para a melhor compreensão do formato adotado pelo regime vigente. A educação moral, por sua vez, estaria voltada à propagação de valores democráticos, enquanto a educação do comportamento estaria vinculada ao ensinamento de questões ligadas à pluralidade existente na sociedade e a tolerância, de forma que esta última seria a condição primeira para a perspectiva da cidadania ativa (Benevides 1996 apud Jardim 2018).

Em contrapartida às percepções elencadas anteriormente, na medida em que todos os apontamentos e definições apresentados por estes autores referem-se a programas contínuos voltados ao fortalecimento de valores e práticas democráticas, Fuks e Casalecchi (2016) ao adotarem a expressão “educação cívica”, fazem alusão a programas de curto prazo onde os participantes focam em atividades com objetivo de robustecer as práticas deliberativas e dimensões participativas, ao estimular o aprendizado político conectado às vivências práticas

de seus participantes. Desta forma, a educação cívica seria o único projeto destoante, na medida em que esta é uma ação pontual e os demais estejam implicados em uma lógica de ação contínua e permanente.

Ao fim, fica evidente, assim como proposto por Jardim (2018), que não há consenso sobre a adoção de um termo único para definir ações voltadas para a propagação de valores e práticas democráticas. Parece-nos que grande parte dos conceitos elencados por cientistas sociais e políticos estão vinculados ao processo de educação mais formalizado e permanente, enquanto o único conceito destoante é o de educação cívica que, pelos pressupostos apresentados pelo autor em questão, é definido a partir de uma ação pontual. Desta forma, Jardim (2018) constrói um quadro comparativo dos termos supracitados, de forma a melhor compreender as similaridades entre eles.

Quadro 1: similaridades entre as diferentes expressões

Letramento Político	Educação Política	Educação para a democracia	Educação para a cidadania
Conhecimento das instituições e das ideias políticas e sociais	Questões de ordem teórica e história política	Formação intelectual e informação	
Apropriação de práticas, conhecimentos e valores para o aprimoramento da democracia	Educação que fortalece a democracia, valorizando a representação e a participação	Educação moral (vinculada a valores democráticos) e educação do comportamento	Fortalecimento da democracia e fomento de cultura política baseada em práticas e valores democráticos
Adoção de atitudes e valores para a prática da boa cidadania	Empatia e construção de diálogos saudáveis	Ensinar a tolerância e despertar a cidadania ativa	Mudança de comportamento para a cidadania e democracia
Participação social	Participação social		Importância da participação política

Fonte: elaborado pela autora a partir de Jardim (2018)

Desta forma, Jardim (2018) explicita que tais expressões convergem para a seguinte definição:

“determinante para a qualidade da democracia e dos mecanismos de representação e participação política (Dantas, 2010; Almeida, 2011; Rocha e Vieira, 2011; Forlini, 2015); capaz de consolidar a democracia englobando as capacidades de participar, compreender e atuar politicamente (Dantas, 2017; Cosson, 2010; Benevides, 1996; Almeida, 2011); capaz de abordar atitudes necessárias para a prática da boa cidadania (Crick, 1998; Benevides, 1996); responsável por abordar a história política, do funcionamento das instituições e da cultura política (Almeida, 2011; Carvalho, 2004); fortalecedor da democracia; representante de uma esfera de socialização política (Brenner, 2010); suprapartidário (Dantas, 2010; Dantas, 2017; Almeida, 2011; Alencar et al., 2016; Nascimento et al., 2016); capaz de respeitar um papel de troca

entre educador e educando (Freire, 1987, apud Pellanda, 2016); um processo contínuo, sem um início ou fim demarcado (Cosson, 2010); e imersivo em práticas políticas didáticas, deliberativas e participativas (Fuks e Casalecchi, 2016)” (Jardim, 2018).

Desta forma, com base na literatura supracitada e nos apontamentos de Jardim (2018), as diferentes concepções de educação política podem ser reduzidas em uma dimensão essencial: produção de programas e atividades contínuas, voltadas à sociedade civil, tendo como elemento central a dimensão da neutralidade e da defesa da pluralidade e da liberdade individual, sem apresentar interpelações ou diretrizes ideológicas. Como o próprio cientista político Humberto Dantas defende em diversos textos e entrevistas, os programas de educação política são voltados para uma atuação calcada na ética suprapartidária, sem qualquer defesa de concepções e juízos ideológicos. Desta forma, fica evidente que educação e formação política não podem ser tratadas como sinônimos, na medida em que grande parte dos programas de formação política são produzidos com bases em ideias, valores e ideologias específicas, de forma que a doutrinação de seus ideais é a chave para o entendimento deste conceito.

Grande parte dos movimentos sociais, sindicatos e organizações partidárias utilizam a denominação “formação política” para referenciar programas de curto, médio ou longo prazo, que tenham como principal objetivo produzir ações guiadas por princípios e valores doutrinários específicos e que impactam o processo de compreensão e atuação política dos participantes de forma a apresentar posicionamentos específicos frente a determinados temas. A formação política compõe o processo de educação política, sendo um elemento e mecanismo existente dentro da sua totalidade. Ambos os modelos impactam a vida coletiva, mas o fazem de maneiras distintas: a educação política tem como princípio a consolidação da cidadania a partir da valorização de questões democráticas, enquanto a formação política oferece ferramentas para o empoderamento de grupos e indivíduos de forma a qualificá-los, doutriná-los e lapidá-los para uma melhor atuação política, seja na esfera da representação político-social ou até mesmo eleitoral.

No que diz respeito à concepção de formação política produzida pelas fundações partidárias, os próprios atores inseridos na estrutura organizativa apresentam distintas definições. No geral, a divulgação e fortalecimento de valores e diretrizes partidárias são objetivos essenciais para tais programas e são pressupostos elencados pelos dirigentes entrevistados. Essa dimensão é evidenciada a partir da seguinte fala retirada da entrevista realizada com o Betinho Gomes, coordenador de Organização e Estrutura do Instituto Teotônio Vilela (ITV/PSDB), onde ele enfatiza que levar o ideário do partido aos filiados é a proposta central dos programas de formação:

“A gente está levando a mensagem, o ideário do partido, mas, também, orientação de comunicação, de ética, de planejamento, enfim, de uma série de ações que vão ser importantes para os nossos filiados que vão disputar ou não [...] Na verdade, nós buscamos [...] valorizar o ideário do PSDB da Social-Democracia [...]. Então, nós estamos sempre trabalhando a questão do fortalecimento das teses sociais-democratas. O partido é um partido social-democrata.” (Gomes, 2019).

O coordenador ainda argumenta que o trabalho da fundação é direcionado para o fortalecimento das teses do partido, revelando a presença ideológica como norteadora das ações produzidas pelo programa de formação política do ITV/PSDB. A formação serve, portanto, para fortalecer a base ideológica do partido nos seus filiados. Apesar de apresentar diversas vezes aspectos voltadas as orientações de natureza prática e eleitoral (comunicação, planejamento, questões éticas), estas também são guiadas pelo princípio programático da legenda. Essa característica não se limita apenas ao relato sobre o ITV-PSDB, aparecendo também em outras entrevistas realizadas para o estudo. Leonardo Zumpichiatti, secretário executivo da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (FLB-AP/PDT) reforça a importância da formação abarcar o partido como um todo, de modo a alcançar grande parte de seus filiados:

“[...] ideia da formação política ser algo bastante complexo. Logo no seu projeto inicial, conflitou um pouco com a ideia de que a gente precisava levar essa formação política ao nosso partido como um todo. [...] a gente entendeu que a formação política não cabia só à doutrinação. A doutrinação era fundamental e importantíssima, mas a gente precisava avançar em matérias da economia, do direito, da sociologia, da estatística... Todas essas áreas das sociais e sociais aplicadas, que tangem à política. Inclusive políticas públicas de saúde. E fora isso, a gente precisava ter um certo treinamento profissional em algumas coisas. Oratória, como eu citei, planejamento, enfim, várias atividades que a gente precisava para organizar o nosso partido, para organizar as ações, inclusive, de parlamentares nossos ou dos nossos movimentos sociais” (Zumpichiatti, 2019).

Além da dimensão da doutrinação, a qualificação dos filiados é um aspecto essencial na formulação de programas de formação política produzidas pelas fundações partidárias. Como visto no relato anterior, ações voltadas para a capacitação dos filiados, por mais técnicas que sejam, também são permeadas por questões ideológicas e orientações partidárias. A formação política tem como objetivo preparar, lapidar e direcionar as práticas e comportamentos políticos dos filiados, de modo que valores e qualificação sejam combinados em prol de uma melhor atuação política. Alexandre Navarro, vice-presidente da Fundação João Mangabeira (FJM/PSB), explana num trecho de sua entrevista a distinção formal existente entre o partido e a fundação, mas também a imbricação de valores partidários nas discussões promovidas pelos programas de formação:

“A fundação é distinta do partido - é uma questão técnica, notadamente, técnica -, mas não tem jeito de você não ter uma orientação partidária, política e social. As discussões, notadamente, são as partidárias. [...] Discutimos o Estado, discutimos

política, discutimos a previdência, discutimos a reforma trabalhista, discutimos aquilo que é inerente ao funcionamento do país e das pessoas” (Navarro, 2019).

Os cursos produzidos pelos programas de formação política das fundações partidárias servem, também, como estratégias para a aproximação dos filiados com o partido e suas diretrizes. No que se refere à formação de filiados que almejam se candidatar a cargos eletivos, cada vez mais é requisitada a participação destes em algum módulo produzido pelas fundações. Em grande medida, as escolas de formação de candidatos e os cursos de oratória são as aulas mais visadas pelos filiados e são, ainda, adotadas pelas diversas comissões executivas dos partidos como premissa para a candidatura, como apresentado por João Henrique de Almeida Souza, dirigente da Fundação Ulysses Guimarães (FUG/MDB):

“formação política através de cursos - curso de cidadania, curso de oratória, curso de gestão [...] Candidatos aos cargos obrigatoriamente passam por um curso da Fundação, para poderem ter uma intimidade com o partido” (de Almeida Souza, 2020).

Apesar das explanações acima evidenciarem o papel intrapartidário da formação política, formando e qualificando filiados e quadros partidários, durante a pesquisa de campo feita em 2019 nas fundações estudadas, foi constatado que grande parte dos cursos produzidos por estas organizações são abertos para a sociedade, como pode ser visto no trecho extraído da entrevista de José Carlos Lima da Costa, diretor executivo da Fundação Verde Herbert Daniel (FVHD/PV):

“Geralmente aberto para a sociedade. Não é fechado só para militante do partido. Geralmente, quanto mais aberto a gente puder fazer melhor a gente pode ajudar o partido a ter os melhores candidatos do ponto de vista do voto popular e, também, os melhores candidatos do ponto de vista do programa, é o que a gente faz quando tem eleição. Quando tem eleição, a gente trabalha a sociedade, para entender nossos temas, e os prováveis porta-vozes da causa que a gente defende, que são os candidatos. [...] Eles vão falar da questão dos nossos doze princípios, que são a base do... Nossos 12 princípios que são o Feminismo, o Espiritualismo, o municipalismo, o internacionalismo... São os princípios que a gente... Pelos quais a gente se pauta. Então, essas pessoas que vão sair candidatas, elas precisam, pelo menos, saber dizer para as pessoas esses princípios. Então, a gente trabalha em um processo que tem que ser combinado. Não tem como. A gente tem a conjuntura, a gente tem as eleições e a gente tem a formação mais profunda” (Lima da Costa, 2019).

Desta forma, a formação política produzida pelas fundações partidárias pode ser definida como programas de curto, médio ou longa duração, com objetivo de qualificar quadros partidários, filiados e eleitores, guiados por valores ideológicos e diretrizes partidárias, de modo que combine ações doutrinárias, instrumentais, técnicas e programáticas que suceda numa melhora da representação político-partidária.

A despeito dessa contribuição sobre uma definição inicial das atividades de formação política produzidas pelos partidos políticos e suas fundações, não existem estudos que se aprofundem na análise desta dimensão, e conseqüentemente, deixam de examinar um aspecto

fundamental atividade partidária: a função permanente de formação de quadros. Para poder inserir essa questão no campo de estudos sobre partidos, adoto na próxima seção o conceito de função educadora das agremiações partidárias. Por mais que exista uma diferenciação entre os pressupostos que solidificam as ações da educação política e da formação política, a presença ou não de valores ideológicos, por diversas vezes esses conceitos são justapostos de forma que para fins analíticos, na próxima seção, educação política ainda aparece como um sinônimo de formação política. No que diz respeito à contribuição da literatura de partidos, mesmo assumindo esta posição epistêmica, tampouco há estudos que desenvolvam fortemente uma concepção das atividades de educação política. Na seção que se segue, meu objetivo principal é apresentar uma proposição provisória sobre a relação entre as diversas tipologias de partidos e a função educadora das agremiações.

1.2 Tipologia de partidos e a função educadora das legendas: o que deixamos passar?

Na arena de estudos sobre os partidos políticos e sistemas partidários, Martins Jr. (2017) demonstra que as agremiações partidárias são organizações complexas e heterogêneas, que podem variar de acordo com seus objetivos, suas posições ideológicas, suas origens, suas formas de organização e a maneira a qual se relacionam com as demais organizações sociais. Ao longo dos anos, diversas teorias surgiram nesta área de estudos, de forma que fora construída uma tipologia de modelos de partidos políticos que, de certa forma, estava preocupada com as transformações do desenho organizacional destas instituições, sua estruturação e o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Como aponta Amaral (2013), a longa tradição da Ciência Política de estudos sobre partidos concentra abordagens que tratam, majoritariamente, sobre a estrutura e funcionamento interno dessas organizações, da relação com seus filiados e com a formação de governo. Entre as funções exercidas pelos partidos políticos em democracias representativas, o autor indica que grande parte dos estudos produzidos elencam três funções essenciais a estas organizações: estruturar a competição partidária, agregar interesses e governar e conduzir trabalhos legislativos (Amaral, 2013). Apesar da quantidade de trabalhos e abordagens produzidos sobre organizações partidárias, há diversas lacunas a serem preenchidas, de modo que diversos aspectos da organização dos partidos políticos ainda não receberam a devida atenção e tratamento científico, sendo uma delas a função educadora dos partidos políticos.

Michels (1982), em seu estudo clássico sobre a oligarquização dos partidos políticos, ao tratar sobre a questão da *superioridade intelectual dos chefes profissionais e a incompetência formal e real das massas*, aponta a primeira direção sobre a dimensão da formação política

intrapartidária para a criação de quadros e elites políticas dirigentes. Ao tratar sobre as exigências da vida cotidiana e do trabalho produzido pela massa, o autor defende a premissa que tais questões tornam inacessíveis a estes companheiros o conhecimento aprofundado sobre o funcionamento da máquina política e da vida social. A instrução da direção profissional do partido e o mecanismo partidário de oferecer postos remunerados aos operários operam de forma que estes acabam adquirindo uma maior instrução das relações sociais e da máquina política e, conseqüentemente, produzem uma oligarquização dentro do partido à medida em que as regras eleitorais se tornam mais complexas e o conhecimento é cada vez mais necessário para os quadros partidários e estes se distanciam da massa (Michels, 1982)

O primeiro autor a se lançar ao desafio ao desafio de sistematizar e construir uma tipologia dos partidos foi Duverger (1980), retomando a preocupação da natureza das agremiações partidárias já apresentada por Michels (1982), ao elencar como variável explicativa tanto a origem quanto a ideologia na análise sobre a estruturação, o desenvolvimento e o comportamento das agremiações partidárias (Amaral, 2013). Desta forma, Duverger (1980) diferencia dois tipos de organização: o partido de quadros e o partido de massas, destacando-se o segundo modelo, cuja característica essencial é a construção de mecanismos de integração de um grande contingente de pessoas ao cenário político a partir do forte doutrinário e da relação entre ideologia e organização partidária (Duverger, 1980 apud Amaral, 2013). Desta forma, Duverger (1980) enquadra os partidos socialistas e comunistas nesta tipologia de partidos de massa, destacando a concepção marxista de partido-classe como um modelo partidário com características doutrinárias.

A concepção marxista de partido-classe, também chamada de teoria orgânica dos partidos², compreende o partido como instrumento de formação da consciência social e coletiva, caracterizando-os como os principais agentes de transformação social, para o desenvolvimento da luta e estímulo da consciência política às massas (Mezzaroba, 1994). Nesta concepção, as funções dos partidos vão além das eleições, sendo um meio de ação e exercendo essencialmente a função educadora e libertadora da sociedade, escapando do binômio eleições e representação, e firmando-se como instrumento formador da consciência coletiva. Dentre os principais

² Mezzaroba (1994) divide os estudos produzidos na área de Partidos em duas grandes correntes: aqueles trabalhos que se encaixam na perspectiva da teoria tradicional dos partidos e os que podem ser lidos pela teoria orgânica dos partidos. A teoria tradicional dos partidos analisa essas instituições a partir de uma perspectiva concentrada, principalmente, na sua forma de organização e estruturação, com a finalidade de manutenção do *status quo* e de instrumentação eleitoral (Mezzaroba, 1994). Nesse sentido, os partidos têm como tarefa servirem de agrupamento para apoiadores e direcionar candidatos, onde o próprio partido é visto como máquina eleitoral. Mezzaroba (1994), então, enquadra os estudos produzidos por Michels (1911), Duverger (1951) e Sartori (1982) nesta perspectiva teórica.

fundamentos teóricos desta tradição, evidenciam-se os estudos marxistas que debatem a organização partidárias, principalmente os produzidos por Lênin (1982).

No que diz respeito à função educadora dos partidos, os escritos enquadrados na chamada teoria orgânica são os que evidenciam o papel das agremiações enquanto agentes educadores. Lênin (2020) propõe que o papel educativo do Partido Comunista passa essencialmente pela organização do partido da classe operária, educando as massas para a construção do socialismo, tendo somente êxito a partir do momento que fosse concretizado um trabalho efetivo de educação intrapartidário e extrapartidário. Desta forma, Lênin (2020) defende que a educação da massa trabalhadora é um dos instrumentos políticos essenciais para a luta política, sendo realizada pelo partido a fim de relacionar a teoria e prática revolucionária. O programa de formação do partido deveria equilibrar as relações cotidianas e a teoria desvinculada da realidade concreta (Lênin, 1905), sendo primordial nas atividades políticas elementos pedagógicos e que fosse calcada na relação do trabalho de educação e organização interna do partido. No artigo “Tarefas urgentes de nosso movimento”, Lênin (1900) indica as tarefas que o partido deveria cumprir, sobretudo na propagação dos ideais socialistas às massas:

“Dever a que está chamada a cumprir a social-democracia russa: levar as ideias socialistas e a consciência política à massa do proletariado e organizar um partido revolucionário ligado indissolavelmente ao movimento operário espontâneo” (Lênin, 1900).

Dessa forma, o princípio marxista-leninista de partido está fundamentado na articulação deste com a ação revolucionária, onde o partido deva guiar as massas a fim de cumprir seu papel político, organizador e, principalmente, educador de elevar a consciência política do proletariado para a concretização da revolução, sendo esta guiada pela vanguarda. Assim, nesta concepção, o partido apresenta princípios de defesa de trabalhos de educação e formação política da classe operária para a construção do socialismo. Este modelo de partido de massa é o exemplo de agremiação que produziria uma formação ideológica estruturada e voltada para a base, de forma que o partido é visto enquanto agente educador e doutrinador do proletariado.

Nos anos 1960, a partir das diversas transformações sociais ocorridas na Europa Ocidental, principalmente a questão do crescimento econômico e do aprimoramento do Estado de Bem-Estar, as agremiações partidárias sofreram transmutações como consequência da atenuação da polarização social e política, mingando a relevância das distinções de classes sociais, repercutindo na redução destas no cenário político e na dimensão ideológica projetada na arena partidária (Amaral, 2013). A fim de explicar esta nova característica das agremiações partidárias, Kirchheimer (1966) propõe um novo modelo de partido, denominado *catch all*. Este modelo apresenta uma inversão dos pressupostos elencados por Duverger (1980) na medida em

que os partidos apresentam uma diluição do discurso ideológico partidário e caracterizados pela redução da importância da militância da base e por um aumento de atração eleitoral pluriclassista (Kirchheimer 1966 apud Amaral 2013). Sendo assim, é possível afirmar que a característica doutrinadora das agremiações partidárias perde força.

Na mesma direção ao concordar com os pressupostos de Kirchheimer (1966) que os partidos de massa estariam caminhando para um novo modelo de partido, Panebianco (2005) apresenta uma nova concepção ao modelo de partido *catch all* fundamentada na profissionalização progressiva das agremiações partidárias a partir da atuação de especialistas técnicos (Amaral, 2013). Dessa forma, Panebianco (2005) aponta a concepção de partidos profissionais-eleitorais, caracterizado essencialmente pelo financiamento público e pelo realce de questões com apelo eleitoral, indo de encontro com a diluição da característica doutrinadora neste modelo de partido. Desta forma, tanto o modelo de partido *catch all* quanto o profissional-eleitoral tenderia a diminuir a dimensão doutrinária dos partidos, de forma a implementar formação política voltada para as demandas sociais de diversos atores, calcadas em problemas cotidianos e voltadas para aspectos técnicos da máquina política.

Katz e Mair (1995), analisando a linha evolutiva das tipologias dos partidos políticos, constroem uma concepção que enquadra estas organizações nas democracias contemporâneas, o partido cartel (Amaral, 2013). Os autores definem esse modelo a partir da sua relação com o Estado, sendo esse o ente fundamental para o financiamento e, conseqüentemente, sustentação dos partidos. Além da garantia de acesso aos meios de comunicação de massa, o Estado garante recursos essenciais para a manutenção de sua estrutura e quadros e regulamenta as suas atividades e modelos de organização (Katz e Mair, 1995). Além destas características, os autores apontam três expressões distintas de modelos de agremiações: *party in public office*, *party on the ground* e *party in central office* (Katz e Mair, 1992). O *party in the public office* é a apresentação do partido na vida pública, através da representação do partido no governo e no parlamento. O *party on the ground* é a face do partido composta por seus filiados, militantes e eleitores com identificação partidária, ou seja, formada pela sua base partidária. E o *party in the central office* é o aspecto da direção nacional do partido, geralmente calcada na figura de seus dirigentes e quadros da executiva da agremiação. Estas faces atuam de forma complementar e contam com diferentes estratégias e incentivos (Amaral, 2013). No que tange a formação política, a partir dos pressupostos elencados por Katz e Mair (1992 e 1995), podemos elucidar que essa dimensão tende a ser mais pragmática a medida em que o modelo de partido cartel surge, a partir da evidência da dimensão eleitoral e da profissionalização das campanhas, de forma que cursos sobre eleições e campanhas tenham ganhado destaque. As

faces que os partidos cartel apresentam - *party in public office*, *party on the ground* e *party in central office* - também são indícios que podem corroborar com essa hipótese. O *party in public office* apresentaria uma formação voltada para a produção de programas e propostas de governo, voltadas para quadros políticos com cargos eletivos e comissionados, enquanto o *party on the ground* ofereceria uma formação voltada para seus filiados, de forma a agregar e fortalecer os laços dos militantes com o partido. Já o *party in the central office* produziria uma formação política fechada, voltada para segmentos específicos do partido, de forma a fortalecer a estrutura partidárias e a sua elite interna. No geral, ao concatenar essas dimensões, estaríamos diante de uma formação política promovida por partidos cartel direcionada para a atuação da base partidária e de quadros partidários na arena eleitoral e política, produzida pelos dirigentes partidários para os seus filiados que almejam um cargo eletivo.

Wolinetz (2002) apresenta uma tipologia de partidos cuja variável principal é o comportamento da agremiação, particularizando-as em três modelos: partidos *policy-seeking*, *vote-seeking* e *office-seeking* (Amaral, 2013). O partido *policy-seeking* é o modelo de partido que possui programa e ideologia definida e que, geralmente, priorizam seus ideais à arena eleitoral de forma que este modelo está mais preocupado em atingir seu objetivo último: promover mudanças sociais. O *vote-seeking*, por sua vez, tem como propósito vencer as eleições, apresentando um programa mais flexível a fim de ser alterado para maximizar votos. Por fim, o modelo *office-seeking* o partido depende da formação de alianças e composição de coalizões de governo para a sua sobrevivência, de modo que grande parte de seus membros ocupam cargos públicos (Amaral, 2010). Ao aproximar os pressupostos do modelo produzido por Wolinetz (2002) a dimensão da formação política, os partidos *policy-seeking* tenderiam a oferecer uma formação mais ideológica, de acordo com o programa partidário. Já o *vote-seeking*, uma perspectiva mais pragmática, focado em dimensão eleitoral, situado nas escolas de candidatos e cursos de planos de governo. Os partidos *office-seeking* tenderiam a oferecer uma formação política mais instrumental, focalizando em aspectos de gestão pública e na formação de quadros que possam atuar em secretarias e no governo.

Essas categorizações dos modelos dos partidos não dão conta da variedade de tipos de legendas existentes na sociedade, sendo diversas vezes esgarçadas conceitualmente a fim de enquadrar novas formas de organização partidária. Diante deste quadro, Gunther e Diamond (2015) apresentam uma nova tipologia dos partidos, desagregando os modelos clássicos em 15 tipologias a fim de onde os autores classificam os diversos modelos de agremiações partidárias em 15 tipos que explicam os processos causais que direcionam a atuação dessas agremiações de forma simultânea. Para tal, os autores utilizam três critérios básicos: a organização

(forte/fraca, elitista ou de massa); 2) a orientação programática (ideológica ou particularista-clientelista); e 3) o caráter tolerante e pluralista (ou democrático) *versus* o proto-hegemônico (ou antissistema). O primeiro critério envolve a estrutura organizativa dos partidos. Algumas agremiações apresentam estruturas mais complexas e ramificadas enquanto outras se organizam de forma mais restrita. Elas podem apresentar redes de parcerias e interações com diversos atores da sociedade civil, ferramentas de comunicação em massa e formas de atração de base e filiados, ou até mesmo adotarem dispositivos de trato direto com seus simpatizantes. O segundo critério está diretamente ligado aos compromissos programáticos adotados pelos partidos. Nessa dimensão, a presença ou ausência de bases e valores ideológicos são analisadas. Algumas legendas podem apresentar ideias filosóficas e políticas fortemente atrelada ao seu programa, outras operam sob a perspectiva pragmática, sem compromissos doutrinários e, até mesmo, há aquelas agremiações que estão compromissadas com princípios e interesses de camadas e grupos sociais ou localização geográfica. Por fim, o terceiro critério é definido pelas estratégias e comportamentos adotados pelos partidos. Neste aspecto, é analisado o grau de compromisso das ações partidárias diante das regras do jogo democrático, principalmente na preservação da pluralidade, ou se adotam um posicionamento antissistema que corrobora com seus objetivos programáticos. Esse modelo é o modelo mais completo, que engloba diversos aspectos da vida partidária e, conseqüentemente, é o mais próximo do que as fundações partidárias brasileiras produzem, combinando diversas dimensões na sua formação política.

A tipologia proposta por Gunther e Diamond (2015) deriva de cinco gêneros de partidos: partidos de elite, partidos de massa, partidos étnicos, partidos eleitoralistas e partidos de movimento social, que dão origem aos 15 modelos de agremiações partidárias. Os autores definem os partidos de elite enquanto aqueles que apresentam uma estrutura organizacional enxuta e originada nas relações interpessoais da elite numa determinada área geográfica. Em termos programáticos, estas organizações não apresentam quaisquer vínculos ideológicos, sendo o único compromisso eleitoral do partido a distribuição de benefícios para a sua base eleitoral, estabelecendo uma relação clientelista (Gunther e Diamond, 2015). Desta forma, as duas tipologias de partidos atreladas ao modelo de elite, partidos de elite tradicional-local e partidos de elite clientelistas, não apresentam indícios de compromissos com uma formação de quadros, seja ela ideológica ou programática.

Os partidos de massa são definidos por Gunther e Diamond (2015) como organizações que surgiram a partir de demandas oriundas das mobilizações políticas da classe trabalhadora. Em termos de organização, esse gênero de partido se apresenta com uma grande rede de membros ativos que participam da vida partidária a todo momento, inclusive em períodos não

eleitorais (Gunther e Diamond, 2015). Seu principal objetivo é disseminar a ideologia do partido de forma que a estrutura organizativa deste modelo adentra diversas esferas da vida social e cotidiana do proletariado. Desta forma, a criação de infraestruturas voltadas para formação política da base partidária é uma esfera importante para a disseminação do projeto programático e ideológico dos partidos. Duas dimensões dividem esse modelo de partidos de massa em seis tipos de partidos: a diretriz básica da ideologia e dos compromissos programáticos (socialista, nacionalista ou religiosa) e o grau de tolerância e pluralismo ou deter uma posição hegemônica no sistema político (Gunther e Diamond, 2015). De toda forma, a doutrinação ideológica é fator essencial nestas seis tipologias (partidos de massa religiosos denominacional ou fundamentalista, nacionalista pluralista ou ultranacionalista e socialista classista de massa ou leninista), apresentando maior ou menor grau de obrigação de associação dos filiados com ela, de forma que a formação doutrinária é essencial na vida partidária, seja ela produzida a partir de pressupostos religiosos, nacionalistas ou ideológicos-filosóficos.

A terceira espécie de partidos apresentada por Gunther e Diamond (2015) é o étnico, que tem como objetivo promover interesses de um grupo étnico em particular ou de uma aliança de grupos, a partir da utilização das estruturas do Estado para canalizar benefícios para sanar as demandas da sua clientela eleitoral particularista. Os autores elencam como principal objetivo desta espécie de partido a garantia de benefícios sociais, apresentando baixo grau de compromisso e coerência ideológica e programática, de forma que a formação política não apresenta premissas doutrinárias filosóficas mas por ser um modelos que apresenta uma grande circulação de questões simbólicas identitárias (Gunther e Diamond, 2015), a formação política voltadas para dimensões de pertencimento e segmentadas é presente em maior ou menor grau, tanto na tipologia de partidos étnicos puros quanto os partidos étnicos congressistas.

No gênero de partidos eleitoralistas de Gunther e Diamond (2015), são apresentados três tipos de partidos que se aproximam da tipologia de “partidos eleitorais-profissionais” de Panebianco (1988). O primeiro tipo, o partido *catch all* é marcado pela forte ausência de compromissos ideológicos e programáticos, com orientação predominantemente voltada para a dimensão eleitoral, sendo seu principal objetivo a maximização de votos (Gunther e Diamond, 2015). Desta forma, é possível elencar como produto de formação política cursos e escolas de candidatos que tem como principal direção a apresentação de conteúdos para o sucesso eleitoral. A tipologia elencada pelos autores sobre partidos eleitoralistas programáticos, apresenta uma agenda minimamente coerente, programática e ideológica, de forma que as campanhas devem ser atreladas a estes pressupostos defendidos pelos partidos, assim como na agenda legislativa (Gunther e Diamond, 2015). Desta forma, a formação política ainda é voltada para a arena da

competição eleitoral, mas os cursos e escolas de candidatos apresentam módulos extensivos sobre pressupostos programáticos e as ideias que os filiados devem propagar no seu mandato. Por fim, o partido eleitoralista-personalista tem como principal objetivo fornecer um mecanismo de sucesso eleitoral para determinado quadro político (Gunther e Diamond, 2015). Desta forma, não há vínculos programáticos e ideológicos e toda sua construção é feita a partir do carisma do líder, de forma que a formação política é feita majoritariamente a fim de reforçar atributos pessoais do líder e a manutenção da elite partidária.

Por fim, a última espécie de partido apresentada por Gunther e Diamond (2015) é chamada de partidos de movimentos sociais ou movimentistas, sendo divididos em dois tipos: libertários de esquerda e os de extrema direita pós-industriais. Ambos os modelos se apresentam com cargos profissionalizados nos partidos e representam grupos de interesses distintos. Os dois tipos de partidos apresentam uma formação mais restrita e pontual, calcadas nos discursos de seus quadros políticos, sejam eles na defesa de pressupostos democráticos e redistributivos (como nos partidos libertários de esquerda) ou na propagação de discursos da defesa da segurança nacional, falas xenófobas e racistas calcadas em cursos de curta duração tendo estes quadros como palestrante (como nos partidos de extrema direita pós-industrial).

É viável apresentar algumas aproximações entre os distintos modelos de partidos e as estratégias adotadas no aspecto da formação política, mesmo que os próprios autores não analisem essa dimensão, a partir das características essenciais de cada tipologia. O único trabalho que tratou de apresentar a função educadora das agremiações partidárias foi o estudo produzido por Henrique (2015), enfatizando essa atribuição para o fortalecimento democrático. A autora analisa as fundações partidárias brasileiras, evidenciando a contribuição destas agremiações para a formação política, carregada de conteúdo doutrinário e programático. Entre as atividades produzidas por essas organizações, estão o treinamento e doutrinação voltada para a atividade política dos membros e simpatizantes do partido, formação de elites, candidatos e *incumbents*, a pesquisa e o assessoramento técnico sobre assuntos políticos diversos (Henrique, 2015). Nesse sentido, assumem funções similares aos *think tanks*, sobretudo quando a formação produzida envolve a elaboração de planos de governo e a interferência no ciclo de políticas públicas, sendo fruto do aumento da institucionalização dos partidos (Norris, 2007 apud Henrique, 2015).

Esse não é o único trabalho que apresenta aproximações entre o conceito de fundações partidárias e os *think tanks*. Diversos estudos produzidos apresentam similaridade entre os dois conceitos, sendo ora apresentados na literatura como fundações partidárias e ora sendo

chamados de *party tanks*. A seção a seguir tem por objetivo apresentar uma distinção entre estes modelos de organizações, apresentando uma definição no objeto aqui estudado.

1.3 Fundações Partidárias ou *Party Tanks*? O dilema da literatura nacional e internacional

De fato, há uma multiplicidade de organizações que estabelecem algum grau de associativismo com as agremiações partidárias. Dada a variedade de organizações vinculadas aos partidos políticos, é importante definir o que se entende por *party tank* e por fundação partidária. Escassas são as análises comparativas de organizações envolvidas em pesquisas, avaliações e recomendações a respeito de componentes do sistema político. Definições operacionais diferem conforme o aparato político-institucional dos países e o desenvolvimento destas organizações nos mesmos. Como estudar estes dois grupos de reflexão, *party tanks* e fundações partidárias, significa estudar ideias, estruturas e agência, é importante ter um modelo conceitual, processual e político.

O primeiro contato que tive com esta discussão se deu a partir dos trabalhos produzidos por Henrique (2015) e Preusser (2015), onde ambos os autores apresentam a possibilidade de inclusão do debate sobre fundações partidárias na discussão produzida sobre *think tanks*. A proposta de Preusser (2015) é abranger fundações partidárias na conceituação e metodologia desenvolvidas para análise de *think tanks*, sendo a sua principal argumentação a aproximação destas organizações enquanto atores responsáveis pela produção e disseminação de conhecimento especializado com atuação no campo da disputa de ideias. De fato, são poucos os trabalhos produzidos que elencam aproximações de organizações associadas em maior ou menor grau, aos partidos políticos, sejam elas denominadas enquanto fundação partidária ou *think tank*. O que se vê, na realidade, é um alargamento do conceito de *think tanks*, de forma que há uma confusão na conceituação de organizações que apresentam vínculos formais com as agremiações partidárias. Logo, o posicionamento epistemológico deste trabalho se dá na determinação de pressupostos que possam medir até onde essas organizações citadas nos trabalhos internacionais possam ser conceituadas enquanto modelos de *think tanks*. Portanto, organizações que possuam vínculos formais com partidos políticos, dotação orçamentária majoritariamente advinda de recursos da União e respaldo normativo-legal são consideradas fundações partidárias, mesmo quando a literatura utiliza outra nomenclatura conceitual.

Posto isto, esta subseção tem por objetivo estabelecer fronteiras claras que definam quais modelos podem ser enquadrados em cada conceituação. A partir da análise de ambas as tendências da literatura, nota-se a ausência de distinções significativas capazes de gerar uma definição geral. São termos com nomenclaturas distintas, mas que parecem ser análises do

mesmo modelo de organização. À primeira vista, existe uma paridade entre essas organizações. Portanto, segue nas próximas linhas a apresentação de um debate de modelos de organizações associadas aos partidos, cujos objetivos são partilhados a partir da promoção de pesquisas, formulações de propostas e vinculadas a grupos de pressão internos e externos que influenciam o sistema político. A primeira diferenciação existente na literatura, se dá nas análises vinculadas a cada corrente. Enquanto as análises vinculadas ao conceito de *think tanks* têm lógica voltada ao ciclo de produção de Políticas Públicas, as fundações partidárias estão vinculadas a lógica partidária eleitoral (Garcé, 2009). Ou seja, as *think tanks* seriam atores de ajuda aos entes estatais e governamentais, enquanto as fundações partidárias estariam associadas a esfera intrapartidária e ao jogo eleitoral.

1.3.1 Party tanks e os limites conceituais³

O debate acerca da definição conceitual de *think tanks* não é circunscrito, envolve diversas premissas que debatem categorias e classificações enquanto a função exercida por essas organizações e, sobretudo, a relação de autonomia e independência ideológica e financeira perante outros atores do campo político. Sem definição conceitual precisa, um grande número de instituições pode ser enquadrado enquanto *think tanks*, sendo o argumento apresentado por Stone (1996) um exemplo claro, pois, “*think tank* sempre será um termo escorregadio (...) a aceitação da ausência de fronteiras firmes entre *think tanks* e outras organizações permite a sensibilidade para tipos novos ou tipos em evolução de *think tanks*” (Stone, 1996, p. 13. Tradução da autora). Como qualquer outro fenômeno global, a expansão dessas organizações se manifesta de maneiras específicas em cada contexto local. Os estudos de caso demonstram que, em perspectiva comparada, aspectos nacionais e regionais moldam diferentes modelos de organização dessas instituições. Cada trabalho que circula esta temática aborda as *think tanks* de perspectiva distintas, apresentando as diversas dimensões e diferentes abordagens teóricas e metodológicas.

Think tank é um conceito de origem estadunidense utilizado, desde a metade do século XX, para definir organizações atuantes dentro do sistema político com objetivo de produzir conhecimento, difundir valores e analisar o processo político. A maior parte dos estudos que versam sobre estas organizações se encontram em países de língua anglo-saxã (Rich, 2004; Marsh e Stone, 2004; Medvetz, 2006; McGann, 2007; Pautz, 2007; Ahmad, 2008; Hart e

³ A título de melhor compreensão utilizo o conceito de *party tank* em alusão a organizações que apresentam vínculos com os partidos políticos. A literatura especializada também utiliza os seguintes conceitos: *partisan think tank* e *internal think tanks*.

Vromen, 2008; Abelson, 2009). Contudo, há também trabalhos que apontaram a evolução destas organizações em diversos contextos, sobretudo em países em desenvolvimento e em transição (Stone e Garnett, 1998; McGann e Weaver, 2002; Stone e Denham, 2004; McGann e Jonhson, 2005; Stone, 2005; Mendizabal e Sample, 2009; Garcé e Uña, 2010).

O debate sobre *think tanks* leva em consideração suas dimensões, sua fisionomia (tamanho, estrutura, área de atuação) e sua identificação no campo político (se são organizações mais acadêmicas ou mais de *advocacy*). Dada a variedade, diversos estudiosos argumentam que as *think tanks* devem ser entendidas a partir de funções que elas exercem ao invés de focalizar a análise nas suas características institucionais (Stone e Garnett, 1998; Acuña, 2009). Duas funções são elementares para o entendimento sobre *think tanks*: a produção de conhecimento através de pesquisas como atividade central e o uso deste conhecimento para influenciar o jogo político, principalmente no ciclo de políticas públicas. Apesar de apresentarem funções em comum, essas organizações se apresentam de diversas maneiras a depender do contexto a qual estão inseridas (Garcé e Uña, 2006), variando de acordo com os processos sócio históricos daquela localidade (Acuña, 2009), da cultura política e jurídica e arranjos institucionais (Stone e Garnett, 1998). Uma das dimensões essenciais elencadas pelos estudiosos de *think tanks* se dá na dimensão da autonomia e independência em relação aos demais atores políticos, que podem ser mensuradas em maior ou menor grau a partir do contexto nacional.

A título de exemplo, as *think tanks* estadunidenses, atores com maior grau de institucionalização, são estudadas a partir da prevalência da dimensão de autonomia institucional enquanto categoria de definição. Em contrapartida, em outros contextos nacionais, as *think tanks* podem ser encontradas com baixo ou alto grau de associativismo com outros atores, tais quais o vínculo com corporações no modelo asiático (Stone, Denham e Garnett, 1998), associadas ao governo como no caso chinês e do leste asiático (Stone, 2005) e na América Latina onde é comum encontrar com alto grau de associativismo com figuras políticas (Garcé, 2009).

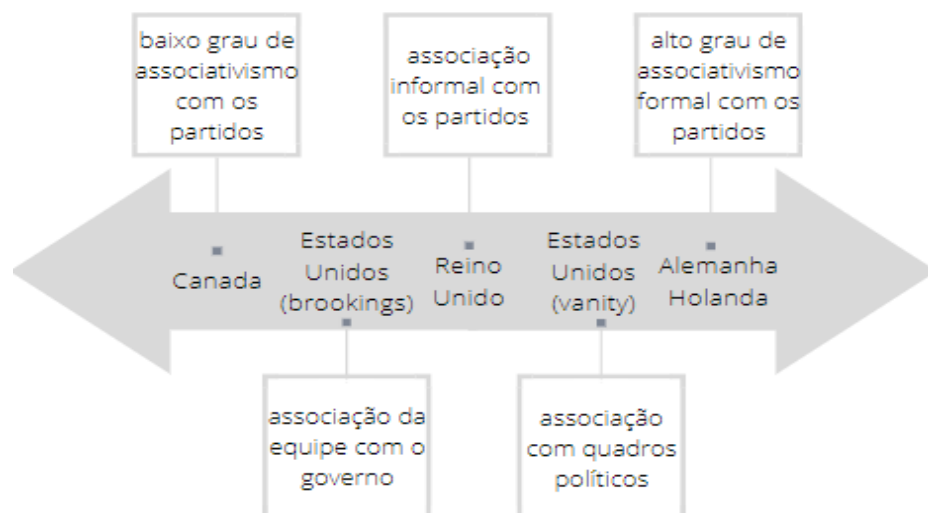
A associação de *think tanks* com partidos políticos é o problema que se coloca nesta subseção. A escassa literatura que aborda esta dimensão ainda está permeada pela dinâmica de atuação destas organizações e os partidos políticos no ciclo de políticas públicas. Em nenhum caso encontrado, há uma análise concreta acerca da estruturação, financiamento e atividades promovidas por estas organizações. O que podemos encontrar é a existência de diversas maneiras distintas de conceituar as *think tanks* que atuam de forma associada aos partidos políticos mas, novamente, sem um consenso sobre os atributos que as definam. Na literatura de *think tanks*, encontramos duas tipologias que alocam estas organizações em seu modelo. A

tipologia proposta por Uña (2006) que reconhece a existência de quatro tipos de *think tanks*: a) centros de pesquisa privados, b) centros acadêmicos, c) fundações partidárias e d) grupos de defesa; e outro modelo de tipologia, de Stone (2005), que classifica essas organizações enquanto organizações criadas por políticos ou partidos políticos.

No que diz respeito à relação existente entre partidos políticos e *think tanks*, Garcé (2009) aponta a presença de dois modelos de *think tanks* atuantes nos sistemas políticos: os *think tanks* internos e externos. *Think tanks* internos, segundo Garcé (2009), correspondem a organizações que fazem parte da estrutura partidária. Já os *think tanks* externos, por sua vez, são organizações independentes que podem atuar tanto em atividades partidárias quanto no campo político (Garcé, 2009). De todo modo, ambos os modelos apresentados por Garcé (2009) exercem influências em maior ou menor grau sobre o programa partidário, o programa de governo e, sobretudo, na formulação de políticas públicas.

Baier e Bakvis (2001) argumentam que a relação existente entre *think tanks* e partidos políticos podem ser classificados como relações de competição e colaboração, a partir de características institucionais que geram alto ou baixo grau de associativismo entre essas organizações e as agremiações partidárias. No Canadá, por exemplo, *think tanks* operam diretamente na opinião pública, sendo percebidas enquanto concorrentes aos partidos políticos, enquanto no Reino Unido é normal a aproximação de grupo de reflexão externos aos partidos políticos (Baier e Bakvis, 2001). No extremo do *continuum* que exprime o grau de associação e relação de competição e colaboração entre essas organizações e os partidos políticos, encontramos o caso das fundações partidárias alemãs que apresentam uma tradição de vínculo formal de cooperação com as agremiações partidárias (Baier e Bakvis, 2001). Por fim, no meio da escala apresentada por Baier e Bakvis (2001), podemos localizar os dois modelos de *think tanks* encontrados no sistema político estadunidense: grupos de reflexão denominados como *brookings tanks* que apresentam baixa associação aos partidos, mas com funcionários trabalhando no governo e o modelo de *vanity tank* que são organizações institucionalizadas em volta de um quadro político.

Quadro 2: grau de associativismo entre *think tanks* internos e partidos



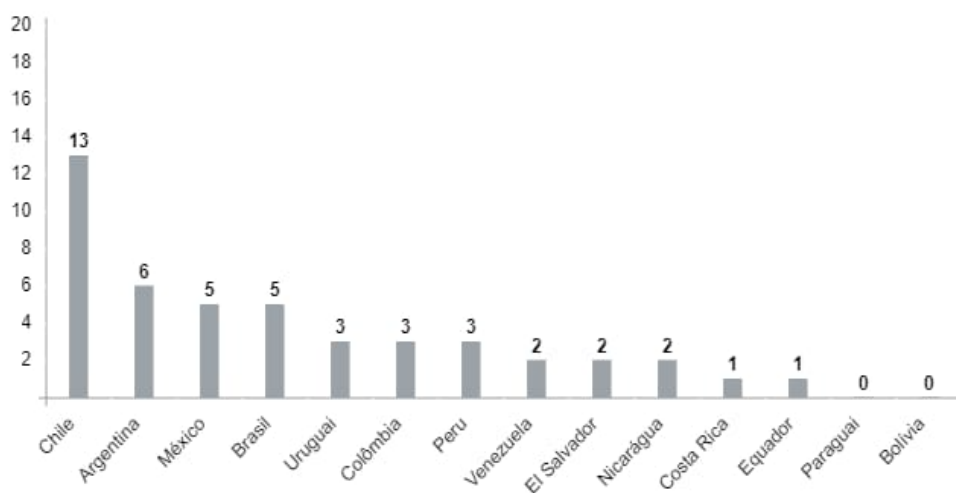
Fonte: elaborada pela autora a partir de Baier e Bakvis (2001)

Dessa forma, neste trabalho, proponho uma definição de *party tanks* a partir de atributos apresentados pelos autores supracitados: são organizações orientadas para a produção de conhecimento e geração de ideias que influenciam o sistema político (Acuña, 2009), tendo um partido político como objeto de interesse através de estratégias de colaboração direta. Sendo assim, os *party tanks* têm como objetivo a geração de ideias e assessoria política, compartilhando interesses em comum com o partido a qual está vinculada (formal ou informalmente). Eles não operam sob normas legais tampouco sob o financiamento público atrelada a representação do partido no Congresso, excluindo desta forma as fundações partidárias cujo objetivo é a formulação de estratégias que coincidem ideologicamente com as premissas partidárias e que apresentam vinculação formal definida por lei.

Ao se referir às fundações partidárias como *party affiliated think tanks* ou *party tanks*, McGann (2005) afirma que esse modelo de instituição é praticamente inexistente nos Estados Unidos, localizando este tipo de organização predominantemente na Europa. A literatura latino-americana especializada utiliza o conceito de *think tanks* internos ao se referirem às fundações partidárias, de forma que Garcé (2009) engloba os centros de elaboração de ideias e propostas de governo que fazem parte da estrutura dos partidos políticos. Ao analisar a experiência de diversos partidos políticos, Garcé (2009) comprova que estas organizações não são usualmente encontradas na América Latina, existindo de fato modelos similares que pouco se ajustam na definição. Logo, o autor propõe um quadro mais amplo que inclui centros de formação de quadros e estrutura política, cujo objetivo é a promoção de debates e alternativas políticas independentes de partidos, mas fundadas por quadros políticos. Garcé (2009), em seu trabalho

sobre o panorama latino-americano, ressalta a diversidade de relações existentes entre *think tanks* e partidos políticos, chamando atenção para a diferença existente entre *think tanks* internos e *think tanks* externos aos partidos políticos. Os *think tanks* internos são organizações criadas por partidos ou figuras políticas com vínculo direto ou indireta com as estruturas partidárias, enquanto os *think tanks* externos são aqueles que não apresentam ligação alguma com as agremiações e quadros partidários (Garcé, 2009). Ademais, Garcé (2009) propõe uma tipologia de relações existentes entre os partidos e as *think tanks* a partir de algumas variáveis, como: o grau de institucionalização dos partidos políticos e o grau de conexão deles com os *think tanks* externos. Garcé (2009) chama atenção, também, para a questão de que um dos fatores que incidem na institucionalização de *think tanks* internos é a legislação vigente que pode incentivar a criação de organizações que se enquadrem neste modelo, aqui chamada pelo autor de fundações partidárias (Garcé, 2009), sendo o Chile, a Argentina, o México e o Brasil os países com maior número de *think tanks* internos⁴.

Quadro 3: número de *think tanks* internos por país



Fonte: elaborado pela autora a partir de Garcé (2009).

De todo modo, são poucos os estudos encontrados na literatura internacional que apontam a relação existente entre partidos políticos, modelos de *think tanks* e fundações partidárias. As fundações partidárias são incorporadas nas análises de *think tanks* diversas vezes, apresentando diversas denominações. Gellner (1998), por exemplo, propõe uma conceituação mais flexível ao analisar entidades que atuam de forma semelhante aos *think tanks*

⁴ Vale ressaltar que estes dados aparentam estar defasados, visto que no ano em que o estudo foi publicado, havia mais que o dobro de fundações partidárias funcionando no Brasil. Cabe aqui questionar a metodologia utilizada para a coleta de dados internacionais.

estadunidenses, enquadrando em sua análise instituições que abarcam e fomentam debates no campo político, apresentando assim equivalentes funcionais a fim de arregimentar as fundações partidárias em sua análise. Nesse contexto, vale ressaltar também os trabalhos produzidos por Mendizabal e Sample (2009) e Preusser (2015), que salientam a circunscrição dessas organizações enquanto modelos de *think tanks*.

De toda forma, apresento o quadro a seguir a fim de delimitar os conceitos aqui debatidos e circunscrever quais modelos de organizações podem ser elencadas como fundações partidárias. De certo, as fundações partidárias podem ser lidas enquanto organizações que se aproximam da lógica de *think tanks*, mas nem todas as *party tanks* podem ser analisadas a partir da ótica de fundações partidárias.

1.3.2 Fundações partidárias: definição conceitual e funcional

Apesar de serem um dos atores mais antigos e de atuação ativa em diversos sistemas políticos, as fundações partidárias são instituições que a Ciência Política pouco se debruçou em estudos. Essas organizações funcionam de modo que os valores democráticos e a participação cívica da sociedade sejam propagados. Como explicita Dantas e Fernandes (2013), fundações partidárias são por definição organizações vinculadas formalmente aos partidos políticos cujo objetivo se dá no desenvolvimento de pesquisas e debates políticos, de forma a fomentar a educação política a partir da disseminação de valores partilhados pelas agremiações as quais estão vinculadas. Prado (2009), por sua vez, reafirma a função educadora dessas organizações ao exprimir que elas são os atores responsáveis pela formação ideológica e pela capacitação de seus membros, auxiliando na estruturação de bases programáticas e ideológicas dos partidos, ao mesmo tempo que auxiliam na propagação de valores democráticos e partidários.

As fundações partidárias são, sobretudo, subsidiadas pelo Estado e possuem vínculos formais com as agremiações. Seu funcionamento está edificado em dispositivos jurídicos que regulamentam seu funcionamento, estruturação e financiamento. Seu corpo diretivo é geralmente composto por dirigentes partidários e quadros políticos, que orientam as áreas de estudos e as questões a serem debatidas no campo político. Por estarem sob o escopo de normas legais, sua estabilidade é mantida mesmo que ocorram grandes mudanças na arena política. No que diz respeito a sua sustentabilidade, ao serem subsidiadas pela União, elas adquirem autonomia relativa aos partidos. Segundo o Parlamento Europeu (apud Ponsa, 2014), são funções das fundações partidárias: a) observar, analisar e contribuir no debate sobre aspectos da política europeia e do processo de integralização europeu; b) desenvolver atividades relacionadas aos aspectos da política europeia a partir de seminários, conferências e estudos; e

c) desenvolver a cooperação com entidades similares com o objetivo de promover os valores democráticos.

1.4 A origem das fundações partidárias no mundo: o modelo alemão e a exportação para o resto do mundo

As fundações partidárias alemãs (*Stiftungen*) são os atores mais antigos e experientes no tocante a assistência à democracia, compondo atualmente o conjunto mais organizado e influente de institutos partidários. Entretanto, a literatura disponível sobre as *Stiftungen* é deveras exígua, não apenas na língua inglesa como também na própria literatura alemã. Como Santiso (2002) aponta: “as fundações políticas (...) foram particularmente ativas na assistência política aos partidos, mas suas estratégias e efetividade foram apenas marginalmente analisadas”⁵. A literatura encontrada está diretamente associada à questão da cooperação internacional e solidariedade das *Stiftungen* com os demais países, principalmente na cooperação com países latino-americanos e da África subsaariana, assim como do apoio promovido pelo Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento⁶ e do Ministério das Relações Exteriores⁷ da Alemanha para tal objetivo (Pinto-Duschinsky, 1991; Vogel, 1992; Mair, 2000; Santiso, 2002; e Pedrotti, 2005). De acordo com Mair (2000), um dos motivos da escassa literatura disponível é o discreto perfil que as *Stiftungen* preferem manter, pois consideram que, devido ao ambiente sensível que elas operam, a atenção do público poderia vir a ser uma fonte potencial de atrito. Para a construção desta seção, concentrar-me-ei nas abordagens de tais autores no que diz respeito ao surgimento das *Stiftungen*, assim como também no que tais autores apresentam acerca do debate da estrutura e do funcionamento interno de tais instituições.

A origem das *Stiftungen* está diretamente associada à reconstrução dos partidos alemães no pós-Segunda Guerra Mundial (Pinto-Duschinsky, 1991; Pedrotti, 2005; Dantas e Fernandes, 2013). À medida em que os partidos se reestruturaram, instituíram organizações cujo objetivo era promover a formação política dos filiados, tencionando a formação de uma cultura democrática (Pinto-Duschinsky, 1991). A redemocratização do país, após anos de regime autoritário nazista, criou um cenário benevolente para a estruturação e elaboração das *Stiftungen*. Sua principal função era formar uma consciência política por meio da educação

⁵ “political foundations (...) have been particularly active in political party assistance but their strategies and effectiveness have been only marginally analyzed.” (Santiso, 2002). Tradução livre da autora.

⁶ Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (BMZ).

⁷ Auswärtiges Amt (AA)

política. Como Vogel (1992) afirma, este cenário da desnazificação alemã contribuiu para a criação e consolidação da democracia através da educação política.

Os partidos políticos, através das suas legendas, representam a pluralidade existente dentro da sociedade, e o papel da formação política foi outorgado às *Stiftungen* e não aos órgãos governamentais (Pedrotti, 2005). As *Stiftungen*, assim como as suas legendas partidárias, têm o papel de contribuir para a educação cívica e política, em consonância com o art. 21, parágrafo 1, da Lei Fundamental⁸, que diz que “os partidos políticos devem participar da vontade política do povo. Eles devem ser livremente estabelecidos. Sua organização interna deve estar em conformidade com os princípios democráticos.”⁹ Além do mais, em 1993, a Corte Constitucional Federal determinou que as *Stiftungen* “constituem o elemento essencial da cultura política da República Federal da Alemanha e esse trabalho é benéfico para a comunidade como um todo” (KAS, 2005)¹⁰, além de estabelecer o financiamento público estatal regular para a manutenção das atividades delas.

As *Stiftungen* são entidades do direito privado¹¹ e suas atividades estão vinculadas ao interesse público com o objetivo de: a) oferecer educação política; b) promover a pesquisa e organizar a documentação da história e evolução da ideologia defendida; c) apoiar a integração europeia e colaborar para a assistência material à democracias ou atores que estejam sofrendo perseguição política; d) divulgar os resultados dos seus trabalhos e; e) servirem de refúgio momentâneos para os quadros partidários que sofreram eventuais reveses eleitorais (Cardim, 2003). O modelo alemão de organização e funcionamento das fundações partidárias originou-se na polêmica advinda da declaração de inconstitucionalidade de 1966, a qual versa sobre o financiamento público permanente dos partidos políticos pelo Tribunal Constitucional alemão (Pinto-Duschinsky 1991 apud Ponsa, 2014), que declarou inconstitucional um programa de financiamento público para as atividades partidárias, visto que o apoio financeiro estatal continuado como obrigação permanente ao Estado seria insustentável (Ponsa, 2014). O único programa constitucionalmente aceito como canal de repasse público para quadros partidários se deu através das fundações partidárias, cujo objetivo é o apoio à pesquisa, informação e educação cívica. Logo, desde 1966, a maior parte das atividades recorrentes são financiadas através do fundo público federal. A receita destinada às *Stiftungen* é definida pelo de Comitê

⁸ *Grundgesetz* é a Constituição alemã assinada em 1949.

⁹ “Political parties shall participate in the formation of the political will of the people. They may be freely established. Their internal organization must conform to democratic principles”. Tradução livre da autora.

¹⁰ “Constitute an essential element in the political culture of the Federal Republic of Germany, and that work is useful to the polity as a whole”. (KAS, 2005). Tradução livre da autora.

¹¹ O termo em alemão é *eingetragene Vereine*.

Orçamentário Federal, denominado *Bundeshaushalts*, e deve ser aprovado pela Câmara dos Deputados, o *Bundestag*. Essa receita está diretamente ligada à representação das legendas partidárias no Parlamento. O critério de distribuição orçamentária, chamado de *Verteilungsschlüssel*, considera os resultados dos últimos dois períodos eleitorais, ou seja, o partido precisa ter obtido representação no *Bundestag* nas últimas duas eleições para ter direito de receber o dinheiro do fundo público.

Atualmente, são seis *Stiftungen* vinculadas às legendas alemãs: a Fundação Friedrich Ebert, sendo a mais antiga ao ser criada em 1925, ligada ao partido Social Democrata (SPD¹²); a Fundação Konrad Adenauer, ligada à União Democrata Cristã (CDU¹³); a Fundação Friedrich Naumann, vinculada ao Partido Democrático Liberal (FDP¹⁴); a Fundação Rosa Luxemburgo do Die Linke; a Fundação Heinrich Böll da Aliança 90/Os Verdes (*Grüne*¹⁵); e a Fundação Hanns Seidel, vinculada à União Social-Cristã (CSU¹⁶). Como apresentado anteriormente, após a Segunda Guerra Mundial e doze anos do domínio do regime nazista, durante o processo de reconstrução do regime democrático alemão, o país compreendeu a necessidade da reconstrução do sistema partidário e de suas legendas, calcadas com os princípios democráticos, criando assim organizações comprometidas com os valores democráticos do novo regime. Tais fundações têm como objetivo promover a educação política interna e, conseqüentemente, a evolução da corrente ideológica que defendem. Além do mais, é função das fundações alemãs estear a integração europeia e promover internacionalmente a assistência a outros partidos a fim de alicerçar os fundamentos democráticos em seus respectivos países (Cardim, 2003).

Pinto-Duschinsky (1991) apresenta um breve debate sobre a criação das *Stiftungen* no período da redemocratização no pós-Segunda Guerra Mundial. O autor engendra que durante a reconstrução dos partidos políticos e na edificação das *Stiftungen*, em 1947 o Partido Social Democrata (SPD) resgatou a Fundação Friedrich Ebert, fundada originalmente em 1925 mas proscria em 1933 pelo regime nazista. Tal *Stiftungen* tem origem vinculada à tradição social-democrata na organização da classe trabalhadora. Na mesma direção, em 1956, a União Democrata Cristã (CDU) desenvolveu uma “academia política¹⁷” (Pinto-Duschinsky, 1991) denominada Fundação Konrad Adenauer (KAS) que tinha como objetivo o apoio às organizações de empregadores, buscando a resolução de conflitos com sindicatos. Em 1958, o

¹² Sozialdemokratische Partei Deutschlands.

¹³ Christlich-Demokratische Union Deutschlands.

¹⁴ Freie Demokratische Partei.

¹⁵ Bündnis 90 / Die Grünen.

¹⁶ Christlich-Soziale Union in Bayern.

¹⁷ Politische Akademie Eichholz.

Partido Democrático Liberal (FDP) instituiu a Fundação Friedrich Naumann com o intuito de promover a ideologia do liberalismo e, também, o debate acerca da abertura de mercado. Em 1967 a União Social-Cristã (CSU) da Baviera estabeleceu a Fundação Hanns Seidel, atuando de forma complementar à KAS (que está presente no resto do território alemão)¹⁸.

Quadro 4: Partidos alemães e suas respectivas fundações até os anos 1990

Partido Político	Fundação Partidária
SPD (Partido Social Democrata)	Fundação Friedrich Ebert
CDU (União Democrata Cristã)	Fundação Konrad Adenauer
FDP (Partido Democrático Liberal)	Fundação Friedrich Naumann
CSU (União Social-Cristã)	Fundação Hanns Seidel

Fonte: dados coletados na internet pela autora.

Pedrotti (2005) disserta sobre as duas *Stiftungen* que surgiram no pós-Guerra Fria, após a reunificação da Alemanha. A primeira delas, a Fundação Heinrich Böll vinculada à agremiação Aliança 90/Os Verdes (*Grüne*) foi criada em 1997, a partir da *Regenbogen Stiftung*, resultado da fusão de três outras *Stiftungen* (*Frauen Stiftung*, *Bund Stiftung* e *Heinrich Böll Stiftung*, fundadas no fim dos anos 1980) em resposta às políticas liberais e conservadoras, fomentando os valores políticos da ecologia e do desenvolvimento sustentável. Em 1998, o *Die Linke* (aliança de políticos à esquerda dissidentes do SPD com o Partido do Socialismo Democrático - PDS, sucessor do partido comunista SED - Partido Socialista Unificado da Alemanha) constituiu a Fundação Rosa Luxemburgo com o intuito de debater alternativas ao capitalismo na promoção de uma sociedade mais democrática e igualitária, pautada no socialismo democrático, implantada, principalmente, na antiga Alemanha Oriental.

Quadro 5: Partidos políticos alemães e suas respectivas fundações depois da reunificação

¹⁸ Por causa do sistema político-eleitoral da Alemanha, a CSU se une a CDU no que diz respeito às eleições nacionais. Por ser um partido da região da Baviera, a nível nacional, tanto a agremiação partidária quando a sua fundação atua de forma conjunta com a CDU e com a KAS.

Partido Político	Fundação Partidária
Aliança 90/Os Verdes (Grüne)	<pre> graph LR Regenbogen[Regenbogen Stiftung] --- HB[Fundação Heinrich Böll] HB --- Frauen[Frauen Stiftung] HB --- Bund[Bund Stiftung] HB --- HB2[Heinrich Böll Stiftung] </pre>
<pre> graph LR DieLinke[Die Linke] --- SPD[SPD] DieLinke --- PDS[PDS] </pre>	Fundação Rosa Luxemburgo

Fonte: dados coletados na internet pela autora.

Embora funcionando através da orientação ideológica do partido a qual está vinculada, a promoção dos valores democráticos e da pluralidade do sistema partidário alemão são os objetivos comuns a todas as *Stiftungen*. Esses valores constituem o fundamento do regime democrático alemão, como a questão da resolução pacífica de conflitos, a defesa de um governo democrático direito, dos direitos humanos e de uma sociedade plural (Mair, 2000).

Legalmente, as *Stiftungen* são distintas das organizações partidárias e não podem repassar a verba recebida para a sua manutenção às suas respectivas legendas. Na realidade, cada fundação está fortemente vinculada a um partido e é gerida por um conselho que inclui os mais importantes quadros do partido, o qual geralmente, o presidente é algum líder partidário¹⁹ (Pinto-Duschinsky, 1991). As *Stiftungen* foram criadas, portanto, com a função de fomentar o debate e a educação democrática, além de apoiar as atividades dos partidos políticos com os quais estão vinculados (Mair, 2000).

Na Espanha, a maioria as fundações partidárias existentes foram criadas em 1990 a partir de medidas de aprofundamento democrático promovido pelo governo (Ponsa, 2014), sendo a Fundação Pablo Iglesias, vinculada ao PSOE, a única fundação institucionalizada em 1926 mas que permaneceu inativa durante o regime de Franco. Com a implementação de ajudas específicas advindas do Estado espanhol para a criação e manutenção de organizações com dependência orgânica aos partidos políticos, diversas agremiações fundaram tais instituições a fim de acessar esta linha de concessão estatal (Ponsa, 2014). A principal questão que difere estas organizações e as colocam sob a ótica de fundações partidárias se dá na dimensão da

¹⁹ “The party foundations are legally distinct from the German political parties, and they may not pass money to a party. In reality, however, each foundation is firmly connected with a party and is governed by boards which include some of the most senior party leaders. The working chairman of each foundation is a top party figure”. Tradução livre da autora.

subvenção estatal destinada ao funcionamento, sendo as dotações advindas do Ministério da Educação, do Ministério da Cultura e, também, do Ministério das Relações Exteriores (Ponsa, 2014). Além disto, o Estado espanhol também direciona subsídios específicos para fundações partidárias com representação na Corte Geral, sendo regulamentada pela Lei Orgânica de financiamento dos partidos na Espanha, a LO 8/2007, que garante mais protagonismo às fundações (Ponsa, 2014).

No que diz respeito a América Latina, Garcé e Uña (2010) afirmam que um dos maiores desafios dos partidos latino-americanos se dá na construção de organizações políticas fortes, estáveis e competitivas dentro do sistema partidário, de modo em que estes são fatores que influenciam diretamente no desenvolvimento de instituições com vínculos partidários influentes. Desta forma, como Garcé (2009) apresenta, são poucos os partidos políticos na América Latina que tem dentro da sua estrutura partidária organizações cujo objetivo é a formação política, a promoção de debates na arena política e a análise de políticas públicas. Brasil, Chile e México (e de forma recente a Argentina, Uruguai e Costa Rica) são países cujas agremiações partidárias institucionalizam organizações dentro da sua própria estrutura, que são centros de formação de quadros políticos e de debates sobre a arena governamental (Garcé, 2009).

1.5 A literatura sobre fundações partidárias no Brasil

A pouca literatura existente sobre as fundações partidárias aborda estudos de casos europeus e a centralização de estudos nesta região não é um mero acaso. Como mencionado anteriormente, os mais importantes e antigos exemplos de fundações partidárias encontram-se na Europa, notadamente na Alemanha. Além da descrição que estas agremiações preferem manter, os textos que tratam desta temática específica encontram-se em domínios das próprias agremiações, em seus sites, estatutos e documentos oficiais. No caso brasileiro não é diferente. A escassa literatura nacional que aborda o tema está inserida em três vertentes: ou são textos jurídicos, que abordam a temática das fundações em uma perspectiva legal e jurisprudencial; ou são estudos que lançam mão do método comparativo, buscando compreender a realidade do fenômeno no Brasil a partir da observação de casos similares em outros países; ou são estudos que recorrem a análises sócio-históricas, com o objetivo de se compreenderem características institucionais, propriedades políticas, sociais e culturais, e a configuração estrutural das fundações partidárias.

O pioneiro estudo sobre as fundações partidárias brasileiras foi produzido pelo embaixador Carlos Henrique Cardim (2003) com a finalidade de estabelecer conexão entre

cultura política e as fundações. O texto apresenta três esferas de análise a fim de responder a sua finalidade: o surgimento deste modelo de organização, a partir da análise sócio-histórica da República de Weimar, uma análise das fundações a partir de textos jurídicos que abordam a temática em uma perspectiva legal e, por fim, um estudo comparativo das principais atividades produzidas por três fundações vinculadas às seis maiores agremiações com representação no Congresso Nacional à época. Notadamente, este estudo é um trabalho exploratório que abriu possibilidade para um campo de estudo que de fato nunca foi analisado de forma intensiva pela Ciência Política brasileira. Os pressupostos elencados por Cardim (2003) reiteram o debate produzido internacionalmente sobre as fundações partidárias, principalmente ao indicar a Alemanha e o fracasso da República de Weimar como o berço destas organizações.

Ao intitular a República de Weimar como uma “democracia sem democratas” (Cardim, 2003, p.361), indo de encontro com a concepção de Vogel (1992), Cardim (2003) reconhece que a Constituição da República de Weimar foi um símbolo de referência no desenvolvimento do Estado de Direito Democrático no que concerne o aperfeiçoamento que a Carta Magna alemã trouxe, não somente nas questões das legislações econômicas e sociais, mas principalmente nas inovações das normas que aprimoraram o sistema representativo no Parlamento. Mas isto não foi o bastante para que o regime político alemão não implementasse o autoritarismo nazista nos anos 1920. Cardim (2003) aponta que a experiência de Weimar exprime que para uma democracia subsistir, alguns valores democráticos devem estar presentes, independentemente dos contextos socioeconômicos inscritos. Além de fomentar valores democráticos formais, como a realização de eleições periódicas e a continuidade do processo político, o respeito pelas diferenças e o entendimento de que “todos somos políticos, e não somente a denominada *classe política*” (p. 362), são elementos essenciais para o sucesso do regime democrático.

Cardim (2003) observa, o pós-1945 na Alemanha foi um período marcado pela ideia de aprender com os erros produzidos no passado, principalmente no que tange a idealização de um regime democrático moderno. O autor chama atenção para a “cláusula construtiva”, um dispositivo prescrito na nova Constituição alemã no que se refere aos objetivos e finalidades das *Stiftungen*, que além de estar vinculadas a cada agremiação do sistema partidário alemão e de funcionar através do financiamento público, são destinadas também à:

- a) oferecer educação política;
- b) promover a pesquisa e organizar a documentação histórica e evolução da corrente ideológica que defende;
- c) apoiar a integração europeia e colaborar para o entendimento internacional, inclusive dando suporte moral e assistência material a democratas que estejam sofrendo perseguição política;
- d) divulgar os resultados de seus trabalhos;

- e) servirem de “refúgios” dignos e momentâneos para quadros partidários que sofreram eventuais reveses eleitorais. (Cardim, 2003, p. 262).

O pioneiro estudo produzido por Cardim (2003) pode ser visto como o texto que inaugura os estudos e investigações sobre as fundações partidárias brasileiras, sendo referência aos trabalhos produzidos posteriormente. O trabalho paradigmático que edificou todo o debate produzido pelos demais autores brasileiros foi o produzido por Dantas e Fernandes (2013). Além de ser o primeiro estudo efetivo sobre a estrutura e organização das fundações partidárias brasileiras, Dantas e Fernandes (2013) produziram uma análise detalhada e em perspectiva comparada com outras fundações partidárias no mundo. Os autores chamam atenção para o valor dos recursos da União destinados às fundações partidárias brasileiras. Além disso, também apresentam reportagens produzidas pela grande mídia que questionam a efetividades destas organizações. Sete anos mais tarde, nos dias de hoje, é certo encontrar ao menos uma reportagem por mês que questione o montante atribuído a estas instituições²⁰.

Dantas e Fernandes (2013) introduzem ao debate sobre fundações partidárias um modelo de análise sobre a estrutura e atuação destas organizações a fim de avaliar se os pressupostos de função social destas organizações e também aqueles determinados pela legislação partidária brasileira estão sendo cumpridos, principalmente no que tange as instituições de promoção de educação política e fortalecimento de valores democráticos. As principais conclusões estabelecidas pela pesquisa de Dantas e Fernandes (2013) versam sobre os diferentes graus de institucionalização que estas organizações se encontram, sendo este o principal fator explicativo sobre as diferentes cargas de atividades e formação política produzidas. Os institutos alemães e espanhóis apresentam maior alcance, capilaridade e produção de atividades que fomentam a vida partidária, enquanto os casos franceses e sul-americanos exibem tais desempenhos em menor grau (Dantas e Fernandes, 2013). No caso brasileiro, institutos vinculados a legendas situadas na escala de espectro ideológico mais à esquerda tendem a realizar tais ações de modo mais extensivo, de modo que se aproximam mais da lógica alemã (Dantas e Fernandes, 2013).

Reis e Grill (2014, 2016 e 2017), apresentam pontos semelhantes aos do trabalho produzido por Dantas e Fernandes (2013), de maneira que os avanços apresentados por aqueles autores são apenas pontuais. O aspecto de encontro entre estes trabalhos se dá no que diz respeito aos fatores que interferem na estruturação das fundações partidárias, explicitando-se a

²⁰ No início de 2019, criei um Google alerta com “fundações partidárias” como conceito de notificação a fim de encontrar qualquer texto produzido sobre estas organizações, assim como ficar a par de qualquer informação que estivesse vinculada a elas. Com esta ferramenta, pude verificar a quantidade de reportagens veiculadas na mídia digital, em sua maioria questionando os valores distribuídos.

questão da representação e penetração eleitoral do partido ao qual tal fundação está vinculada, onde o orçamento do fundo partidário seria o exemplo mais claro dessa interferência mais direta. Ambos os trabalhos (Dantas e Fernandes, 2013; Reis e Grill 2014, 2016 e 2017) explicitam que ao analisar a estrutura e funcionamento das fundações, há um quadro marcado ainda pela fragilidade e a não efetiva institucionalização de tais organizações. O que estes autores apresentam de inovação no campo de estudo sobre fundações partidárias se dá na apresentação de análise não só de características estruturais, como também de dimensões sociais, políticas e culturais (Reis e Grill, 2014, 2016 e 2017), ao apresentar o perfil dos presidentes e ex-presidentes das fundações.

Além disso, os autores também apresentam três cenários explicativos para o surgimento das fundações partidárias brasileiras. O primeiro cenário, associado ao contexto de crises políticas, se fez necessária a criação de departamentos de estudos vinculados às duas legendas ativas na arena partidária brasileira nos anos 1970, Arena e MDB, de modo que refletem forças aglutinadoras de ação no espaço político. O segundo cenário, calcado principalmente na questão da abertura partidária e o surgimento de novos partidos e, conseqüentemente, outras organizações que compunham o cenário de determinação de fronteiras ideológicas e identitárias na arena política, como movimentos sociais e sindicalistas. E, por fim, o terceiro cenário que apresenta os acontecimentos internacionais e nacionais do início dos anos 1990 (dissolução da União Soviética, reunificação alemã e fim do *Apartheid* na África do Sul, eleições diretas e a promulgação da Lei Orgânica 9.096/95, que versa sobre os partidos políticos brasileiros) como fatores de maior institucionalização das fundações partidária no Brasil (Reis e Grill, 2014, 2016 e 2017).

As principais conclusões elencadas por Reis e Grill (2014, 2016 e 2017) apontam que o respaldo às determinações legais nas quais estas fundações operam podem ser analisados como condicionantes que limitam e confluem na ação dessas organizações, funcionando de forma mais institucionalizada e profissional. Sobre a sociografia dos presidentes e ex-presidentes, Reis e Grill (2014, 2016 e 2017) apontam para a composição de quadros políticos profissionais com atuação ativa em cargos eletivos e políticos.

Por outra perspectiva, Henrique (2015) fomenta o debate sobre fundações partidárias brasileiras ao elencar normas legais que regem estas organizações ao longo da histórica política brasileira, evidenciando a Lei nº 9.096/15, a atual Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), como a norma que aloca dotação orçamentária definida para as fundações partidárias a fim de assegurar o exercício pleno da função educadora que as agremiações e suas respectivas fundações.

Como defendido pelos autores apresentados ao longo do texto, as fundações partidárias têm como arcabouço normativo e social, a contribuição para a formação da consciência política dos atores sociais, contribuindo, dessa maneira, para o desenvolvimento do debate democrático, potencializando a difusão de valores essenciais para o fortalecimento do regime democrático.

Tendo em vista as previsões legais da instituição de organizações que tem como objetivo a promoção de educação e cultura política, esse capítulo tem como objetivo concatenar as principais contribuições acerca deste elemento do sistema político. Partindo de pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e baseada na revisão da bibliografia especializada referente ao tema – chamado pela academia de “estado da arte” ou “estado do conhecimento” – busquei sistematizar a produção acadêmica e o conhecimento científico produzido no âmbito da ciência política, tanto nacional quanto internacional, sobre as fundações vinculadas aos partidos políticos. Apesar da escassa literatura nacional e internacional que se debruça sobre o tema e, no que se refere a esta, a literatura encontrada e apresentada ao longo do texto estar diretamente associada à questão da cooperação internacional e solidariedade das *Stiftungen* com os demais países, tornando ainda mais laborioso a apresentação de um debate acerca da estrutura e funcionamento de tais instituições, apresento a seguir as principais diligências encontradas nos debates nacionais e internacionais.

Dentre os principais achados, apresentei o surgimento das *Stiftungen* alemãs, o modelo organizativo pioneiro, mais organizado e influente das fundações partidárias. Tais organizações tiveram origem no pós-Segunda Guerra Mundial e tinham como objetivo promover a educação cívica e política de um país em processo de "desnazificação". Calcadas na "cláusula construtiva" (Cardim, 2003; Dantas e Fernandes, 2013) da Constituição alemã, as fundações dos partidos políticos, dotadas do financiamento público, tem como objetivo desenvolver a educação política, promover pesquisas e atividades vinculadas à história da ideologia defendida por elas e o apoio à integração europeia, servindo de suporte para propagar valores democráticos para outros Estados através da cooperação internacional. Vale ressaltar que hoje, a maioria das *Stiftungen* possuem representação em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, explicitando esse caráter do destino de intercâmbio institucional, material e de financiamento de ações em conjunto com as agremiações partidárias e com a sociedade civil de cada país.

Apresentei também a produção internacional e nacional sobre as fundações, além de introduzir o debate nacional sobre a estrutura e organização das mesmas. Observa-se que as fundações brasileiras se espelham na lógica alemã das *Stiftungen* no que se refere ao tipo de

financiamento e à necessidade, em termos legais, do vínculo com estruturas partidárias. No tocante da promoção da educação política, elas apresentam um nível reduzido das atividades de formação política, gerando um menor impacto na consolidação de uma educação política nacional. O estudo pioneiro de Cardim (2003) pode ser visto como o texto que, aparentemente, direciona os estudos produzidos posteriormente e apresentados neste artigo, especificamente no que se refere os estudos produzidos no âmbito nacional. Seu texto apresenta três esferas de análise a fim de responder a sua finalidade: uma análise sócio-histórica da República de Weimar, uma análise das fundações a partir de textos jurídicos que abordam a temática em uma perspectiva legal e um estudo comparativo das principais atividades produzidas por três fundações vinculadas às seis maiores agremiações com representação no Congresso Nacional à época.

Como mencionado acima, os escritos nacionais sobre fundações partidárias lançam mão de estudos que abordam o tema através de três vertentes: utilizando-se do método comparativo, como no caso dos estudos produzido por Dantas e Fernandes (2013), que busca compreender a realidade do fenômeno no Brasil a partir da observação de casos similares em outros países; ou recorrem a análise sócio-histórica, como no caso de Reis e Grill (2014 e 2017), para compreender as características institucionais, propriedades políticas, sociais e culturais, e a configuração estrutural das fundações partidárias; ou se estruturam a partir da análise dos textos jurídicos a fim de abordar a temática das fundações em uma perspectiva legal e jurisprudencial, como no caso do estudo produzido por Henriques (2015).

O ponto de encontro entre os trabalhos de Dantas e Fernandes (2013) e Reis e Grill (2014 e 2017) se dá relativamente aos fatores que interferem na estruturação das fundações partidárias, podendo explicitar a questão da representação e penetração eleitoral do partido que tal fundação está vinculada, onde o orçamento do fundo partidário por ser considerado o exemplo dessa interferência mais direta. Ambos os trabalhos explicitam que ao analisar a estrutura e funcionamento das fundações, há um quadro marcado ainda pela fragilidade e a não efetiva institucionalização de tais instituições, indo de encontro com os pressupostos de Cardim (2003).

Partindo da compreensão das agremiações políticas como instrumento de transformação social, mais especificamente instituições permanentes cujo organismos de capacitação, formação de quadros e militantes não se restringem somente às ações internas de educação e doutrinação política, as fundações partidárias se apresentam como um elemento central do sistema político, especialmente ao considerar cultura política como alicerce de um sistema político democrático. Além de difundir ideias intra e suprapartidárias, as fundações envolvem

a sociedade civil de maneira geral, através da participação em debates de temas contemporâneos, de estudos acadêmicos e da promoção de atividades de formação política. Sua importância não se dá somente por conta do fluxo de recursos financeiros legais, regulares e estatais destinados para a manutenção das mesmas, mas também pelo volume de atividades produzidas nos últimos anos, assim como no papel que elas possuem na propagação de valores democráticos, dos programas partidários e na educação política brasileira.

Cabe, então, levantar uma agenda de pesquisa mais tangível para o caso brasileiro. Como vimos, a literatura é deveras escassa, apresentando somente alguns estudos comparados ou que explicitem alguns aspectos organizativos de determinadas fundações. Ainda há muito a descobrir sobre como as fundações partidárias no Brasil se estruturam e o seu papel na vida política brasileira. Diante desse quadro, é fundamental desenvolver trabalhos que minorem as lacunas existentes na literatura. Para isso, são necessárias pesquisas que combinem sólida abordagem empírica com uma análise refinada envolvendo as principais legendas partidárias do Brasil e suas respectivas fundações.

Posto isto, o capítulo que se segue tem por objetivo: a) mapear o desenvolvimento das fundações partidárias no Brasil; b) apresentar quais são as suas estruturas recorrentes; c) elencar como os recursos advindos do fundo partidário são utilizados pelas fundações e; d) averiguar quais são as principais atividades e redes de associação encontradas em tais organizações.

Capítulo 2 – Desvendando as fundações partidárias no Brasil: evolução histórica e sua estrutura organizativa

Para aprofundar as reflexões sobre a formação política produzida pelas fundações partidárias e o desenvolvimento deste tipo de organização no Brasil, é necessário empreender uma rápida revisão da história jurídica e política brasileira no tocante ao sistema partidário e a evolução deste modelo específico de organização a nível nacional, assim como identificar e comparar a dimensão organizativa e estrutural destas organizações, a partir da análise dos seus estatutos e das entrevistas com os quadros dirigentes.

Como mencionado anteriormente, os estudos nacionais sobre fundações partidárias lançam mão de três linhas distintas: estudos onde são apresentados dispositivos jurídicos, que abordam a temática das fundações em uma perspectiva legal e jurisprudencial (Henriques, 2015); estudos comparativos, como no caso do conteúdo produzido por Cardim (2003) e por Dantas e Fernandes (2013); ou estudos que recorrem a análise sócio-histórica, como no caso de Reis e Grill (2014, 2016 e 2017), para compreender a configuração estrutural das fundações.

Este capítulo tem como foco de análise a evolução das fundações partidárias a nível nacional, visando compreender a narrativa sociográfica das mesmas, seus condicionantes históricos e repertórios de ação que incidiram na sua evolução social e política, bem como na afirmação desta organização na arena política institucional. Para além disso, este capítulo também tem como finalidade a apresentação do debate produzido nacionalmente sobre a estrutura organizativa das fundações partidárias, apresentando evidências que minorem as lacunas existentes na literatura a fim de apresentar uma análise refinada sobre as seis fundações escolhidas para este estudo²¹. A pesquisa se centrou nas redefinições da estrutura organizativa, atividades e perspectivas legais ao longo do tempo, no alinhamento político decorrente da “reconfiguração” partidária na redemocratização e o posicionamento adquirido pelas fundações partidárias com vista a conquista de um determinado espaço no âmbito partidário.

Portanto, este capítulo tem por objetivo: a) mapear o desenvolvimento das fundações partidárias no Brasil; b) apresentar uma sistematização da sua estrutura organizativa; e c) evidenciar quais são as principais atividades e redes de associação encontrada em tais organizações. Para tal esforço, mobilizou-se as informações contidas nos *sites* das fundações partidárias, em seus documentos oficiais (estatutos) e nas entrevistas com os principais quadros

²¹ Como mencionado anteriormente, na introdução, os critérios de escolha das fundações partidárias a serem estudadas se dão por duas dimensões: o posicionamento das agremiações partidárias dentro da escala ideológica, concentrando o estudo em partidos encontrados dentro do aspecto de centro-esquerda, centro e centro-direita na escala ideológica e a relevância histórica das mesmas, escolhendo fundações que surgiram em diversos momentos da história política brasileira.

dirigentes de cada fundação. Todavia, cabe ressaltar que as informações aqui apresentadas foram divulgadas pelas próprias fundações e seus atores, sendo válidas a fim de analisar a estrutura jurídica-institucional dessas organizações.

Posto isto, o capítulo está organizado em duas seções: a primeira tem por objetivo resgatar dados referentes à emergência e à cronologia de criação e evolução das fundações partidárias, com a intenção de situar sincronicamente essas organizações à conjuntura sócio-política do país e de suas legendas, ou seja, aos condicionantes históricos que incidiram na sua evolução.

Propõe-se na segunda seção uma discussão das fundações partidárias a partir da análise da sua estrutura organizacional, utilizando-se das informações apreendidas nos domínios de seus sítios eletrônicos (*sites*), estatutos e entrevistas. A metodologia adotada na elaboração dessa seção foi a avaliação qualitativa das estruturas das fundações partidárias por meio da análise de informações divulgadas pelas organizações selecionadas. Na análise, apresento o formato organizacional e administrativo, verificando a discrepância existente entre a organização formal e a informal, e as práticas mais recorrentes, com o objetivo de demonstrar comparativamente quais são as condutas prioritárias adotadas pelas fundações partidárias, tornando possível elencar quais os pressupostos jurídicos facultados à estas organizações são mais disseminados.

2.1 Histórico no Brasil: evolução jurídica, narrativas e condicionantes socio históricos

Esta seção tem por objetivo servir de instrumento para compreender o momento histórico do surgimento das fundações partidárias no Brasil e da sua entrada na cena institucional e política brasileira. A principal hipótese é que estas organizações tiveram quatro ondas de institucionalização: a primeira onda, a fase experimental, onde surge de forma espontânea e informal, nos anos 1950, uma espécie de departamento de estudo, vinculado ao PTB, com o propósito de enraizar diretrizes doutrinárias do partido; a segunda onda, durante o regime militar, onde as fundações partidárias são previstas legalmente através das leis instituídas pelo governo autoritário e atuam de forma mais efetiva e orgânica na questão da educação política; a terceira onda, marcada pela redemocratização e pela autonomia de organização produzidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) 9.096 de 1995; e a quarta onda, dos anos 2000, com a Resolução 22.121 de 2005, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o rigor da fiscalização e a profissionalização dessas organizações. Num primeiro momento, deparei-me com a falta de literatura específica sobre o tema. Percorri diversas pesquisas que de certa forma mencionaram algo relacionado ao tema

das fundações, algumas que versavam sobre instrumentos normativos instaurados pela ditadura militar, outras sobre o desenvolvimento e atuação dos partidos durante esse mesmo período, e outras que explicavam a atuação de alguns setores organizados na arena política brasileira ainda durante o período supracitado. Para a construção desta seção, o relato de atores foi primordial para compreender tais acontecimentos.

Algumas pressuposições foram elencadas ao longo da pesquisa. A primeira delas é a inspiração do governo militar na criação das fundações partidárias a partir da influência do ISEB na arena política brasileira nos anos anteriores ao regime. Criado em 1955, o instituto funcionou como disseminador de ideias que alimentavam o desenvolvimentismo, importante para os governos até então vigentes. Extinto em 1964, três dias após o Golpe Militar, o regime se inspiraria neste modelo para institucionalização deste tipo de organização. A segunda delas é sobre a influência da expansão do ensino universitário e das disciplinas de Ciências Sociais e Economia, as variações de ideologias em voga, seus intérpretes no Brasil (socialismo, marxismo e liberais) e a apropriação dessas ideias na atuação política. Ambas as pressuposições estão vinculadas à dimensão explicativa do surgimento desse modelo de organização. Destaco que o momento de registro de instrumentos normativos que versam sobre o tema das fundações partidárias brasileira se dá durante o Regime Militar em 1965, onde essas organizações ganharam maior visibilidade a partir de 1972-1973 e se intensificam entre 1975 e 1978, coincidindo, dessa forma, com o momento que Pécaut (1990) demarcou como o de imersão de intelectuais no campo político-partidário brasileiro, sendo o mesmo período em que as fundações partidárias surgem como ator dentro do cenário político.

Sobre a demora para a construção desses espaços de atuação, a primeira hipótese a ser apresentada é da confluência de condições para a edificação das fundações partidárias. Ainda, podemos verificar três marcos que podem ser lidos como linhas explicativas da mudança de paradigma de atuação política e, conseqüentemente, o surgimento do Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais (IEPES)/Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta (IPH)²² vinculados ao MDB e da Fundação Milton Campos (FMC) associada ao ARENA. O primeiro marco é o surgimento do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) em 1969, sendo então uma das principais fontes de referência para as atividades do MDB (Pécaut, 1990), principalmente para a ala do MDB gaúcho. Coordenado por André Foster, o IEPES surge em 1972 como um ator importante nesta ponte entre intelectuais do Cebap com o partido, através dos grandes seminários. A segunda linha explicativa se dá pelo endurecimento do regime com

²² Aqui utilizo ambas as organizações pois há a questão do IEPES não ser tratado como fundação formal do MDB mas também não existir documentos da Ditadura que mencionem a atuação do IPH.

a instituição do AI-5 em 1968. Percebe-se então, que ao longo dos anos 1970, diversos grupos passaram pelo processo de reorientação política (Angelo, 2007), optando por apoiar o MDB como instrumento de luta organizada e tornando-o canal oficial de engajamento político, resultado do reconhecimento dessas organizações como um espaço eficiente e legal de ação política e fortalecimento do partido como via de oposição ao regime. A terceira linha explicativa, por outro lado, refere-se ao surgimento da FMC em 1975, vinculada ao ARENA, como um instrumento resultante do processo de fortalecimento do partido experimentado desde 1969 (Grinberg, 2009), assim como uma resposta a vitória eleitoral do MDB em 1974.

Essas linhas explicativas da mudança de paradigma de atuação política e construção de organizações vinculadas às agremiações políticas não se excluem e evidenciam o momento histórico que propiciou o nascimento orgânico das mesmas. A cronologia dos movimentos configura, assim, as condições históricas para o surgimento desse espaço em meio a um regime ditatorial, que assume uma posição no espaço político nos anos 1970 que de um lado, operava na afirmação contrária ao autoritarismo, e por outro, buscava reforçar o modelo de partido adequado ao liberalismo, sem dismantelar a rede de apoio ao regime (Grinberg, 2009). Cabe ressaltar que esta seção tem por finalidade realizar uma descrição geral do período político brasileiro, sem entrar nas suas minúcias, nem tampouco debater as diversas abordagens analíticas que explicam - o. Trata-se, então, da construção e descrição contextual que apresenta narrativas de eventos que podem ter gerado algum impacto na estruturação das fundações partidárias brasileiras.

Posto isto, esta seção se ampara nas orientações de análise de Reis (2001), Reis e Grill (2014, 2016 e 2017), Henrique (2015), Kinzo (1988) e Grinberg (2009), assim como na análise de documentos oficiais partidários e entrevistas com quadros históricos, objetivando situar o processo de reconstrução da evolução histórica das fundações partidárias no Brasil. Vale ressaltar que o percurso aqui seguido não tem a intenção de desvelar a completude das ações e da totalidade dos condicionantes históricos do período aqui tratado, e sim elucidar instrumentos de compreensão do momento fundacional e de institucionalização jurídica das fundações partidárias, perpetradas fundamentalmente na entrada no cenário político institucional como elementos relevantes dentro do MDB e ARENA e da sua “reconfiguração” no período da redemocratização brasileira. Ou seja, a avaliação retrospectiva sobre o período e ambiente em questão para compreender o processo que engendra tais observações é muito mais complexo do que se faz possível descrever aqui, no entanto, serve para apontar caminhos para compreender as etapas evolutivas das fundações partidárias brasileiras.

A gênese e o desenvolvimento das fundações partidárias brasileiras vincula-se à conjuntura política particular da segunda metade do século passado. A experiência da Quarta e Quinta República - respectivamente de 1945 a 1964 e o regime de exceção de 1964 a 1985 - foram essenciais para o surgimento e aperfeiçoamento destas organizações. Apesar de ganharem roupagem legal e institucional durante o Regime Militar (1964-1985), Reis e Grill (2017) afirmam, que as fundações partidárias brasileiras podem ser datadas desde os anos 1950, com a instituição de um “departamento de estudos” dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1952. Comandada por Alberto Pasqualini, liderança política e intelectual, e instituído por João Goulart quando assumiu a presidência nacional do PTB, tal departamento tinha como função aprofundar a doutrinação partidária²³. A organização deste “Instituto para estudos Políticos, Econômicos e Sociais” (*site* da FLB-AP) tinha como principal pressuposto a “formação política de quadros, a doutrinação ideológica e o estudo sobre temas relevantes para a sociedade” (Idem).²⁴

Rompendo com o ordenamento democrático instituído desde a Constituição de 1946, o Regime Militar, embora engendrado no contexto de exceção, conservou instituições e práticas tipicamente característicos do período democrático, sendo esta peculiaridade²⁵ essencial e determinante na forma de atuação de diversos atores políticos. Como aponta Kinzo (1988) o Regime Militar não invalidou mecanismos democráticos de imediato, mantendo o Judiciário e o Legislativo funcionando, mesmo que suas ações e poderes fossem restringidos mais tarde. Da mesma forma, o regime manteve o sistema partidário vigente até 1997, conservando a Constituição de 1946, contudo, emitindo durante esses anos os chamados Atos Institucionais e Atos Complementares, cujo objetivo era edificar as prerrogativas e valores do regime. E, por fim, o governo também, conservou eleições periódicas para determinados cargos, mesmo que estas não acautelassem a plena liberdade de atuação política dos atores (Kinzo, 1988). Caracterizado pela literatura histórica e jurídica como um regime de atos institucionais (Bechara

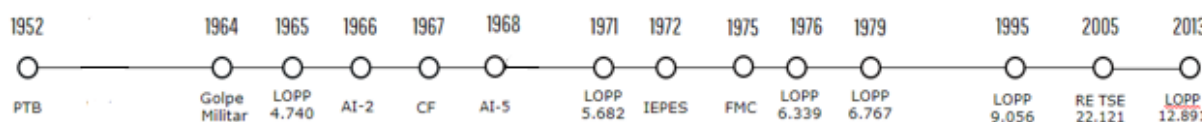
²³ Apesar do verbete biográfico de Alberto Pasqualini do CPDOC/FGV apontar essa dimensão, revisando a história do PTB, PDT e do trabalhismo, não há documentos que façam referências concretas no quesito da organização e instituição deste departamento. Vale ressaltar que, comparativamente, todas as organizações partidárias dos anos 50 e 60, PSD, UDN e o PCB, não há uma ideia concreta de organizações vinculadas aos partidos cujo objetivo deveria ser a formação de quadros militantes e parlamentares. O se encontra, de fato, é a organização de seminários e encontros direcionados às juventudes trabalhistas, no qual podemos evidenciar as palestras organizadas por Alberto Pasqualini com jovens da Ala Moça ou reuniões partidárias com dirigentes sindicais. Na consulta às fontes históricas, não há menção a instituições que se comportassem como fundações partidárias.

²⁴ <http://flb-ap.org.br/sobre/>, último acesso 06/08/2020.

²⁵ Sobre as características do regime militar brasileiro, Mainwaring (2001) aponta que quando comparado com o regime militar de outros países do Cone Sul, em especial da Argentina e do Chile, a manutenção dos partidos e das eleições foram particularidades do regime vigente, visto que nos países citados, os regimes não foram complacentes com os partidos.

e Rodrigues, 2015), estes eram os principais instrumentos normativos do regime, caracterizando a legalidade instrumental subordinada aos interesses do poder estabelecido. Durante o período autoritário, o governo editou 1.230 sanções, entre elas mais de 100 dispositivos legais que dissertam sobre a esfera eleitoral-partidária. A fim de elucidar a concepção e a evolução histórica das fundações partidárias, e sua relação com as medidas sancionadas pelo regime militar brasileiro e outros atores, disponho a linha do tempo a seguir:

Quadro 6: linha do tempo momento histórico



Fonte: Elaborada pela autora a partir do levantamento histórico e dos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE). <http://www.ibrade.org/servicos/legislacao-eleitoral/>

Do ponto de vista da elaboração da engenharia normativa-legal no que toca o objeto deste estudo, as fundações partidárias brasileiras, como enfatiza Henrique (2015), estão previstas na estrutura legal desde a pregressa Lei dos Partidos Políticos de 1965 (LOPP n. 4.740/65, incisos IV e V, revogada), escrita por Castello Branco e Milton Campos, que assegura como função permanente dos partidos políticos brasileiros a manutenção de cursos de difusão doutrinária, educação cívica e alfabetização e, também, determina a criação de institutos ou fundações, vinculadas a cada legenda, com o intuito de promover a doutrinação política partidária e formar e renovar os quadros partidários:

Art. 75. Os partidos terão **função permanente** assegurada:

I – pela continuidade dos seus serviços de secretaria;

II – pela realização de conferências;

III – pela promoção, ao menos duas vezes ao ano, no âmbito da circunscrição dos órgãos dirigentes, de congressos ou sessões públicas, para difusão de seu programa, assegurada a retransmissão gratuita pelas empresas transmissoras de radiodifusão;

IV – **pela manutenção de cursos de difusão doutrinária, educação cívica e alfabetização;**

V – **pela manutenção de um instituto de instrução política, para formação e renovação de quadros e líderes políticos;**

VI – pela manutenção de bibliotecas de obras políticas, sociais e econômicas;

VII – pela edição de boletins ou outras publicações

(Lei no 4.740/1965, BRASIL. Grifos da autora).

Mesmo com a instituição dessa lei, não há qualquer menção a criação de institutos ou fundações partidárias neste período. Em outubro de 1965, o governo militar baixou o Ato Institucional número 2 (AI-2), que estipulou a realização das eleições para Presidente e Vice-Presidente pelo Congresso, com o voto da maioria. O AI-2 estabelece mecanismos que impossibilitam a permanência de legendas partidárias que surgiram no fim do Estado Novo e

dificultou ainda mais a criação de novas agremiações. Sendo assim, estabeleceu-se um arranjo político coeso que ao mesmo tempo forneceu uma rede de apoio legal ao regime, também garantiu um partido formal de oposição (Kinzo, 1988), ou seja, um sistema bipartidário, com a aglutinação de forças oposicionistas em um partido único, no MDB, e a organização de forças pró-regime no ARENA (Fausto, 2002), sendo ainda facultado a estes a criação de institutos ou fundações partidárias. Instituído como “oposição consentida” e legal, o MDB tinha embrionária articulação entre as tendências nele agregadas, o que possivelmente possa ter dificultado a mobilização e atuação conjunta dessas tendências como uma oposição real ao regime (Kinzo, 1988).

Em 1967, o Congresso, convocado extraordinariamente, aprova um novo texto constitucional, reafirmando a ampliação dos poderes por parte do Executivo, institucionalizando as formas de ação arbitrárias do regime (Pedrotti, 2005). Com a ampliação da luta armada como esfera de contestação do regime vigente, o Regime Militar baixou em 1968 o Ato Institucional n.5 (AI-5), que marca de vez o aprofundamento da repressão autoritária que impactou diversas esferas da sociedade, com exercício arbitrário do poder por parte do Executivo tanto como instrumento de correção quanto medida preventiva para a manutenção do processo revolucionário em curso desde 1964 (Kinzo, 1988). Ademais, o AI-5 foi um aparelho repressivo estatal utilizado para impor o fechamento do Congresso por 10 meses entre os anos de 1968 e 1969 (Kinzo, 1988). Durante este período, tanto o MDB quanto o Arena empenharam-se na reformulação e reorganização interna das legendas de acordo com as diretrizes das leis partidárias em vigor (Kinzo, 1988), apresentando estratégias distintas para o seu fortalecimento na esfera política. Enquanto a Arena, sob a direção de Filinto Müller, buscou diversas iniciativas para reafirmar o projeto do fortalecimento da agremiação enquanto partido da revolução, buscando associar a sua imagem à Escola Superior de Guerra (ESG) e aproximando-se de ideólogos para reorientar os princípios internos do partido adequadas às diretrizes do governo (Grinberg, 2009), o MDB, diante da repressão e da restrita área de atuação política, adotou uma orientação política mais moderada (Kinzo, 1988), posto que integrantes da ala mais radical do partido foram perseguidos, torturados, mortos ou exilados, criando assim um espaço maior de atuação do grupo moderado dentro do MDB.

Em 1969, também, foi fundado por intelectuais que ora haviam sido afastados das universidades pelos atos discricionários, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Dedicados ao debate ideológico da esquerda e ao estudo da realidade brasileira, adotando uma postura crítica ao regime autoritário, seus membros participaram de seminários produzidos pelo IEPES, sendo então essencial para a organização desse segmento. Como aponta

Pécaut (1990), foi durante a década de 1960 (especificamente a geração de 1964 e a geração de 1968) que os intelectuais brasileiros se reorientaram em exercer atividades de pesquisa nos momentos de maior repressão, sobretudo no Cebrap. Segundo Pécaut (1990), o marco de entrada dos intelectuais como atores políticos se dá em 1973, com os seminários organizados pelo IEPES em Porto Alegre com diversos membros do Cebrap.

Na esfera jurídica, a edição da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, n. 5.682/71, que substituiu a primeira Lei Orgânica dos Partidos (LOPP), conserva a função educadora das legendas partidárias, mas, como demonstra Henrique (2015), nota-se a mudança na letra da lei no que diz respeito à modificação de “institutos de instrução política” em “institutos de instrução e educação política”, reforçando o papel da função educadora das legendas. Outra mudança se dá também na inserção da formação de administradores municipais em seu inciso IV:

Art. 118. Os partidos terão **função permanente** assegurada:

[...]

IV – da manutenção de **cursos de lideranças políticas** e de **formação e aperfeiçoamento de administradores municipais**, promovidos pelos órgão dirigentes – nacional ou regional;*

V – da criação e manutenção de **institutos de doutrinação e educação política** destinado a formar, renovar e aperfeiçoar quadros e lideranças partidárias;*

VI – pela manutenção de bibliotecas de obras políticas, sociais e econômicas;*

VII – pela edição de boletins ou outras publicações (Lei no 5.682/1971, *redação dada pela Lei n° 6.339/76. BRASIL. Grifos da autora)²⁶.

Observa-se que mesmo com as diversas mudanças na LOPP, que faculta aos partidos a manutenção de fundações partidárias, nem as alas do MDB e nem as do Arena organizaram-se em torno destas organizações. Foi somente em 1972, no MDB do Rio Grande do Sul, que um primeiro esboço de organizações com esses propósitos surge, a partir de um grupo de indivíduos vinculados ao meio universitário – professores e alunos – que se articulou na criação de um espaço propício ao debate entre intelectuais, universitários e políticos (Reis, 2001). Surge, assim, o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), sendo este fundamental na luta da resistência ao regime militar e à redemocratização. Como Reis (2001) aponta, a direção partidária do MDB do Rio Grande do Sul apresentava o IEPES como uma organização cujo objetivo era a “popularização doutrinária”.

Reis (2001) aponta que a “experiência inaugural”²⁷ do MDB e do IEPES é significativa por três aspectos: o primeiro deles é a organização de um instituto de estudos localizado dentro

²⁶ No artigo produzido por Henrique (2015) e na fonte para consulta utilizada nesta pesquisa, o IBRADE (<http://www.ibrade.org/servicos/legislacao-eleitoral/>), a redação da Lei n° 5682/71 encontra-se já com as alterações produzidas pela Lei n° 6339/76 (Lei Falcão).

²⁷ A organização de um espaço para a discussão ideológica dentro do aparato partidário brasileiro já existia 20 anos antes com a experiência do PTB.

de um partido político e viabilizado por sua vida interna; o segundo é o explícito objetivo de formação ideológica através do diálogo estabelecido com o meio acadêmico; e, o terceiro, da convergência de diversas correntes internas em prol de uma “unidade de ação e de linguagem” (Documento do Congresso Regional de 1975 do MDB *apud* Reis, 2001). Logo, o IEPES, se apresentou como uma organização de construção de projetos para a oposição e alternativas de superação do regime militar, sendo percebido como a intersecção do espaço político com o espaço intelectual, abrigando setores mais à esquerda no MDB, definindo agendas de problemáticas e caminhos pertinentes para a conquista democrática (Reis, 2001). A visibilidade obtida pelo instituto sobre a conjuntura nacional social, partidária e eleitoral evidenciou-se na reprodução e circulação de seus ideais no restante do Rio Grande do Sul e do Brasil, anos mais tarde, culminando na criação de institutos similares em outros estados, como aponta Kinzo (1988), e na organização nacional do Instituto Pedroso Horta, vinculado ao MDB, em 1975.

O IEPES se organizava em torno de três tipos de atividades: reuniões de discussão da conjuntura, seminários com intelectuais e palestras e cursos de seus membros para membros de outras filiais do IEPES no interior do estado do Rio Grande do Sul (Reis, 2001). Tanto as reuniões de discussão de conjuntura quanto os seminários com intelectuais, como aponta Reis (2001), eram realizadas na Assembleia Legislativa do RS. Enquanto aquelas eram restritas à membros orgânicos do Instituto e serviam como espaço para discussão da situação e formas de ação do MDB no cenário político nacional, com produto final a publicação dos *Cadernos do IEPES* (Reis, 2001)²⁸, os seminários eram organizados com membros do Cebrap para um grupo maior de participantes. Intelectuais do Cebrap e lideranças políticas opositoras ao regime autoritário em vigor davam “grandes seminários” e, ao mesmo tempo, atuavam em prol do robustecimento do MDB. Mas o vínculo entre intelectuais do IEPES e o Cebrap não se deu somente nos grandes seminários, mas principalmente na participação de intelectuais destes na elaboração do manual de campanha do MDB para as eleições de 1974²⁹, evidenciado no depoimento de Fernando Henrique Cardoso presente no livro de Kinzo (1988):

“[...] fizemos um esboço do que seria a nossa ideia do programa de campanha, que na verdade não havia muita contradição com o que o Ulysses queria, o Pacheco queria: a ideia era fazer a intersecção entre o social e o econômico com o político. [...] Nós fomos para Brasília...fomos à casa do Amaral Peixoto, reunimos com a cúpula do MDB, e eles aprovaram a ideia. Aí nós escrevemos o Manual da Campanha de 74, que é básico, porque todos os programas dos partidos, de todos os partidos, saem dali. Tudo que se diz hoje...claro que se aperfeiçoou de lá para cá, mas a linha mestra está lá. Já estava aliás no antigo programa do MDB. Não fomos nós que inventamos isso

²⁸ Fonte primária localizada no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁹ Reis (2001) faz menção ao curso para prefeitos e vereadores (MDB e a ação Municipalista) também produzido por membros do Cebrap.

não. Nós apenas desenvolvemos e demos mais ênfase [...]. Esse manual foi muito útil, leram esse programa por toda parte”. (Kinzo, 1988, p. 154-155)

Kinzo (1988) ao apresentar a estrutura e o funcionamento do MDB³⁰, aponta o Instituto de Estudos Políticos como órgão especializado e vinculado ao partido, dando ênfase ao IEPES e aos demais institutos similares em outros estados, até a organização nacional do Instituto Pedroso Horta em 1975. Kinzo (1988) corrobora com a tese apresentada por Reis (2001) da juventude do MDB do Rio Grande do Sul ter ajudado na criação de um instituto de estudos, o IEPES, sendo este, então, a primeira iniciativa do partido na promoção de debates sobre os problemas socioeconômicos enfrentados pelo país, atraindo estudantes e intelectuais para a atividade partidária. O IEPES, portanto, foi criado organicamente com o objetivo de promover a formação política a partir da realização de encontros com lideranças intelectuais, como pode ser visto no depoimento de Pedro Simon³¹:

“[O IEPES era um] movimento político social [...] feito pelo MDB. Eu era presidente do MDB e eu, junto, fiz o IEPES. [O IEPES] buscava um diálogo com toda a sociedade. [...] Fizemos uma grande concentração em Porto Alegre, reuni praticamente as oposições do Brasil inteiro e tomamos uma decisão. Aí o IEPES fez a publicação dizendo que para nós era importante, primeiro, [...] as Diretas Já, ou seja, eleger o Presidente da República pelo voto direto. Segundo, a Assembleia Nacional Constituinte. Terceiro, fim da tortura. Quarto, liberdade de imprensa. [...] O IEPES tinha essa característica, ele reunia os intelectuais, os professores, as donas de casa ... Todas as pessoas que queriam lutar pela democracia [...] pelos partidos políticos [...] para a derrubada do governo” (Simon, 2020).

Reis (2001) aponta que o público-alvo atingido pelo IEPES era composto por estudantes, professores universitários e jovens militantes do MDB, mas o alcance que obteve através das suas atividades refletiu no recrutamento de diversos outros atores de notoriedade intelectual e política. Além do mais, de acordo com Lamounier (1986), o fortalecimento do MDB nas eleições foi alimentado pela sua identificação como um espaço eficaz de expressão. Ou seja, o caráter plebiscitário proposto por Lamounier (1986) era resultado do trabalho de identificação do partido como via de resistência e o “amadurecimento desta percepção se verificava na mobilização de forças relevantes das diferentes esferas da sociedade (intelectuais, estudantes, igrejas) e assim se apresentarem como porta-voz da “sociedade civil”³². Essa característica pode ser evidenciada pela vitória eleitoral do MDB em 1974, sendo o êxito nesta eleição essencial na reorientação política do MDB para o restabelecimento democrático e na

³⁰ A descrição apresentada por Kinzo (1988) da estrutura partidária do MDB é baseada no estatuto revisado e aprovado em 1975, pela Convenção Nacional do partido.

³¹ Entrevista realizada em 5 de junho de 2020.

³² A vitória do MDB em 1974 nos maiores estados brasileiros abriu agenda de pesquisa para utilização do processo eleitoral como métrica de correlação de forças e legitimidade dos atores, dando início ao que Lamounier (1986) define como abertura política por via eleitoral. Para mais pesquisas sobre comportamento eleitoral e voto no MDB, ver Cardoso e Lamounier (1975) e Lamounier (1980).

concretização da criação deste canal alternativo de manifestação e organização contra o autoritarismo (Reis, 2001).

Como apontado por Grinberg (2009) em seu estudo pioneiro sobre o partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), desde a sua fundação, seus dirigentes apoiavam a premissa de que a “revolução” instaurada pelo AI-1 seria a solução viável para a manutenção das “instituições liberais” (Grinberg, 2009). A partir de 1969, percebe-se o enraizamento do projeto do Arena como partido da “revolução”, sobretudo após o AI-5, com a iniciativa do diretório nacional da agremiação de arregimentar um projeto de fortalecimento do partido, vinculando-se a outras organizações como a ESG³³ e a consulta à intelectuais para a redação do programa e carta de princípios do partido (Grinberg, 2009). Grinberg (2009) demonstra que duas correntes internas que disputavam o projeto do partido: de um lado, a defesa do formalismo jurídico e de uma saída liberal para o regime autoritário, do outro, a defesa de questões nacionais, como o abandono da representação popular em defesa da soberania da nação. Assim, vale ressaltar que durante o governo Médici (1969-1974), esse grupo formalista, composto por parlamentares como Daniel Krieger, Herbert Levy e Milton Campos, não era majoritário (Grinberg, 2009).

Podemos perceber então, entre 1969 e 1974, que tanto o MDB quanto a Arena encontravam-se em um processo de reorientação partidária, tentando construir cada um à sua imagem dentro do sistema político: a Arena busca reafirmar sua posição como partido da revolução, empenhando-se, ao mesmo tempo, na obtenção do controle de suas atividades no Congresso Nacional (Grinberg, 2009), enquanto o MDB procura modificar a sua imagem diante do eleitorado como partido da oposição, sendo este processo evidenciado a partir de 1971, após a derrota eleitoral em 1970³⁴ (Kinzo, 1988). A partir de 1971, o MDB adota estratégias de atuação política direcionadas a consolidar seu lugar como partido de oposição proposto pelo regime vigente (Kinzo, 1988). Além de empenhar-se ativamente na sua organização ao longo do território brasileiro, uma série de encontros regionais foram organizados cujo objetivo era promover o estudo e debate da situação política e socioeconômica do país (Kinzo, 1988). O primeiro evento foi em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e resultou no manifesto chamado

³³ Sobre a vinculação do Arena com a ESG, Grinberg (2009) aponta que essa estratégia foi adotada a fim de “limpar a ficha da agremiação” (p. 168) mas que não foi bem sucedida posto que a própria ESG não apresentou interesse em colaborar com o partido. Este episódio aflora ainda mais as diferenças encontradas dentro das correntes do Arena, apresentando assim um grupo que compõe a rede de sustentação do regime militar, defendendo a doutrina do desenvolvimento subordinado à defesa e segurança nacional, e outro que defendia a autonomia entre as instituições de apoio ao regime (Grinberg, 2009).

³⁴ As eleições de 1970 é encarada como uma “derrota eleitoral” pelos atores políticos vinculados ao MDB por se tratar da eleição onde o número de votos brancos foi maior que o número de votos destinados a este partido. Sobre esta dimensão, em sua entrevista, Pedro Simon afirma que este movimento de votos brancos foi um resultado positivo a favor do governo militar e uma derrota ao MDB que fez com que o partido reforçasse seu caráter oposicionista ao regime nas eleições subsequentes.

Declaração de Porto Alegre que apontava vinte princípios a serem adotados e defendidos pelo partido (Kinzo, 1988).

Foi nas eleições municipais de 1972 que o MDB tentou coordenar uma campanha eleitoral mais efetiva, a partir de uma orientação nacional do partido e com a produção de um manual para candidatos produzido pelo Diretório Nacional do MDB (Kinzo, 1988). Este manual evidenciava os problemas municipais conectando com as políticas adotadas pelo governo executivo e seus impactos na sociedade brasileira (Kinzo, 1988). Mas foi somente nas eleições de 1974 que o IEPES ganha destaque como instituto de formação política com impacto nacional. Como mencionado anteriormente, com o objetivo de organizar uma campanha de escala nacional, o IEPES organiza um manual de candidatura junto à intelectuais do Cebrap que serviria como guia básico de atuação, contendo a plataforma eleitoral adotada pelo partido, apresentando fortes argumentos para os candidatos criticarem as políticas socioeconômicas do governo (Kinzo, 1988).

Após a vitória do MDB nas eleições de 1974, o Arena entende que a sua representação política deveria ser fortalecida, ao mesmo tempo em que a agremiação ainda seria a base do regime vigente (Grinberg, 2009). Sendo assim, em 1975, o partido organiza seu “instituto para pesquisas e estudos políticos”, chamado de Instituto Milton Campos, sob comando de Afonso Arinos. Enquanto o IEPES foi fundamental na luta da resistência ao regime militar e à redemocratização, o Instituto Milton Campos estava estritamente vinculado aos valores do regime do estado de exceção³⁵.

A partir de 1977, a perspectiva de reordenação política se manifestava no debate para a adoção de um sistema multipartidário, culminando na criação de novos partidos. Nos rastros das prospecções sobre os efeitos de um provável rearranjo partidário, se desenhava uma configuração de um cenário mais rico e complexo. Noll (1995), aponta que a abertura à um sistema multipartidário fora pensada como estratégia de desarticulação do MDB pelo regime militar, de uma possível desarticulação da hegemonia de “um partido político com apelo popular” (Noll, 1995, p.65). A reformulação partidária de 1979, com a Lei n. 6.767/79, marcou o fim do bipartidarismo brasileiro (1966-1979), viabilizando uma nova configuração política, resgatando legendas dos anos 1960, pré regime militar. O retorno ao pluripartidarismo e a perspectiva de reordenação política se manifestava na criação de novas agremiações partidárias, surgindo assim a possibilidade de configuração de um cenário com maior atuação das fundações, que serviria como momento de institucionalização e legitimação dessas

³⁵ Pouquíssimas informações sobre a FMC podem ser encontradas na rede de consulta Google. Há pequenas menções aos atores que compuseram órgãos administrativos na mesma mas nada mais do que isso.

organizações, a partir da redação da LOPP que garantia assistência financeira aos partidos a partir do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, cuja finalidade era também manter suas fundações partidárias:

Art. 1º Os dispositivos da Lei no 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), abaixo enumerados, com as alterações decorrentes das leis posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 95. **O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos será constituído:**

[...]

III – de doações de pessoa física, no limite, máximo de duzentas vezes o maior salário mínimo do país, inclusive **com a finalidade de manter os institutos de estudos e formação política;**

IV - dotações orçamentárias da União.

(Lei no 6.767/1979, BRASIL. Grifos da autora).

No rastro dos efeitos sobre o rearranjo partidário, o MDB se dividiu em PMDB, PSDB e PDT, enquanto o Arena muda seu nome para Partido Democrático Social (PDS). Desta forma, as fundações criadas a partir desse novo cenário no sistema partidário brasileiro foram:

Quadro 7: Fundações Partidárias na Redemocratização³⁶

Legenda	Ano de criação	Variações no nome da legenda	Fundação	Ano de criação da Fundação	Variações no nome da Fundação
PDT	1979		Fundação Alberto Pasqualini	1997	Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini
PDS	1980	PRP/PPB/PP	Fundação Milton Campos	1975	
MDB	1980	PMDB	Instituto Pedroso Horta	1975	Fundação Ulysses Guimarães
PSB	1985		Fundação João Mangabeira	1990	
PV	1986		Fundação Verde Herbert Daniel	2007	
PSDB	1988		Instituto Teotônio Vilela	1995	

Fonte: elaboração da autora a partir de dados da web.

³⁶ A partir da redemocratização, encontra-se uma lacuna devido a falta de informações sobre estas organizações neste período. A primeira estratégia adotada para preenchê-la foi a análise de documentos encontrado na sede das fundações e na sede nacional dos partidos. Esta etapa iria iniciar no fim de maio de 2020, data marcada para o meu retorno à Brasília. Com a pandemia do Covid-19 e o isolamento social, a viagem foi adiada. Diante desta situação, a segunda estratégia adotada foi a realização de entrevistas com quadros dirigentes das fundações no período estudado.

Em contrapartida, foi somente em 1995, com a Lei n. 9.096/95, que a criação e a manutenção de tais organizações estavam vinculadas aos recursos da União, provenientes do Fundo Partidário³⁷ (Prado, 2009). Em conformidade à visão da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a Lei 9.096/95 assegura maior autonomia às organizações partidárias, garantindo recursos orçamentários específicos atrelados ao número de eleitores, assim como também o estabelecimento de cooperação com organizações internacionais:

Art. 44. Os recursos oriundos do fundo partidário serão aplicados:

I – na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, observado neste último caso o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total recebido;

II – na propaganda doutrinária e política;

III – no alistamento e campanhas eleitorais;

IV – na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido.

Art. 53. A fundação ou instituto de direito privado, criado por partido político, destinado ao estudo e pesquisa, à doutrinação e à educação política, rege-se pelas normas da lei civil e tem autonomia para contratar com instituições públicas e privadas, prestar serviços e manter estabelecimentos de acordo com suas finalidades, podendo, ainda, manter intercâmbio com instituições não nacionais.

(Lei no 9.096/1995, BRASIL)

Em 2005, a partir da Resolução n. 22.121/05 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as entidades mantidas pelas legendas, que foram criadas sob forma de institutos, associação ou sociedade civil, tiveram que atender às novas regras impostas pelo Código Civil, que obrigou tais organizações a se adequarem à estrutura jurídica de fundações do direito privado (Dantas e Fernandes, 2013). Os partidos políticos transformaram tais organizações em fundações, sendo obrigatório a cada legenda somente o funcionamento de uma única organização, de caráter nacional, com representação em estados e municípios do país. Esta Resolução reforça o caráter de agremiação da sociedade civil organizada, externa ao Estado e destaca a atribuição legal do Ministério Público ao funcionamento de tais organizações (Prado, 2009), sendo ele responsável pela fiscalização e controle destas organizações. Posto isto, as fundações partidárias passam a ser zeladas tanto pelo Tribunal Superior Eleitoral quanto pelo Ministério Público.

Uma série de condições confluíram para a construção das fundações partidárias no Brasil. Desde a organização de um departamento de estudos dentro do PTB quanto ao aparato normativo do regime militar que fundamentou a criação dessas organizações. O regime militar brasileiro foi marcado por uma inegável ambiguidade conceitual, sendo um regime autoritário

³⁷ Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, constituído de montante orçamentário da União. É um tipo de financiamento público, onde a distribuição dos recursos é feita pelo TSE e é proporcional à representação parlamentar das legendas. 5% do total do fundo é dividido em partes iguais entre todas as legendas e os outros 95% são distribuídos entre os partidos de acordo com o número de votos recebidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

que ora perseguia seus opositores mas que legitimou a criação de organizações com a intenção de produzir educação política e ideológica. Nota-se que durante o regime militar, a educação e treinamento das elites partidárias como também a instrução política e cívica dos eleitores era encarada como uma função constante das legendas. A legislação brasileira que versa sobre os partidos políticos implementada durante o período, faculta a criação de fundações partidárias com o objetivo de promover estudos e pesquisas no âmbito do desenvolvimento de trabalhos de divulgação e formação doutrinária mas as mesmas só se organizaram sete anos depois da primeira lei decretada. A demora para construção destes espaços pode ser interpretada por duas perspectivas. A primeira, fundamental, é a questão do delimitado espaço de ação política implementada pelo governo militar, que variava de acordo com o processo de repressão e relaxamento do sistema político do regime autoritário (Kinzo, 1988). Tanto o MDB quanto a Arena passaram por processos de reorientação intrapartidária e de atuação política, subordinada ao movimento pendular de abertura e restrição de processo político. Portanto, ao mesmo tempo que as regras legais eram bem definidas, a dinâmica imposta ao exercício da vida política não era clara, sendo difícil adotar estratégias de atuação que não fossem vistas pelo regime como subversivas.

A segunda perspectiva se dá pela escolha inicial de parte da oposição em atuar na luta armada, assim como no tardio reconhecimento da ocupação dos espaços institucionais como forma atuação de oposição. A cobertura institucional que as fundações partidárias ofereciam para os atores na oposição ao regime de fez com que o MDB fosse reconhecido como instrumento de luta institucional. Dantas e Fernandes (2013) apontam que o objetivo de um governo autoritário de sancionar matérias de natureza da criação e manutenção de institutos de doutrinação e educação política destinados a formar, renovar e aperfeiçoar quadros e lideranças partidárias” deva estar associado ao interesse constante do regime em controlar de forma sistemática as atividades de formação e disseminação de valores democráticos, sobretudo à oposição. De certo, a organização e atuação das fundações partidárias brasileiras durante o regime militar se dá através da mudança paradigmática da conduta adotada pelos partidos, sendo não só respostas a ação do governo mas também produto da habilidade de diversos atores de organizarem espaços de reafirmação de posicionamentos.

2.2 O que sabemos sobre estrutura e organização das fundações partidárias

Esta seção tem por objetivo apresentar uma sistematização do formato estrutural e organizativo das Fundações Partidárias, e evidenciar os principais repertórios de ação das seis organizações estudadas - *Fundação Milton Campos (FMC/PP)*, *Instituto Teotônio Vilela*

(ITV/PSDB), *Fundação Verde Herbert Daniel* (FVHD/PV), *Fundação Ulysses Guimarães* (FUG/ MDB), *Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini* (FLB-AP/PDT) e *Fundação João Mangabeira* (FJM/PSB). De início, apresento a discussão nacional que aborda aspectos do formato estrutural destas organizações, seguindo dos achados encontrados durante a análise dos estatutos partidários, terminando com uma análise do ponto de vista dos seus dirigentes, a fim de evidenciar as suas principais atividades.

Como apresentado no capítulo anterior, o pioneiro estudo sobre as fundações partidárias brasileiras foi produzido pelo embaixador Carlos Henrique Cardim (2003) com a finalidade de estabelecer conexão entre cultura política³⁸ e as fundações partidárias, sobretudo as que atuavam dentro do sistema político brasileiro. No que tange ao debate com relação às fundações e institutos partidários brasileiros, Cardim (2003) enfatiza o fluxo de recursos financeiros destinados à manutenção das mesmas e ao volume de suas atividades produzidas ao longo dos anos. O autor apresenta a hipótese de que as fundações exprimem a terceira fase do processo de desenvolvimento dos partidos políticos e do sistema partidário brasileiro. Iniciada em 1985, com o fim do Regime Militar, a primeira fase se apresenta como a criação e organização dos partidos; a segunda fase do alicerçamento mínimo das legendas e agremiações do sistema partidário brasileiro; a terceira fase, ainda em prosseguimento, do alargamento e da formação de quadros, como também, de uma militância efetiva. Amparando-se em provisões legais, o autor apresenta as diferentes etapas da instituição das fundações no arcabouço legal brasileiro, já debatido na seção anterior, defendendo a tese de que tais etapas foram marcadas pela inconstância dos programas das fundações e pela dubiedade no destino e utilização de seus recursos.

Cardim (2003) apresenta atividades produzidas por três fundações (Instituto Teotônio Vilela - PSDB; Instituto Tancredo Neves - PFL; e Fundação Perseu Abramo - PT) a fim de avaliar que tipo de cooperação tais organizações apresentam ao fomento do processo democrático brasileiro. A escolha de tais fundações se dá a partir do volume e regularidade de suas atividades. O autor apresenta a dotação orçamentária de tais fundações no ano de 1999 (R\$ 2.003.708, 00; R\$ 1.982.630,00; e R\$ 1.405.984, 00, respectivamente) e as principais atividades produzidas por tais organizações. Em suma, os principais achados por tal comparação se dão no âmbito de publicações de títulos dedicados a temas doutrinários e ideológicos.

³⁸ Para Cardim (2003), cultura política está diretamente relacionado a “infraestrutura” do sistema político democrático sólido. Para mais informações, checar a seção 4 do capítulo 1 desta dissertação.

O Instituto Teotônio Vilela (PSDB) apresenta títulos dedicados à trajetória da social democracia produzidos por cânones dessa corrente ideológica internacionais e nacionais. O Instituto Tancredo Neves (PFL) exhibe publicações sobre temas doutrinários do pensamento liberal de autores estrangeiros e brasileiros. Já a Fundação Perseu Abramo (PT) propõe publicações sobre diversos temas, sempre apresentando uma perspectiva marxista sobre a América Latina e do Brasil. Enquanto Cardim (2003) aponta para a formação de quadros como uma das principais atividades produzidas pelo Instituto Teotônio Vilela (PSDB) e pelo Instituto Tancredo Neves (PFL), apresenta como uma das principais atividades da Fundação Perseu Abramo (PT) o “Núcleo de Opinião Pública” (NOP) que produz diversas pesquisas e o “Projeto Memória” que tem como principal objetivo o levantamento da documentação histórica do partido.

Com a finalidade de compreender a formação, o papel desempenhado perante a sociedade e o *modus operandi* das fundações e institutos partidários, o estudo de Dantas e Fernandes (2013) destina-se a observar as Fundações das seis grandes legendas brasileiras à época (DEM, PSDB, PMDB³⁹, PV, PSB e PT⁴⁰). A escolha destas legendas pelos autores supracitados se dá com base em critérios qualitativos e quantitativos, de legendas que concorreram nas eleições presidenciais de 2010 e, bem como, daquelas que tiveram um bom desempenho nas eleições estaduais do mesmo pleito. Todas as informações presentes no estudo dos autores foram retiradas dos respectivos *sites* das fundações.

No tocante à estrutura organizativa recorrente e atuação das Fundações Partidárias, Dantas e Fernandes (2013) produziram a primeira tentativa de sistematização comparada, analisando se o “real papel exercido” destas organizações estão vinculados ao aprofundamento dos valores democráticos e instrumentos de educação política efetiva. No que tange a forma com que as Fundações Partidárias se estruturam, Dantas e Fernandes (2013) analisam estas organizações a partir de seis eixos: a) administração executiva ou conselho executivo, b) existência e composição de conselho científico, c) existência de área temática de pesquisa ou atuação, d) estrutura em rede ou hierárquica, e) existência de estrutura para cooperação internacional e f) existência de institutos subsidiários especializados. O primeiro resultado encontrado é a existência em todas as fundações de órgãos de administração executiva ou conselho executivo, e todas, também, estarem vinculadas formalmente às suas respectivas

³⁹ Os autores utilizam a legenda PMDB mas vale ressaltar que o partido mudou de sigla em 2017, utilizando agora a sigla MDB.

⁴⁰ DEM - Fundação Liberdade e Cidadania, PSDB - Instituto Teotônio Vilela, PMDB - Fundação Ulysses Guimarães, PV - , Fundação Verde Herbert Daniel, PSB - Fundação João Mangabeira e PT - Fundação Perseu Abramo.

legendas, sendo dirigidas por lideranças partidárias⁴¹. Os autores também mostram que nenhuma fundação possui conselho científico, sendo esta uma característica basilar às instituições partidárias brasileiras. Nenhuma fundação apresenta estrutura em rede ou divisões temáticas de pesquisa e atuação, sendo característico das instituições brasileiras estrutura uniforme e centralizada. Esta característica se distancia do modelo de *Stiftungen*, que apresentam estrutura em rede, o que ajuda a promover a cooperação internacional, e, também, por divisão temática de pesquisa. Outro aspecto que os autores observam é que, com exceção da Fundação Perseu Abramo, do PT, nenhuma fundação estudada por Dantas e Fernandes (2013) apresenta órgãos internos destinados a promover a cooperação com entidades internacionais, como pode ser observado na tabela abaixo:

Quadro 8: quadro comparativo da estrutura institucional das Fundações Partidárias:

Partido		PSB	PT	PV	PSDB
Fundação		FJM	FPA	FHD	ITV
Administração Executiva	Independente	X	X	X	X
	Vinculado ao partido	-	-	-	-
Composição do Conselho Curador	Especialistas	-	X	-	-
	Membros do partido	X	X	X	X
Divisão em áreas temáticas		-	-	-	-
Estruturação em rede		-	-	-	-
Estruturas para cooperação internacional		-	X	-	-
Institutos subsidiários		-	-	-	-

Fonte: reprodução Dantas e Fernandes (2013)

No que se refere às atividades desempenhadas por estas fundações, os autores ressaltam a publicação de artigos, revistas e livros, tendo algumas fundações editoras próprias, e programas de educação à distância e canais de propagação em seus *sites*. Os autores destacam a questão das fundações brasileiras, presentes em seu estudo, não possuírem programas extensivos de educação política. Geralmente, elas oferecem cursos de formação complementar para seus militantes, mas não sendo articulado com a formação política da Juventude partidária, por exemplo. Dantas e Fernandes (2013) chamam a atenção, também, para a questão da receita obtida por tais instituições. Os recursos transferidos pelo fundo partidário estão diretamente ligados à expressividade das legendas partidárias na Câmara dos Deputados. Espera-se que os maiores partidos, por terem uma maior representação na Câmara, tenham mais recursos, tal como no modelo alemão.

Em seguida, Dantas e Fernandes (2013) inferem que as fundações partidárias investigadas importam a lógica alemã das *Stiftungen* em questões legais, a partir da análise da

⁴¹ Dantas e Fernandes (2013) não especificam quais lideranças partidárias estão à frente destas organizações.

maneira que estas organizações possuem estruturas formalmente vinculadas às legendas partidárias, respaldadas por lei e funcionando através de recursos provenientes do orçamento público. Em contrapartida, as fundações brasileiras destoam das *Stiftungen* na questão da promoção da educação política, visto que o grau da influência das fundações sobre a cultura democrática nacional é deveras reduzido. O quadro abaixo representa os achados de Dantas e Fernandes (2013):

Quadro 9: quadro comparativo das atividades desenvolvidas pelas Fundações

Partidárias

Partido		PSB	PT	PV	PDB	PMDB
Fundação		FJM	FPA	FHD	ITV	FUG
Pesquisa		-	X	X	-	X
Divulgação		X	X	X	X	X
Eventos - Seminários / Congressos	Eventos / Seminários	X	X	X	X	X
	Eventos com lideranças partidárias	X	X	X	X	X
	Premiações	-	-	-	-	-
	Eventos com institutos estrangeiros	-	X	X	-	-
Publicações	Revista científica - Periódicos	-	X	X	-	-
	Newsletter semanal / quinzenal - Relatório de atividades	-	-	-	X	X
	Revista do instituto	-	X	-	-	-
	Revista de opiniões externas	-	X	-	X	-
	Estudos do instituto	-	X	-	X	X
	Estudos de especialistas	-	X	-	X	X
Formação	Livros - Editoração própria	-	X	-	X	-
	Pós-graduação	-	-	-	-	-
	Formação política complementar	X	X	-	X	X
	Cursos com participação de lideranças partidárias	-	-	-	-	-
	Curso de gestão pública para gestores	X	X	-	-	X
Bolsas de estudo		-	-	-	-	-
Arquivos e centros de documentação - Memórias do partido		-	X	-	-	-
Ferramentas tecnológicas	Canal de TV ou WebTV	X	-	-	-	X
	Documentários / Programas de televisão / Filmes	X	-	-	-	-
	Presença em redes sociais	X	X	X	X	X

Fonte: reprodução Dantas e Fernandes (2013)

O estudo de Reis e Grill (2014, 2016 e 2017) também aborda questões da estrutura organizativa das mesmas e apresenta aproximações com o que fora apresentado por Dantas e Fernandes (2013). Também partindo da análise dos *sites* das fundações, os autores fazem um balanço das 32 instituições vinculadas aos partidos escritos à época no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as atividades desempenhadas. O primeiro aspecto observado pelos autores é a questão das “homenagens” que tais fundações prestam em seus nomes à personalidades políticas brasileiras ou aos protagonistas de movimentos revolucionários, sendo estes mais presentes no campo à esquerda do espectro ideológico-partidário. Este é um exemplo da importação do modelo alemão de *Stiftungen*, no qual adota-se a prática de elogio às lideranças políticas.

Reis e Grill (2014, 2016 e 2017) estabelecem também alguns indicadores que permitem identificar o grau de estruturação das fundações, apontando que das 32 fundações, somente doze apresentavam endereço distinto da sede da legenda partidária. Dentro da mesma amostra,

quatorze⁴² são as fundações que apresentavam conselhos executivos. Apenas quatro fundações possuíam estrutura organizativa em diversos estados do país. Reis e Grill (2014, 2016 e 2017) evidenciam que não foram encontradas informações sobre cooperação com entidades internacionais, mesmo que admitam a existência. No que concerne o papel da “formação política”, a menção de cursos é presente nos *sites* dos partidos, mas somente dois terços destes apresentam informações a respeito da data e localidade das atividades e a disponibilidade dos materiais, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 10: quadro comparativo da estrutura das Fundações Partidárias estudadas por Reis e Grill (2016)

Fundação, Instituto / Partido	Site	Sede	Diretoria	Conselhos	Regionais	Escola	Revista	Livros	TV	Despesas em 2015
FPA/PT	X	X	X	X	-	X	X	X	X	R\$23.242.977,25
FMC/PP	X	X	X	X	X	-	X	-	-	R\$11.176.584,51
FUG/PMDB	X	X	X	X	X	X	X	X	-	R\$18.578.738,20
FLB/PDT	X	-	X	-	X	X	X	X	-	R\$6.900.000,00
ITV/PSDB	X	X	X	X	X	-	-	-	X	R\$17.575.547,76
FMG/PCdoB	X	-	X	X	X	X	X	X	-	R\$3.461.948,00
FJM/PSB	X	X	X	X	-	X	X	-	X	R\$10.901.834,12
FLC/DEM	X	-	X	X	-	-	X	X	-	R\$7.198.532,10
FAP/PPS	X	X	-	-	-	X	X	X	-	R\$3.549.204,61
FLC/PSOL	X	X	X	X	-	-	X	X	X	R\$1.849.437,98
FJK/PMN	X	X	X	X	-	-	-	X	-	R\$1.062.000,00
FTPB/PTB	X	X	X	-	-	-	-	-	-	R\$6.907.861,52
IPHS/PHS	X	-	X	X	-	-	-	-	-	R\$1.856.621,71
FHD/PV	X	-	X	X	-	-	X	X	-	R\$3.599.397,32
IR/PR	X	X	X	-	-	X	-	X	X	R\$9.828.783,01
FDR/PCB	X	X	X	-	-	-	-	X	-	Não consta
FJLeRS/PSTU	X	-	-	-	-	-	-	X	-	R\$603.983,05
FBdeM/PTdoB	X	-	X	X	-	-	-	-	-	R\$1.667.691,07
FRB/PRB	X	X	X	X	X	X	-	-	-	R\$7.773.692,24
FED/PSD	X	-	X	X	-	X	-	-	-	R\$10.392.890,88
FCC/PPL	X	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$505.555,09
NFP/PROS	X	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$4.933.226,44
FPA/PSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$4.548.200,00
FDC/PSDC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não consta
FMB/PSL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não consta
FJQ/PRTB	X	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$1.588.819,00
FMCST/PTC	X	-	-	-	-	-	-	X	-	R\$839.665,47
NI/PRP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$1.530.334,00
NI/PCO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$487.928,62
NI/PTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Não consta
NI/PEN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$1.399.362,00
ND/SDD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$4.599.237,34

Fonte: reprodução Reis e Grill (2016)

Os autores supracitados também analisam o perfil profissional, cultural e político de 41 presidentes e ex-presidentes das fundações estudadas, ressaltando que 32 dos 41 perfis analisados correspondem à políticos profissionais que exerceram cargos eletivos ou partidários de nomeação e direção. Estes quadros também podem ser vistos como “intelectuais” partidários, tendo publicações produzidas ao longo da vida partidária.

O estudo pioneiro produzido por Cardim (2003) pode ser visto como o texto que, aparentemente, direciona os estudos e investigações produzidas posteriormente e apresentadas

⁴² No texto datado em 2014, Reis e Grill apresentam 12 fundações com Conselho Executivo e no texto datado em 2017, os autores apresentam 14. Preferi utilizar, mais uma vez, como referência empírica o dado mais recente.

nesta seção. O ponto de encontro entre os trabalhos de Dantas e Fernandes (2013) e Reis e Grill (2014, 2016 e 2017) se dá no que diz respeito aos fatores que interferem na estruturação das fundações partidárias, podendo explicitar a questão da representação e penetração eleitoral do partido que tal fundação está vinculada, onde o orçamento do fundo partidário seria o exemplo dessa interferência mais direta. Ambos os trabalhos explicitam que ao analisar a estrutura e o funcionamento das fundações, há um quadro marcado ainda pela fragilidade e a não efetiva institucionalização de tais organizações.

2.2.1. Análise dos estatutos

Quando consideramos os principais referenciais teóricos sobre agremiações partidárias, não são incomuns as abordagens sobre o desenvolvimento progressivo e analítico que tangem questões relacionadas às mudanças estruturais e funcionais enfrentadas ao longo do tempo. É fato que os pesquisadores enfrentam diversas dificuldades para a coleta de materiais empíricos e informações válidas para o desenvolvimento de suas pesquisas, e frente a dificuldade encontrada na obtenção de dados precisos referentes ao funcionamento interno das agremiações (Katz e Mair, 1992; Alcántara, 2004), a análise de documentos partidários se apresenta como um estratégia científica adotada pelos autores para validar seus estudos. Diante deste quadro, alguns esforços foram mobilizados relativamente à adoção da análise de estatutos para a identificação da efetiva estruturação e organização dos partidos políticos, evidenciado na literatura brasileira com os achados de Ribeiro (2013) e Guimarães, Rodrigues e Braga (2019), sendo objetivo principal destes a associação de elementos confluentes para a identificação de tipos de comportamentos partidários, destacando dimensões da organização interna e estruturação das legendas, o grau de inclusividade na estrutura decisória e o grau de centralização orgânica ou oligarquização presentes nas agremiações partidárias por eles estudadas.

A análise dos estatutos partidários é compreendida como um mecanismo de coleta de dados metodológicos válido e frequentemente utilizado na ampliação do conhecimento sobre as estruturas formais das legendas que compõem um sistema partidário. As normas formais são fundamentais para a edificação empírica, pois constituem a dimensão que regula a dinâmica intrapartidária, sendo também a esfera de maior acessibilidade aos pesquisadores. Panebianco (1995) disserta que estatutos e regimentos internos retratam “pálidos vestígios” do real funcionamento das agremiações partidárias, sendo somente um item inicial para sua análise organizativa. Contudo, apresentar uma análise restrita aos estatutos dos partidos políticos, como apontam Ribeiro (2013) e Guimarães, Rodrigues e Braga (2019), não permite tirar conclusões

fundamentais acerca da real dinâmica das organizações. Como colocam Katz e Mair (1992) e Norris (2006), a análise das normas oficiais pode constituir uma dimensão preambular, a ser complementada com outras metodologias, visto que o funcionamento partidário previsto e a real dinâmica da organização podem ser destoantes entre si, sendo necessária a combinação da análise formalista com entrevistas e *surveys*, por exemplo, para conhecer e reconhecer as lacunas existentes entre a organização formal e a informal, tal qual proposto por Freidenberg e Levitsky (2007).

Partindo dos postulados apresentados nas linhas precedentes e apreendendo as dinâmicas e os elementos componentes dos tipos de comportamento partidário apresentados por Ribeiro (2013) e Guimarães, Rodrigues e Braga (2019), esta subseção tem por objetivo identificar e comparar a dimensão organizativa e estrutural das fundações partidárias brasileiras, a partir da análise dos seus estatutos. A hipótese aqui apresentada é que, os estatutos, como parte integrante do processo de institucionalização destas organizações - assim como apresentado por Guimarães, Rodrigues e Braga (2019) - reafirmam mecanismos de centralização e oligarquização, assim como as normas oficiais encontradas nos estatutos das fundações partidárias são divergentes da real ação destas organizações. Para tal empreendimento, é preciso apresentar como tais organizações se estruturam formalmente e como se organizam no exercício prático real. Logo, pretende-se, a partir da análise de seus estatutos, identificar como se estruturam internamente as fundações partidárias brasileiras e, consequentemente, com as entrevistas, apontar a organização e dinâmica “real” destas organizações.

O *corpus* desta subseção é composto pela análise dos estatutos das seis fundações partidárias estudadas (FMC/PP, ITV/PSDB, FVHD/PV, FUG/MDB, FLB-AP/PDT e FJM/PSB), complementado pelas dinâmicas encontradas nas entrevistas efetuadas em novembro de 2019 com quadros componentes dos órgãos administrativos destas organizações. O quadro a seguir apresenta as cláusulas encontradas no corpo textual dos estatutos, assim como os anos em que este passou por alterações e/ou reformas:

Quadro 11: *corpus* da pesquisa e alterações estatutárias

Sigla	Versão atual	Alterações
FMC	s/d*	s/i
ITV	1996	0
FVHD	2016	0
FUG	2017	s/i
FLB-AP	2009	s/i
FJM	2016	s/i

Fonte: Elaborada pela autora, a partir dos dados disponibilizados pelas Fundações Partidárias.

Legenda: s/d = sem data; s/i= sem informação

*O estatuto encontrado não é datado.

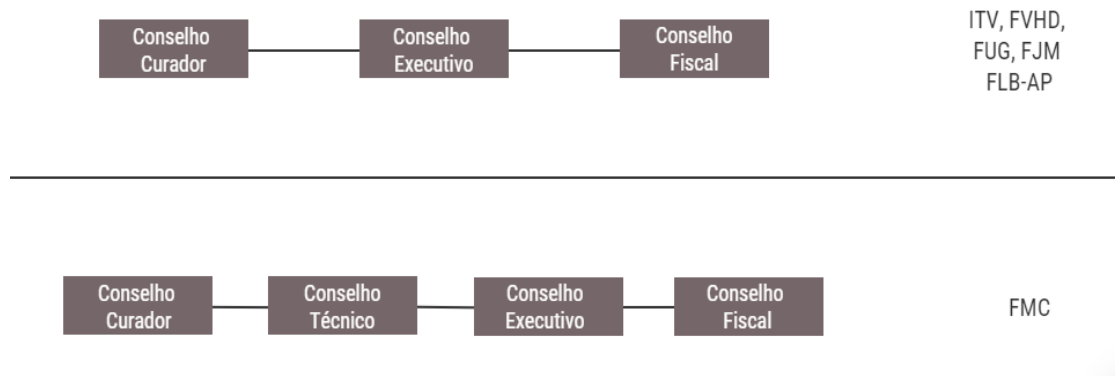
A primeira dimensão a ser aqui analisada é a do conteúdo dos estatutos em si. É possível verificar a similaridade entre os textos estatutários produzidos pelas fundações partidárias, sendo esta dimensão também presente nos achados de Ribeiro (2013) sobre documentos partidários., que além de pouco divergirem entre si - apresentando somente algumas reformas pontuais, revogando ou adicionando pontos específicos - reproduzem integralmente artigos produzido pela LOPP 5.682/71. Os estatutos das fundações partidárias são congêneres entre si, apresentando pequenas modificações que seguem as mudanças estabelecidas pelo arcabouço legal apresentada na seção anterior. No corpo do texto das normas formais, é possível identificar oito capítulos estatutários principais e recorrentes, sendo eles: *sede e foro*, *finalidade*, *objetivos*, *atividades*, *patrimônio*, *receita*, *administração*, *alteração no estatuto* e *extinção da fundação* em questão. A primeira característica a ser evidenciada diz respeito à localização física das fundações. Majoritariamente, estas organizações estão sediadas na capital do país, sendo a FLB-AP/PDT a única dentro do *corpus* da análise a fixar-se no Rio de Janeiro. Esta informação é importante, principalmente quando explicitada a questão da prestação de contas, mais adiante no fim deste capítulo.

Trechos que dissertam sobre a *finalidade*, *objetivos* e *atividades*, quando presentes explicitamente como capítulos estatutários, apresentam similaridades entre si. No geral, estes capítulos versam sobre questões de assessoria ao partido vinculada com a promoção de formação de quadros, doutrinação, educação e formação política, pesquisas e estudos sobre realidade brasileira, assim como a realização de diversas atividades a fim de promover a capacitação sobre diversos temas. Comumente, estes capítulos explicitam aparatos presentes com aqueles propostos pela lei 9.096/95, sendo a promoção de atividades para estudo, pesquisas e cursos de formação e educação política, mantendo convênio com outras entidades, funções essenciais destas organizações. Já os capítulos que versam sobre a *receita* destinada às fundações partidárias estudadas, o montante proveniente do fundo partidário, de doações e da administração de seus bens são elencados no texto estatutário, também estando de acordo com a lei vigente.

Passando para análise do capítulo estatutário referente à *administração*, é possível verificar um tipo predominante de configuração organizativa. Este é apresentado em três níveis, sendo um deliberativo, um diretivo e um fiscal. O quadro 12 apresenta as principais configurações organizativas existente e suas respectivas fundações:

Quadro 12: configuração organizacional a nível nacional

Configurações organizacionais



Fonte: Elaboração da autora a partir dos estatutos disponibilizados pelas fundações.

A principal diferença entre o tipo predominante, de três níveis, e o tipo variante, de quatro níveis, é a existência do Conselho Técnico na composição do órgão administrativo da fundação partidária. Somente a FMC/PP indica a existência deste órgão. De início, ao nos depararmos com este elemento diretivo, parece contraditório o pressuposto elencado por Dantas e Fernandes (2013) de que, em geral, não há menção à existência de Conselhos Científicos nas fundações partidárias brasileiras, mas ao analisar as competências estatutárias vinculadas a este órgão, fica claro que os resultados apresentados por Dantas e Fernandes (2013) se sustentam, a medida em que o Conselho Técnico da FMC/PP empenha-se em assessorar a formulação de atividades e cursos da fundação.

Quadro 13: Composição e competência do Conselho Técnico da FMC/PP

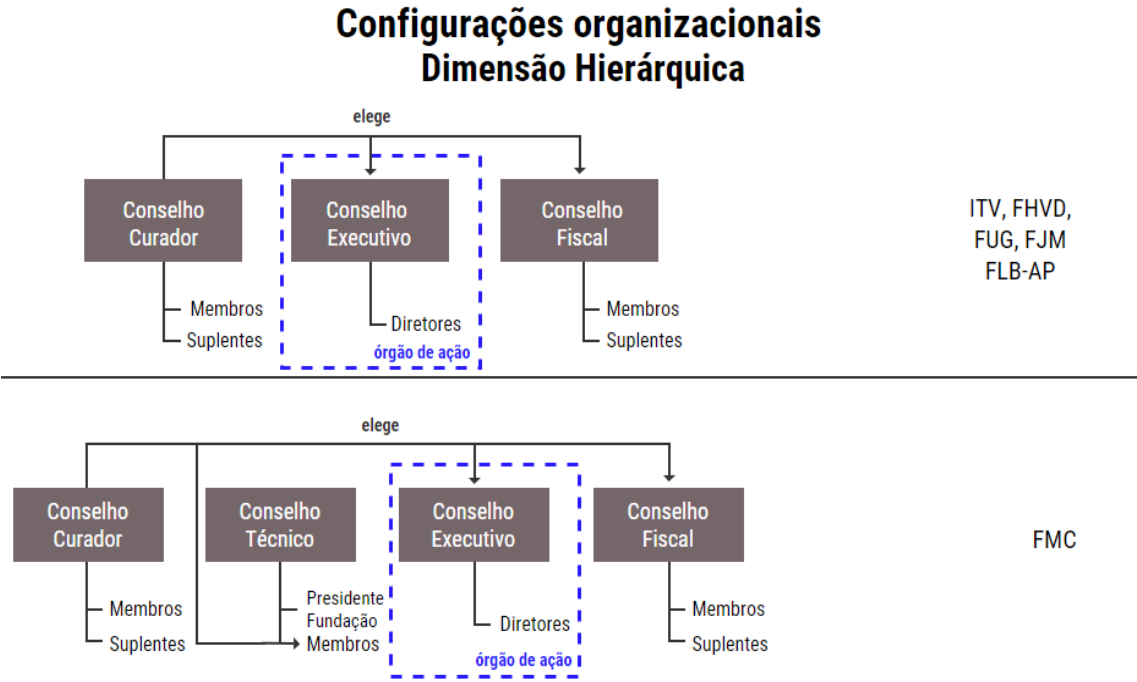
Sigla	Composição	Competências
FMC	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da Fundação 30 membros escolhidos pelo Conselho Curador 	<ul style="list-style-type: none"> Assessoria especializada ao Conselho Executivo Aprovar currículos dos cursos e planos de pesquisa Opinar sobre atividades culturais da Fundação

Fonte: Elaboração da autora a partir dos estatutos disponibilizados pelas Fundações.

Do ponto de vista da sociografia dos membros escolhidos pelo Conselho Curador da FMC/PP para a composição do Conselho Técnico do biênio em que este estudo foi feito, dos 20 membros ativos, 16 membros são políticos de carreira eletiva, sendo 4 com mandato ativo e 12 ex-políticos eleitos. No que diz respeito à escolaridade, 17 dos 20 membros ativos têm ensino superior completo.

Ainda sobre a configuração organizacional à nível nacional das fundações partidárias estudadas, a partir do ponto de vista hierárquico, é possível explicitar a soberania do Conselho Curador sobre os demais órgãos da administração das fundações partidárias, principalmente por este ser o órgão cuja competência se dá na indicação da composição dos demais Conselhos, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 14: configuração organizacional à nível nacional - Dimensão hierárquica



Fonte: Elaboração da autora a partir da análise comparativa dos estatutos das fundações partidárias estudadas.

O Conselho Curador é o órgão máximo que apresenta ligação formal e explícita com a Executiva Nacional partidária, sendo esta responsável pela indicação de seus membros, ou até mesmo compartilhando quadros exercendo funções na Executiva Nacional do partido e no Conselho Curador da fundação. O quadro 15 apresenta dados quantitativos referentes aos membros que compõem os Conselhos de cada fundação e os quadros 16, 17 e 18 a composição de cada Conselho, assim como suas competências. Percebe-se uma variação de membros encontrados em cada nível hierárquico, onde a maior concentração se dá no órgão deliberativo, sendo este qualitativamente composto por quadros partidários, da comissão executiva, exercendo assim uma ligação formal com a cúpula partidária mas com pouca perspectiva de exercer efetivamente a condução das atividades das fundações, sendo esta exclusiva do Conselho Executivo.

Quadro 15: Quantidade de membros em cada Conselho

Sigla	Conselho Curador	Conselho Executivo	Conselho Fiscal
FMC	31	12	5
ITV	28	5	6
FVHD	11	4	5
FUG	20	14	6
FLB-AP	21	9	6
FJM	21	5	5

Fonte: Elaboração da autora a partir dos estatutos disponibilizados pelas Fundações. Valores quantificados com membros efetivos e suplentes.

Os valores encontrados para a quantidade de membros dos Conselhos Executivos demonstram que este se caracteriza como um órgão restritivo, de aparelhamento de ações conjuntas para execução de atividades diárias, sendo qualitativamente composto por quadros mandatários ou ex-mandatários, assim como por quadros técnicos. Os dados sociográficos sobre os atores que compõem os Conselhos durante o biênio referente a este estudo, 62% dos quadros dirigentes são políticos com carreira eletiva, ativas ou não. No que diz respeito a políticos com cargos políticos, ou seja, dirigentes que já atuaram em pastas governamentais, há um equilíbrio nos números, onde 44% dos dirigentes das fundações partidárias são políticos que já foram nomeados a cargos políticos e 52% nunca possuíram este tipo de vínculo. A grande maioria dos quadros que compõem estes conselhos possuem ensino superior, totalizando 85% de frequência nesta categoria.

Sobre as competências exercidas por cada Conselho, vale ressaltar que as referências estatutárias são deveras similares, com alguns pontos específicos de divergência. A começar pelas competências vinculadas ao Conselho Curador das fundações estudadas, a principal atribuição deste órgão é a dinâmica de eleger e dar posse aos demais conselhos. Além disso, este órgão é responsável pela fiscalização do patrimônio, da receita, do orçamento e das atividades e plano ação da fundação. Na maior parte dos casos, o Conselho Curador também é órgão responsável pela aprovação do regimento interno e das normas que ditam o funcionamento destas organizações. O quadro a seguir apresenta a composição do Conselho Curador das fundações aqui elencadas, assim como as competências destoantes de cada uma:

Quadro 16: Composição e competências do Conselho Curador

Sigla	Composição	Competências
FMC	<ul style="list-style-type: none"> ● Presidente do Partido (PP) ● Presidente da Fundação ● 29 membros designados pela Comissão 	<ul style="list-style-type: none"> ● Designar membros do Conselho Técnico

	Executiva Nacional do Partido	
ITV	<ul style="list-style-type: none"> • 23 membros titulares indicados pela Comissão Executiva Nacional do Partido • 5 suplentes indicados pela Comissão Executiva Nacional do Partido • O Presidente é o próprio presidente da Fundação 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar o balanço financeiro, a prestação de contas e o relatório de atividades anualmente • Aprovar a admissão de novos associados e decidir sobre exclusões • Fixar valores de contribuições de seus associados • Aprovar o regimento interno e normas da Fundação
FVHD	<ul style="list-style-type: none"> • 9 membros efetivos • 2 suplentes • Presidente e Vice-Presidentes eleitos pelos seus pares 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicar a estratégia de ação da Fundação e os programas a serem desenvolvidos • Deliberar e autorizar sobre propostas que interfiram no financiamento da Fundação • Aprovar o quadro de pessoal e suas alterações e fixar diretrizes de salários do seu pessoal • Conceder licenças aos integrantes do Conselho • Escolher auditores independentes
FUG	<ul style="list-style-type: none"> • 15 membros efetivos escolhidos pela gestão anterior através da lista tríplice encaminhada pela Comissão Executiva do partido • 1/5 de suplentes escolhidos através da lista tríplice encaminhada pela Comissão Executiva do partido 	<ul style="list-style-type: none"> • Eleger o seu Presidente e o seu vice-presidente • Apreciar e aprovar as propostas de criação de estruturas administrativas e de órgãos auxiliares, bem como de designação de membros dos órgãos representativos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios • Aprovar a admissão ou a exoneração, por decisão da maioria absoluta de seus membros, do Secretário-Executivo da Fundação

		<ul style="list-style-type: none"> • Deliberar sobre a extinção da Fundação e modificação do seu estatuto, mediante decisão aprovada por maioria qualificada de dois terços (2/3) de seus membros • Sendo necessário, designar órgãos provisórios representativos da Fundação nos Estados, Distrito federal e municípios.
FLB-AP	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente Comissão Executiva Nacional do partido • Secretário Geral do Comitê Executivo do partido • 19 membros escolhidos pela Comissão Executiva Nacional do partido 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar a prestação de contas do Conselho Executivo, após parecer do Conselho Fiscal • Referendar a designação de órgãos representativos da Fundação nos estados, Distrito Federal, territórios e municípios, propostos pelo Conselho Executivo; • Propor à Direção Nacional do PDT a extinção da Fundação ou a modificação de seus Estatutos, mediante a aprovação da maioria absoluta de seus membros
FJM	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente da Comissão Executiva Nacional do partido (P) • Diretor Presidente da Fundação • 15 membros efetivos, sendo 6 eleitos pelo Comitê Executivo Nacional do partido e 9 eleitos pelo Conselho Curador da gestão anterior • 5 suplentes, sendo 3 eleitos pelo Comitê Executivo Nacional do partido e 3 eleitos pelo 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar o quadro de pessoal e suas alterações e fixar salários de seu pessoal • Conceder licenças aos integrantes do Conselho • Apreciar os Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis • Autorizar a realização de intercâmbios, concessão de bolsas de estudo e pesquisa em instituições de educação nacionais e internacionais, que sejam alusivos às finalidades da Fundação

	Conselho Curador da gestão anterior	<ul style="list-style-type: none"> ● Aprovar a reversão das sobras de recursos oriundos do Fundo Partidário ao Partido Socialista Brasileiro
--	-------------------------------------	---

Fonte: Elaboração da autora a partir dos estatutos disponibilizados pelas Fundações.

Podemos, então, concluir que o Conselho Curador é o órgão de fiscalização que zela pelas finalidades sociais da fundação, de modo que garanta o seu cumprimento de acordo com o que a lei estabelece. Este é um órgão de deliberação que está diretamente vinculado à cúpula do partido, de forma a encaminhar a matéria da fundação de acordo com as diretrizes partidárias. Em contrapartida, apesar do Conselho Curador eleger o Conselho Executivo das fundações, este é o órgão de ação destas organizações, sendo a sua principal valência a gestão administrativa da fundação, apresentando e executando as suas propostas de atividades. Dentre as competências partilhadas estatutariamente entre os Conselho Executivos aqui elencados, a apresentação de diretrizes de programação e atividades e a apreciação do orçamento, balanço e prestação de contas da fundação são as principais funções deste órgão. Abaixo, apresento o quadro de composição e competências difusas:

Quadro 17: Composição e competências do Conselho Executivo

Sigla	Composição	Competências
FMC	<ul style="list-style-type: none"> ● Presidente ● 1º (primeiro) e 2º (segundo) Vice-Presidentes ● 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) Secretários ● 02 (dois) Tesoureiros ● 04 (quatro) Vogais e seus suplentes 	<ul style="list-style-type: none"> ● Movimentar as contas da Fundação através do presidente ou Vice-Presidente e do Tesoureiro, conjuntamente ● Elaborar e alterar o Regimento Interno da Fundação, ouvido o Conselho Deliberativo
ITV	<ul style="list-style-type: none"> ● Presidente ● Diretor de Estudos e Pesquisas ● Diretor de Formação e Aperfeiçoamento ● Diretor de Marketing Político e Eleitoral ● Diretor Financeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Aprovar o quadro de pessoal e o plano de cargos e salários; ● Autorizar a constituição das Seções Estaduais e Subseções Municipais do ITV ● Autorizar a celebração de acordos e convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais

		<ul style="list-style-type: none"> ● Fixar a contribuição dos associados
FVHD	<ul style="list-style-type: none"> ● Diretor Executivo ● Diretor Técnico ● Diretor Administrativo ● Diretor Financeiro 	<ul style="list-style-type: none"> ● Submeter ao Conselho de Curadores a criação de órgãos administrativos de qualquer nível, locais ou situados nas filiais ou sucursais ● Realizar convênio, acordos, ajustes e contratos, inclusive os que consistem em ônus, obrigações ou compromissos para a fundação, ouvido o Conselho de Curadores ● Submeter ao Conselho de Curadores as diretrizes, planejamento e políticas de pessoal da Fundação ● Submeter à apreciação do Conselho de Curadores a criação e a extinção de órgãos auxiliares da diretoria
FUG	<ul style="list-style-type: none"> ● Diretor-Presidente ● Diretor Vice-Presidente de Formação Política ● Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais ● Diretor-Secretário ● Diretor-Tesoureiro ● 05 (cinco) Diretores Vogais ● 04 (quatro) suplentes 	<ul style="list-style-type: none"> ● Indicar ao Conselho Curador, para admissão, o nome do Secretários Executivo da Fundação e, propor sua demissão ● Autorizar a admissão ou a exoneração de servidores empregados da Fundação indicados pelo Secretário-Executivo ● Elaborar proposta de modificações do Estatuto e do Regimento Interno para deliberação pelo Conselho Curador ● Designar os membros dos Conselhos Editorial de publicações editadas pela Fundação
FLB-AP	<ul style="list-style-type: none"> ● Presidente ● Vice-Presidente ● Secretário ● Tesoureiro ● 05 (cinco) Diretores 	<ul style="list-style-type: none"> ● Recomendar as providências consideradas necessárias a sua maior eficiência e expansão, inclusive na perspectiva da

		<p>implantação e funcionamento de suas seções estaduais e municipais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Movimentar as contas da Fundação juntamente com seu Tesoureiro ● Representar a Fundação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente ● Celebrar convênios de cooperação técnica e financeira com outras instituições, nacionais ou não, e firmar contratos de prestação de serviços de consultoria e assistência técnica, inclusive para a realização de pesquisas, e, na hipótese desses convênios serem firmados a nível internacional, consultar previamente a Comissão Executiva Nacional do Partido para sua aprovação ● Admitir e demitir servidores contratados pela Fundação, designar e substituir os coordenadores de programas e projetos e contratar o pessoal técnico ● Deliberar sobre a participação de membros da Fundação em atividades técnico-científicas, dentro do país ou fora dele, no atendimento a convites formulados ou na execução de contratos e convênios por esta celebrados ● Apresentar proposta de alteração no Regimento Interno ● Designar, “ad referendum” do Conselho Curador,
--	--	---

		órgãos representativos da Fundação nos estados, Distrito Federal e municípios.
FJM	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor Presidente • Diretor Financeiro • Diretor de Cursos • Diretor de Estudos e Pesquisas • Diretor de Organização 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentar as contas da Fundação, através do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro • Aprovar organograma e proposta de Regimento Interno da Fundação, ou eventuais propostas de modificação • Propor ao Conselho Curador a criação e organização de departamentos e comissões para melhor cumprimento das finalidades da Fundação, a serem regulamentados pelo Regimento Interno • Manter contratos e desenvolver ações junto a entidades públicas e privadas para a obtenção de recursos, doações, empréstimos e estabelecimentos de acordos e convênios que beneficiam a Fundação • Garantir a divulgação dos resultados de estudos realizados pela Fundação, bem como sobre comercialização ou transferência de conhecimentos e tecnologias para terceiros • Constituir, por contratação, corpo técnico, como superintendente, gerente executivo e demais cargos e funções necessários para o pleno exercício das atividades executivas da Fundação

Fonte: Elaboração da autora a partir dos estatutos disponibilizados pelas Fundações.

Ao Conselho Executivo cabe fixar os objetivos da fundação de forma que sua ação é exercida pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração da fundação. Vale ressaltar que dentre os cargos diretivos encontrados dentro do Conselho Executivo, somente três fundações do *corpus* desta pesquisa designam estatutariamente a instituição de cargos vinculados a função educadora da organização, sendo elas o ITV-PSDB com os cargos de diretor de estudos e pesquisa e diretor de formação e aperfeiçoamento, a FUG-MDB com o cargo de diretor vice-presidente de formação política e a FJM-PSB com os cargos de diretor de cursos e diretor de estudos e pesquisa. A sociografia destes cargos indica que todos os cinco diretores são políticos com perfil de cargos eletivos, sendo três deles com cargo ativo, sem projeção nacional (a exceção do diretor vice-presidente de formação política da FUG-MDB)⁴³. Todos os diretores possuem ensino superior completo e somente um cargo de direção de formação é ocupado por uma mulher. Por fim, o Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da entidade, cabendo-lhe principalmente zelar pela sua gestão econômico-financeira.

Quadro 18: Composição e competência do Conselho Fiscal

Sigla	Composição	Competências
FMC	<ul style="list-style-type: none"> • 5 membros eleitos pelo Conselho Curador 	<ul style="list-style-type: none"> • Examinar livros contábeis e papéis de escritura da Fundação, o estado de caixa e valores em depósitos
ITV	<ul style="list-style-type: none"> • 3 membros efetivos eleitos pelo Conselho Curador • 3 suplentes eleitos pelo Conselho Curador 	<ul style="list-style-type: none"> • Examinar as contas e documentos de receita e despesa • Emitir parecer sobre as contas e o balanço financeiro anual para aprovação do Conselho Curador
FVHD	<ul style="list-style-type: none"> • 3 membros efetivos eleitos pelo Conselho Curador • 2 suplentes eleitos pelo Conselho Curador 	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalizar a gestão financeira, examinando suas contas, balanços e documentos, emitindo pareceres encaminhados ao Conselho Curador

⁴³ O cargo de diretor de curso da FJM-PSB não está especificado no seu site. A diretora de formação e aperfeiçoamento do ITV-PSDB saiu do cargo e do partido em março deste ano, sendo incorporada na análise sociográfica mas tendo recusado a participar da pesquisa através da entrevista que estava marcada desde 2019. As entrevistas com os demais diretores estão em curso.

	<ul style="list-style-type: none"> ● Presidente (P) eleito pelos pares 	<ul style="list-style-type: none"> ● Emitir parecer para alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos para deliberação do Conselho Curador ● Apontar eventuais irregularidades
FUG	<ul style="list-style-type: none"> ● 3 membros efetivos eleitos pelo Conselho Curador através da lista tríplice encaminhada pela Comissão Executiva do partido 	<ul style="list-style-type: none"> ● Análise e fiscalização da gestão financeira, econômica, contábil e patrimonial da Fundação ● Examinar e dar parecer sobre balancetes e balanço patrimonial e zelar pela idoneidade e eficácia da escritura e gestão patrimonial
FLB-AP	<ul style="list-style-type: none"> ● 3 membros efetivos eleitos pelo Conselho Curador ● 3 suplentes eleitos pelo Conselho Curador ● Presidente (P) eleito pelo Conselho Curador 	<ul style="list-style-type: none"> ● Examinar e dar parecer sobre a contabilidade da Fundação, fiscalizar a execução do orçamento anual e supervisionar as atividades financeira da mesma
FJM	<ul style="list-style-type: none"> ● 3 membros efetivos eleitos pelo Conselho Curador ● 2 suplentes eleitos pelo Conselho Curador 	<ul style="list-style-type: none"> ● Examinar livros contábeis e papéis de escritura da Fundação ● Examinar e dar parecer sobre os balancetes periódicos e anuais, bem como as contas e atos de gestão financeira do Conselho Executivo ● Acusar falhas formais ou irregulares verificadas ● Lavrar atas e pareceres ● Apresentar ao Conselho Curador parecer o relatório de atividades, prestação de contas e balanço geral da Fundação

Fonte: Elaboração da autora a partir dos estatutos disponibilizados pelas Fundações.

As fundações partidárias fazem parte da força organizacional dos partidos políticos. Da mesma forma que os partidos políticos tendem a se organizar de forma semelhante e apresentam estatutos congêneres, as fundações partidárias compartilham padrões de organização e estrutura. Logo, elas compartilham o mesmo esquema institucional: um conselho curador que elege tanto o conselho fiscal quanto o executivo, onde este é responsável pela execução das linhas estratégicas traçadas e é estruturado a partir de presidência, vice presidência e diretorias. A presidência é um cargo institucional de representação legal e executiva, sendo esta compartilhada também com a figura dos diretores. Na maior parte dos casos, estes conselhos são constituídos por quadros partidários que anteriormente gozavam de responsabilidades orgânicas e governamentais, exercendo cargos eletivos ou de confiança em órgãos do governo.

No que tange a relação da fundação com o partido, há uma subordinação e dependência política, visto que a Comissão Executiva do partido é o órgão responsável pela indicação dos membros do conselho curador, sendo estes membros, em sua maioria, parte da cúpula administrativa do partido.

2.2.2 Análise dos sites

Esta subseção tem como propósito realizar um estudo de cunho comparativo e abrangente dos *sites* das seis fundações partidárias estudadas. Por este motivo, a subseção tem uma dimensão descritiva na medida em que busquei mapear mecanismos utilizados pelas fundações em seus *sites*, menos do que elaborar hipóteses explicativas sobre a causalidade dos padrões encontrados ou sugerir um modelo explicativo abrangente da escolha da formatação desses espaços, mais para dimensionar o grau de frequência e intensidade que alguns itens são apresentados. A partir da metodologia adotada e da literatura específica sobre o tema - estudo de *sites* partidários - apresentarei o debate sobre o uso dos *sites* pelas fundações para a divulgação de suas atividades, além de buscar evidências sistemáticas sobre a projeção que estes espaços fazem do real funcionamento das fundações partidárias.

Pesquisas que se debruçam sobre a temática dos *sites* partidários não são novidade na literatura sobre Partidos. Desde meados dos anos 1990, é possível encontrar diversas publicações sobre o tema (Martins, 2011). Sendo um campo majoritariamente estudado na Europa e nos Estados Unidos, a maior parte da literatura sobre *sites* partidários versa sobre dois eixos: um deles é a questão do potencial de democratização política que estes espaços conseguem promover, a partir da participação direta da base partidária; o outro eixo é a análise da dimensão estratégica dos sites partidários, utilizados como instrumento de comunicação entre as elites e o eleitorado (Martins, 2011).

Desta forma, a presente subseção tem como propósito apresentar os *sites* das fundações partidárias como uma dimensão da estrutura organizacional das mesmas, sob uma perspectiva de análise dos *sites* como um espaço para compreender questões relativas ao modo de organização e funcionamento das fundações, procurando demonstrar se os pressupostos jurídicos impostos às fundações são apreendidos nos seus domínios da *internet*. A escolha para o uso deste espaço se dá por ser a via mais fácil de acesso às informações sobre tais organizações. Para tal, será analisado o conteúdo disponível nos sites das fundações partidárias⁴⁴, mapeando as principais e recorrentes atividades promovidas, sendo aquela categorizada e apresentado da seguinte forma:

Quadro 19: comparativo de informações presentes nos sites das fundações partidárias

Aspectos dos sites		Fundações					
		FMC	ITV	FVHD	FUG	FLB-AP	FJM
Acessibilidade	Site próprio	X	X	X	X	X	X
	Link para site do partido	X	-	X	X	X	X
	Link para redes sociais	X	X	X	X	X	X
Estrutura/Organização	Fale conosco	X	X	X	X	X	X
	Estatuto	X	X	X	-	X	X
	Administrativa	X	X	X	X	-	X
	Transparência	-	-	X	-	-	-
	Parcerias	Internacional	-	-	X	-	-
		Nacional	-	-	X	-	-
	Filiais	Internacional	-	-	-	-	-
		Nacional	-	X	X	X	X
Informação	Notícias	Partido	-	-	-	-	-
		Fundação	-	-	-	-	-
		Governo	-	-	-	-	-
		Sociedade	-	-	-	-	-
	Áreas Temáticas	Geral	X	X	X	-	-
		Sectária	X	X	X	-	-
		Partido	-	X	-	-	-
	Publicações	Revistas	X	X	X	-	-
		Livros	-	X	-	-	-
		Material de Governo	-	X	X	X	-
		Cartilha	-	-	-	-	-
	Artigos de Opinião	Quadros Partidários	-	-	-	-	-
		Mandato	-	-	-	-	-
		Base	-	-	-	-	-
	Cursos	Abertos	-	-	-	-	-
		Fechados	-	-	-	-	-
	Eventos	Abertos	-	-	-	-	-
		Fechados	-	-	-	-	-
	Material de formação	Sectário	-	-	-	X	X
		Instrumental	-	X	-	X	X
		Ideológico	-	X	-	-	X
Patrimônio Cultural	Ideologia	-	X	X	-	X	X
	Memória	X	X	-	X	X	X

Fonte: Elaboração da autora a partir da coleta de dados da web.

No quadro acima, arrolei comparativamente os sites, podendo assim elencar categorias com maior relevância para as fundações. No quadro comparativo, partindo da análise da variável denominada *acessibilidade* podemos notar a presença de algumas categorias

⁴⁴ Site FMC/PP <http://www.miltoncampos.org.br/>; site ITV/PSDB <https://itv.org.br/>; site FVHD/PV <https://fundacaooverde.org.br/>; site FUG/MDB <https://www.fundacaoulisses.org.br/>; site FLB-AP/PDT <http://flb-ap.org.br/>; e site FJM/PSB <http://www.fjmangabeira.org.br/>.

recorrentes como a presença destas organizações na rede mundial de internet com *sites* independentes dos domínios partidários, mesmo que estes, em alguns casos, apresentem *links* que direcionam o visitante para o site de sua respectiva fundação, além da presença de todas as organizações supracitadas em diversas redes sociais, tais quais *Facebook*, *Instagram*, *Youtube* e *Twitter*. O contato do visitante para com a fundação se dá, geralmente, através do *fale conosco* presente em todos os sites⁴⁵. No que diz respeito a variável *estrutura/organização*, a presença do estatuto da fundação em seus domínios na *internet* é uma prática comum à todas as organizações estudadas, enquanto o aspecto da composição de órgãos da administração das mesmas, a FLB-AP/PDT é a única fundação que não apresenta esta informação em seu *site*. A ausência da presença de documentos referentes ao uso dos recursos advindos da União é algo normalizado nos sites dessas organizações, sendo a FVHD/PV a única fundação a apresentar demonstrativos contábeis do orçamento oficial da gestão em vigor sobre sua receita. Neste ponto, vale ressaltar a existência do relatório de atividades da FLB-AP/PDT em seu *site*, explicitando as atividades produzidas ao longo da gestão vigente mas sem menção aos montantes utilizados para tal fim. A presença de parcerias internacionais só aparece no domínio da FVHD/PV, enquanto as parcerias nacionais só são mencionadas por aquelas fundações que compõem o Observatório da Democracia⁴⁶, mencionando-o. Esta dimensão está estritamente relacionada aos achados de Dantas e Fernandes (2013) que exemplificam que a centralização e a falta de organização em rede pode afetar negativamente no estabelecimento de canais de cooperação com organismos nacionais e internacionais. Sobre a dimensão da presença de filiais nas diversas unidades federativas do país, somente a FMC/PP não apresenta informações a respeito, sendo essencial evidenciar a capilaridade da FUG/MDB que está presente nos 26 estados e no DF, sendo sua filial composta por, no mínimo, um funcionário⁴⁷.

⁴⁵ Mesmo presente, essa parte deixa a desejar. Durante os 15 meses utilizados na pesquisa para a coleta de dados e depois de diversas tentativas, não obtive nenhuma resposta das perguntas enviadas através desta seção.

⁴⁶ O Observatório da Democracia é um fórum que integra sete fundações partidárias (Fundação Cláudio Campos/PPL, Fundação Lauro Campos/PSOL, Fundação João Mangabeira/PSB, Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini/PDT, Fundação Maurício Grabois/PcdoB, Fundação da Ordem Social/PROS e Fundação Perseu Abramo/PT) com o objetivo de concatenar forças no campo democrático para a construção de propostas reais para o enfrentamento da crise política brasileira, monitorando o atual governo, apresentando debates e informações sobre temas como soberania, infraestrutura, dimensões sociais e ambientais e produção e inovação praticadas pelo governo. Para mais informações, acessar o site do Observatório: <https://observatoriodademocracia.org.br/>.

⁴⁷ Na entrevista com o Secretário Executivo da FUG, o mesmo afirmou que até 2018, todas as filiais da Fundação estavam organizadas com três funcionários ativos. Com a diminuição da bancada do MDB no pleito de 2018 e, consequentemente, com a redução do montante destinado a manutenção da sua Fundação, hoje estas filiais funcionam com um membro.

No que tange a categoria de análise denominada *informação*, a primeira variável a ser analisada é em relação às notícias publicadas nas páginas das fundações partidárias estudadas. A notícia de maior presença são aquelas relacionadas à fundação, principalmente na divulgação de suas atividades, assim como notícias da sociedade em geral que ganharam notoriedade pela a opinião pública. Também é recorrente a divulgação de notícias sobre as ações produzidas pela legenda partidária a que a fundação está formalmente vinculada, assim como a divulgação e produção de debates sobre propostas e posicionamentos adotados pelo governo vigente. As fundações FMC/PP, ITV/PSDB e FVHD/PV geralmente apresentam área temáticas em seus *sites* que ajudam na navegação do visitante. Ao dividir seu acervo em temáticas gerais e setoriais, o visitante consegue achar diversos textos concatenados no mesmo espaço sobre o tema que lhe interessa. Sobre a variável *artigos de opinião*, é bem raro nos depararmos com textos publicados por filiados aos partidos e quando encontrados, como no caso da ITV/PSDB e da FLB-AP/PDT, geralmente são de quadros partidários e políticos com mandatos ativos com vinculação administrativa na fundação.

Ainda analisando comparativamente o aspecto das informações presentes nos *sites* das Fundações, as publicações disponíveis para acesso público, estão geralmente divididas em revistas organizadas e publicadas por estas organizações e cartilhas de variados temas. Também é possível encontrar material de governo, sendo estes geralmente direcionados à governos estaduais e municipais, excetuando o caso da FUG/MDB que publicou materiais de governo que foram produzidos e adotados pelo governo Temer (2016-2018). No que tange aos cursos e eventos produzidos pelas fundações, em sua maioria, estes são abertos ao público em geral, excetuando os cursos do ITV/PSDB que são destinados aos seus filiados, com a plena disponibilidade de materiais de apoio utilizados nos mesmos. Aliás, é grande o volume de materiais de formação política disponibilizados pelas Fundações, sendo estes divididos em três formatos distintos: materiais sectários, utilizados por setores organizados do partido, como segmentos de mulheres, juventude e do movimento intrapartidário negro, por exemplo; materiais instrumentais, direcionados à lógica eleitoral e de formação de gestores públicos; e materiais ideológicos, que fundamentam as diretrizes ideológicas partidárias. Por fim, na análise comparativa do *patrimônio cultural* presente nos sites das Fundações elencadas no quadro anterior, somente duas organizações não fazem menção a ideologia promovida por ela e pelo partido formalmente conectado, a FMC/PP e a FUG/MDB, e somente a FVHD/PV não apresenta nenhum aspecto vinculado à memória da fundação ou do partido.

Analisando comparativamente, podemos concluir que as atividades supracitadas nos estatutos das Fundações e na legislação vigente, são aspectos importantes, propagados e divulgados por estas organizações⁴⁸.

⁴⁸ Dados coletados ao longo do ano de 2018 e 2019. Último acesso em 25/05/2020.

Capítulo 3 – A formação política como práxis: tipologias e análise do material produzido pelas fundações partidárias brasileiras

Como apresentado anteriormente, o objeto de análise deste trabalho está fundamentado no exame do material de formação política produzido pelas fundações partidárias brasileiras. No primeiro capítulo, a definição do conceito de formação política foi essencial. Nesse sentido, vale retomar a conceituação defendida neste trabalho, onde a formação política é parte do processo de ação partidária voltada para a compreensão do processo político-partidário, fundamentada na ideologia e nos posicionamentos das agremiações em diferentes temas. Desta forma, a formação política é entendida como parte do processo de educação política, sendo aquela voltada para a dimensão intrapartidária enquanto essa está direcionada à sociedade civil e ao ser social, de forma a compreender o processo político em sua completude e equânime, sem vínculos ideológicos. O segundo capítulo, por sua vez, tem como objetivo principal a análise da estrutura organizativa das fundações partidárias de forma a verificar se esta influência no modelo de formação política adotada. A partir da reconstrução histórica e das conclusões apresentadas, a hipótese principal se dá em duas percepções: fundações partidárias antigas tenderiam a apresentar modelos de formação extensivos à medida em que as fundações mais recentes tenderiam a apresentar modelos de formação pontuais. Da mesma forma, fundações que apresentam modelo organizativo hierárquico com cargos no Conselho Executivo de direção especializados no processo de formação política e com quadros experientes à frente tenderiam a apresentar modelos de formação extensivos.

O estudo sobre a estrutura organizacional das fundações partidárias é crucial para o entendimento dos modelos de formação política implementados, principalmente em um cenário competitivo eleitoral em que os partidos precisam adaptar constantemente suas estratégias para o sucesso da agremiação no campo eleitoral. Apesar do histórico da arena de estudos de partidos na análise do arranjo organizacional das agremiações partidárias, o debate sobre a influência da estrutura das suas respectivas fundações no processo de implementação de programas de formação política é um assunto inédito na Ciência Política brasileira. Esta seção tem por objetivo apresentar alguns aspectos norteadores da concepção e sistematização dos programas de formação política desenvolvidos pelas fundações partidárias brasileiras, desde as suas bases metodológicas, no emprego de uma metodização de formação ideológica, instrumental e pragmática, estabelecendo os princípios da formação de quadros e de ações concretas de transformação social. É importante ressaltar que a formação política produzida por estas organizações não se reduz somente a aspectos doutrinários, se estendendo à propagação de

conhecimentos técnicos que possam elevar a instrumentalização de valores democráticos. Posto isto, o objetivo desta seção não é fazer uma análise detalhada da trajetória dos programas de formação dos partidos políticos mas apresentar alguns dos seus aspectos norteadores na atuação no campo da educação política, possibilitando, assim, situar a sua importância no sistema político brasileiro. Para isso, apresentarei seus pressupostos políticos e ideológicos, as bases dos seus projetos pedagógicos, a metodologia empregada na formação e nos seus sistemas de cursos e módulos de formação, assim como procurar situar os seus objetivos e princípios de formação política, a partir de entrevistas com dirigentes e fontes primárias documentais disponibilizados pelas próprias fundações.

No capítulo anterior, vimos que as primeiras fundações partidárias surgiam numa conjuntura marcada pela intensa presença de lutas políticas. O IEPES/MDB surgiu durante a ditadura militar a partir de um conjunto de militantes que se organizaram em torno da necessidade de aproximar o debate político aos cidadãos de forma a produzir uma formação política calcada na oposição ao regime autoritário vigente. No bojo dessa dinâmica, foram envolvidos intelectuais, lideranças políticas e dirigentes partidários e a militância de base em busca da elaboração de organizações de ações práticas que se encontravam e trocavam experiências. Além dos diversos seminários, o IEPES foi pioneiro na organização de materiais de formação política voltados para o campo eleitoral, como o “MDB e a ação municipalista: 1º seminário para candidatos” de 1976. Com a redemocratização, a inauguração de um sistema multipartidário competitivo e de mecanismos jurídicos que destinam parte do Fundo Partidário para a organização de fundações com o principal objetivo de formação de quadros políticos, esse processo se sobrepôs a um trabalho de formação mais sistemático que acabou se revelando uma tarefa inadiável para o avanço das legendas. Neste quadro, viu-se a necessidade de cada vez mais profissionalizar a vida política. Diante da concorrência, era necessário formar quadros, dirigentes, assessores e militantes com capacidade política e organizativa. Desta forma, era impossível empreender na política sem uma formação política e partidária abrangente e permanente, de modo que era necessário criar uma estrutura específica e sistemática para esse fim. Assim, várias concepções do processo formativo surgiram e diversos modelos de escolas de formação ou sistemas de cursos de formação se apresentaram através das fundações partidárias.

Algumas iniciativas nestas concepções foram sendo empreendidas com maiores ou menores dificuldades. Estruturar e organizar uma escola de formação ou um sistema de cursos de formação constitui uma atividade que pressupõe uma determinada matriz programática, ideológica e um conjunto de bases políticas calcadas em determinadas práticas pedagógicas.

Meu propósito aqui é produzir um esforço inicial organizado e global a fim de apontar uma tipologia de modelos de formação política produzida pelas fundações partidárias a partir do conteúdo presente em seus materiais de formação. Vale ressaltar que não tendo tempo disponível para uma etnografia mais exaustiva e para a análise de conteúdo dos materiais de formação política, duas estratégias foram adotadas para tal empreendimento: em primeiro plano, grande parte da classificação tipológica dos programas de formação está edificada nas entrevistas concedidas pelos presidentes e diretores de formação política das fundações partidárias; em segundo, para a análise de conteúdo, foi escolhido produzir o exame do material da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini/PDT e da Fundação Ulysses Guimarães/MDB. Essa escolha está fundamentada na disponibilidade prévia dos materiais impressos pelas fundações no fim de 2019.

Desta forma, o capítulo está dividido em duas seções. Na primeira seção, será proposta uma tipologia de modelos de programas de formação política, a partir da análise do histórico evolutivo das fundações, sua estrutura organizativa e das entrevistas com quadros dirigentes. Na segunda seção e última seção, será apresentada uma proposta de categorias para analisar os materiais de formação política, assim como uma breve análise de conteúdo do material de formação do Programa de Formação Política da FUG/MDB e da Universidade Aberta Leonel Brizola da FLB-AP/PDT. No que tange ao material empírico, este capítulo tem por objetivo apresentar categorizações e análises acerca do material de formação política, de forma que ele seja dividido em cinco tipos: material voltada para aperfeiçoamento individual, para a participação política, de formação pragmática-eleitoral, formação técnica-instrumental e formação ideológica-partidária. Vale ressaltar que os modelos de tipologia e de categorização aqui propostos são abertos a ajustes, dado que é somente o primeiro esforço para o entendimento desse objeto.

3.1 Proposta de tipologia sobre modelos de programas de formação política das fundações partidárias brasileiras

O uso de classificações para o exame da organização dos partidos políticos, as chamadas tipologias, é basilar para a compreensão da estruturação, organização e relação desses atores com o Estado, a sociedade e com seus membros. Diante disso, meu objetivo é propor uma heurística para produção de uma análise classificatória de formação política apresentando modelos descritivos que permitam identificar as diferentes estratégias adotadas para a formação de quadros partidários. Cada estratégia adotada é fruto da combinação de fatores externos e internos, sejam eles históricos, circunstanciais ou estruturais. No primeiro capítulo deste

trabalho, na seção intitulada “Tipologias de partidos e a função educadora das legendas: o que deixamos passar?”, analisei a literatura especializada com a finalidade de discutir os autores cânones que dissertam sobre tipos de organizações partidárias e as possíveis modalidades de formação política que estes modelos caracterizariam. Mostrei como cada modelo de organização partidária proposto por tais autores aparece vinculado a diferentes procedimentos de formação, a partir da sua estrutura organizativa. Nesta seção, defendo a variedade de estratégias e modelos de programas de formação vinculada a variável de organização e tempo ativo. As fundações partidárias atravessaram diferentes contextos históricos e institucionais, que acabaram por produzir formações políticas bastante diferentes. Inicialmente, a hipótese que regia esta seção estava calcada na análise da estrutura organizativa e na influência organizacional nas atividades de formação, de forma que fundações que apresentassem cargos na estrutura de ação voltadas para a formação política, tenderiam a apresentar modelos extensivos de formação. Entretanto, esta primeira hipótese foi descartada pois a associação entre essas duas variáveis não explica os diferentes modelos de programas de formação. Dessa forma, proponho um modelo descritivo com especificações epistemológicas que edificam esta proposta de tipologia construída a partir de tipos, subtipos, formas e modalidades.

O modelo heurístico proposto é tipológico, tratando-se de um modelo indutivo. De maneira geral, modelos são simplificações e delimitações da realidade cujo objetivo é tornar operável a compreensão sobre um fenômeno complexo (Lave e March, 1975). Um modelo é uma representação conceitual do processo-chave e dos fatos mínimos da estrutura de um dado fenômeno por meio do processo de especulação. Um dos modelos mais utilizados é o classificatório que corresponde ao primeiro elemento para a compreensão do fenômeno a ser analisado, pois ele nos dá parâmetros para a organização e interpretação do objeto estudado (Diesing, 1971). Para ser epistemologicamente consistente e passível de operacionalização, a classificação deve seguir critérios rígidos de exclusividade, exaustividade e adequação (Sneath e Sokal, 1973; Gregory, 2006; Jacob, 2004 e Bowker e Star, 1999). No que se refere à exclusividade, as categorias devem ser mutuamente exclusivas de forma que as delimitações entre os tipos devam ser claramente demarcadas com regras explícitas de inclusão e exclusão de casos. Sobre a exaustividade, os tipos devem agregar todos os casos, de forma que as categorias sejam abrangentes. E no que se refere à adequação, os tipos devem ser facilmente replicados. Ainda em termos metodológicos, a classificação aqui proposta baseia-se em um sistema de inferência indutiva. A partir da captação de casos observados ao longo da pesquisa e nas entrevistas com os dirigentes das fundações partidárias, cataloguei características e agrupei casos semelhantes em torno dos tipos produzidos a partir do exame do plano empírico.

Inicialmente, na matriz tipológica aqui apresentada, há dois modelos de formação política: extensivo e intensivo. Se uma fundação investe em uma formação teórica e/ou prática sequencial, dividida em módulos e de forma continuada, esse modelo é definido como extensivo por se tratar de um programa amplo, alongado e extenso. Dessa maneira, há um maior esforço e emprego de recursos na elaboração de materiais e na manutenção das estruturas que asseguram a continuidade do programa. Uma fundação pode escolher investir no modelo de formação extensiva a partir dos seus objetivos e da sua inserção no ambiente político. Geralmente, ela ocorre em partidos preocupados com a consistência ideológica e/ou programática de forma a formarem quadros e lideranças comprometidas com os valores partidários. Entretanto, uma fundação pode investir em um modelo de formação política mais enxuta, organizada em torno de cursos de curta duração. Este modelo é aqui classificado como modelo de formação intensiva. O modelo de formação intensiva é caracterizado por cursos, palestras e/ou seminários com data e localidade definida. Em geral, este modelo está atrelado a estratégia partidária competitiva, de forma que seus quadros e lideranças possam atuar de forma mais objetiva para o alcance dos objetivos da legenda, sendo estes geralmente ligados à arena eleitoral. O quadro a seguir ilustra os tipos de modelos de formação política.

Quadro 20: tipos e subtipos de modelos de formação política

Modalidade		
Tipo	Subtipo	Características
Extensivo	Escolas de formação	Longa duração, continuada
Intensivo	Cursos e seminários	Pontual

Fonte: elaboração da autora

Na hipótese inicial, fundações que estavam ativas há mais tempo no cenário político brasileiros tenderiam a produzir um modelo de formação política do tipo extensivo, fundamentadas em escolas de formação. Ao analisar a presença do subtipo escolas de formação no recorte deste trabalho, notamos que somente metade das fundações ofertam esta modalidade, sendo elas a FUG/MBD, FJM/PSB e a FLB-AP/PDT. Comparando com o quadro 7, onde apresento o ano de criação das fundações, notamos que o tempo em atividade não é uma hipótese passível de confirmação. A segunda hipótese elencada como justificativa para a presença de modelos de formação extensiva está calcada na análise da estrutura organizativa

das fundações. Aquelas que apresentam órgãos ou cargos diretivos competentes estatutariamente a organização de atividades de formação política tenderiam a apresentar modalidade de formação extensiva. Fundações que apresentam configurações organizacionais do tipo variante, o modelo com quatro níveis e a existência do Conselho Técnico na composição do órgão administrativo da fundação partidária (ver quadro 12), tenderiam a produzir formação política extensiva, pois este órgão empenha-se em assessorar a formulação de atividades e cursos da fundação. Somente a FMC/PP indica a existência deste órgão mas a modalidade de formação política desta fundação é do tipo intensiva, produzida a partir de cursos e seminários. Em contrapartida, fundações com configurações organizacionais de três níveis que têm quadros diretivos de formação em seu órgão de ação, no Conselho Executivo, tenderiam a produzir modalidade de formação extensiva. Essa hipótese também não é passível de comprovação pois somente três fundações apresentam estatutariamente quadros diretivos voltados para a formação política e dentre elas, o ITV/PSDB apresenta modalidade de formação intensiva e pontual a partir de cursos e seminários de curta duração. Sobre as respectivas modalidades de formação política, as fundações partidárias podem ser divididas da seguinte maneira:

Quadro 21: modalidade de formação política por fundação partidária

Modalidade			
Fundação	Tipo	Subtipo	Nome do programa
FMC/PP	Intensivo	Cursos e seminários	
ITV/PSDB	Intensivo*	Cursos e seminários	
FVHD	Intensivo	Cursos e seminários	
FUG/MDB	Extensivo	Escola de formação	Programa de Formação Política Ulysses Guimarães
FLB-AP/PDT	Extensivo	Escola de formação	Universidade Aberta Leonel Brizola
FJM/PSB	Extensivo	Escola de formação	Escola Miguel Arraes

Fonte: elaboração da autora

*até 2019

Vale ressaltar que a modalidade adotada pelas fundações partidárias pode mudar ao longo do tempo, como foi o caso da FVHD/PV e do ITV/PSDB. No primeiro caso, a FVHD/PV apresenta em seu estatuto a previsão de uma escola de formação política de duração de quatro anos, com matriz localizada no Rio de Janeiro. Entretanto, a modalidade hoje apreendida pela fundação é do tipo intensivo, com cursos de curta duração, como explica José Carlos Lima, diretor-executivo da FVHD/PV:

“Então, a gente tem eventos no Brasil inteiro. [...] a gente faz isso nos estados, geralmente aberto para a sociedade, não é fechado só para militante do partido. Geralmente, quanto mais aberto a gente puder fazer melhor. [...] Nós trouxemos gente

do Brasil inteiro, "internamos" aqui em uma fazenda em Goiás, onde não pegava celular, próxima aqui de Brasília. "Internamos" as pessoas durante um final de semana e aí foi muito legal. Você tinha os eventos formais e tinha outros mais informais, por exemplo, contação de história..." (Lima, 2019).

Em outra passagem durante a entrevista, José Carlos Lima apresenta a mudança na estratégia adotada para a formação política pela fundação, com a retomada da escola de formação:

"Nós recebemos uma solicitação da Executiva Nacional do PV - com a qual nós já tínhamos concordado antes, e vamos submeter ao Conselho Curador - de criar uma escola de formação permanente[...]. A gente está começando a trabalhar agora a escola de formação. [...] A ideia é de você ter, pelo menos, duas turmas por ano. Seis meses e seis meses, com três eventos presenciais e três não-presenciais... Fazer duas turmas por ano." (Lima, 2019).

No caso do ITV/PSDB, a modalidade de formação adotada pela fundação é também do tipo intensivo, com cursos de curta duração espalhados pelo país. Pedro Henrique Cunha, presidente do ITV/PSDB, explica a mudança da modalidade adotada no ano de 2020:

"A gente está fazendo uma plataforma, que é uma escola *online*, uma escola de formação *online*. [...] Você faz um evento partidário na Paraíba, praticamente os mesmos vão estar ali, cada vez esse número fica menor e o engajamento diminui. A gente cada vez mais vai fazendo menos sentido para a sociedade.[...] envolve um investimento alto - envolve passagem, envolve aluguel de um espaço, envolve isso e aquilo -, mas o retorno social, o retorno de formação prática, que é o retorno social no final das contas, era uma coisa que eu questionava. Esse é um ponto. Eu fiquei muito estimulado e defendi muito intensamente a questão de fazer com que o Instituto não servisse só ao filiado. Se o dinheiro é público, por que eu vou fechar só para o filiado? Claro que você vai ter um direcionamento partidário e interno, mas eu preciso falar para fora e dar um retorno público para os investimentos que eu faço. Então, a Escola ITV, por exemplo, vai ter um espaço para o filiado, até para ter gatilhos de estímulo." (Cunha, 2020).

Ao ser questionado sobre a mudança da estratégia e modalidade adotada, o presidente do ITV/PSDB continuou:

"Qual foi a ideia do digital? A ideia do digital foi tentar sair um pouco dessa bolha interna - onde a gente fala sempre para os mesmos e tem um alcance pequeno -, fazer um investimento que tenha um retorno de longo prazo e que é uma tecnologia que vai estar ali... Enfim, quando a gente quiser dar um curso para o Brasil inteiro amanhã, a gente vai ter uma plataforma para poder fazer isso. Se você for fazer isso presencialmente, há o custo de levar todo mundo para um lugar só e tal. Então tem uma questão de eficiência é uma questão de se adaptar à realidade moderna das coisas. Além da pandemia, que aí de vez tivemos que encerrar tudo presencial, as pessoas estão cada vez mais conectadas. Se eu faço um congresso do PSDB *online* é capaz das pessoas se animarem mais a participar do que no presencial." (Cunha, 2020).

Vale ressaltar que esses dois tipos de modalidade de formação, extensivo e intensivo, não são excludentes entre si. Uma fundação pode adotar um tipo extensivo de formação política, com escola permanente, mas com o apoio de atividades intensivas, como cursos e seminários conjunturais e circunstanciais. Essa hibridez acontece em todas as fundações que possuem programas de formação extensiva. No caso da JFM/PSB, é rotineira a presença de cursos de

curta duração em conjunto com a formação da Escola Miguel Arraes, para discutir questões em evidência na sociedade, como exemplifica Alexandre Navarro: “fazemos encontros, transmitimos ao vivo, transmitimos uma reunião do partido” (Navarro, 2019). Elisiane da Silva, que foi gerente nacional do programa de formação política da FUG/MDB até 2017, explica que os seminários acontecem em conjunto com o Curso Básico de Formação Política Ulysses Guimarães: “nós tínhamos os cursos como pilares e os eventos como acessório” (Silva, 2020).

Além da modalidade empregada na formação política, a metodologia também é fator determinante na estratégia adotada pela fundação. A Escola Miguel Arraes da FJM/PDB e a Universidade Aberta Leonel Brizola da FLB-AP/PDT adotam o ensino virtual, enquanto o Curso Básico de Formação Política Ulysses Guimarães da FUG/MDB adota o modelo semipresencial de Educação a Distância (EaD). Já as fundações que adotam formação de tipo intensiva, como o ITV/PSDB, FMC/PP e FVHD/PV, aderem à metodologia presencial síncrona, geralmente construídas em volta de cursos e/ou seminários espalhados pelo país. Enquanto a metodologia virtual assíncrona depende de um grande capital inicial para a sua edificação, empregado principalmente na compra de tecnologia utilizada em seus respectivos programas de formação, o modelo presencial síncrono despende volumosos recursos financeiros contínuos, principalmente alocados no aluguel do espaço do evento e no transporte dos palestrantes.

Quadro 22: metodologia adotada pelas fundações na formação política

Metodologia		
Tipo	Subtipo	Fundação
Virtual	Assíncrono	FJM/PSDB e FLB-AP/PDT
Presencial	Síncrono	ITV/PSDB, FVHD/PV e FMC/PP
Semipresencial	Síncrono por EaD	FUG/MDB

Fonte: elaborada pela autora

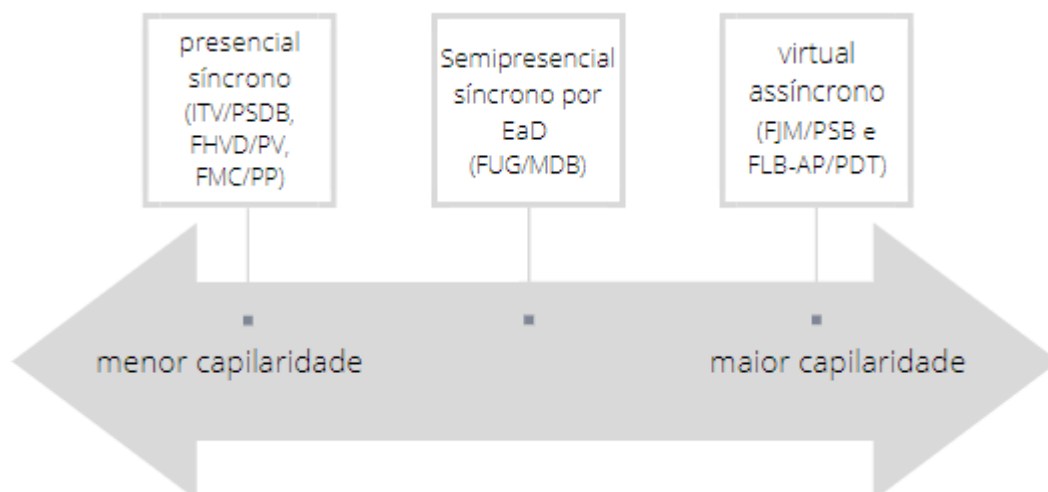
No modelo semipresencial da FUG/MDB, a metodologia adotada é uma mescla de EaD com atividade síncrona. Existe uma base onde as aulas são gravadas e a fundação produz um kit com esse material gravado e com a parte impressa que é enviado aos locais onde os cursos acontecerão. As aulas gravadas são transmitidas aos alunos inscritos no curso e depois transcorre um debate. Além disso, há todo material disponível na plataforma online que pode ser acessado através do site da fundação. Elisiane da Silva explica como funciona o kit do curso básico e a plataforma:

“Um kit. Um livro do mediador, um conjunto de dez DVDs e um conjunto de quantos alunos tivessem. Se fossem vinte alunos, seriam vinte apostilas da aula um, vinte da

aula dois, vinte da aula três... Todos os alunos ganhavam o material. [...] A nossa plataforma tem um cadastro inicial, com nome, endereço e CPF. Nós temos, hoje, 297 mil alunos inscritos em quase 340 - não sei como está agora -, mas mais ou menos 340 matrículas. Uma pessoa faz mais de um curso. Uma coisa é o número de usuários do sistema, outra é o número de matrículas nos cursos. Sem contar a quantidade de gente que faz as coisas, que tem acesso aos nossos materiais e que não está no sistema. Imagina o seguinte, um vereador faz o curso e leva o material para Câmara, deixa por lá rolando... Não sei quantos funcionários, quantos vereadores, quantas pessoas do partido tiveram acesso àquele material. A gente sempre primou por fazer o material impresso” (Silva, 2020).

Nos modelos do tipo virtual, a formação é produzida totalmente de forma assíncrona, através de videoaulas disponibilizadas nas plataformas online das fundações. A FJM/PSB e a FLB-AP/PDT adotam esse modelo de metodologia. As demais fundações adotam o modelo de metodologia presencial, com cursos e seminários com dia e horário fixo presencial. A grande questão que gira em torno da estratégia metodológica adotada pelos programas de formação política se dá na capilaridade entre os filiados e cidadãos. Enquanto os modelos presenciais síncronos restringem a participação, criando assim um efeito redoma onde a capilaridade do curso de formação estaria restrito a um determinado número de pessoas em uma determinada localidade, os modelos virtuais assíncronos construídos em torno de vídeoaulas em plataformas online produziria uma capilaridade maior, podendo o mesmo material chegar a um número maior de pessoas. Pedro Cunha, presidente do ITV/PSDB, disserta: “você faz um evento partidário na Paraíba, praticamente os mesmos vão estar ali, cada vez esse número fica menor e o engajamento diminui. A gente cada vez mais vai fazendo menos sentido para a sociedade” (Cunha, 2020).

Quadro 23: capilaridade por metodologia adotada pelas fundações



Fonte: elaborado da autora

Outro tema atrelado a estratégia adotada pelas fundações ao elaborarem seus programas de formação política se dá na questão de os cursos serem abertos para todos os cidadãos ou fechados somente para os filiados à legenda. Nas entrevistas realizadas com os dirigentes vinculadas às fundações e durante a minha experiência nos cursos de formação política produzidos por elas, grande parte das atividades promovidas são abertas ao público em geral. Somente aqueles cursos que estão vinculados diretamente com ambições governamentais e eleitorais são restritos à filiados e candidatos. No que diz respeito à questão da acessibilidade, os cursos de formação serem oferecidos de forma aberta para a sociedade cumpre o papel social prerrogativa às fundações partidárias, de fomento à educação política, bem como a formulação e discussão de projetos políticos, conforme as diretrizes e princípios ideológicos do partido político ao qual estão vinculadas. O aparato jurídico brasileiro prevê, desde a pregressa Lei dos Partidos Políticos de 1965 (LOPP n. 4.740/65, incisos IV e V, revogada) como um dos fundamentos do funcionamento dos partidos políticos a estruturação de fundações partidárias (ou na letra da lei “institutos de instrução política para a formação de quadros e líderes”) cujo objetivo respalda a manutenção de cursos de formação política e difusão doutrinária, sendo a sua função social básica a contribuição para a educação política dos cidadãos. A evolução jurídica das leis que respaldam o funcionamento destas organizações tem estrita relação com a propagação dos valores democráticos, assim como próprio sistema conduz a disseminação da noção mecanismos de participação do cidadão, sendo esta a expressão de sua importância no atual modelo institucional brasileiro. No que diz respeito a importância dos cursos oferecidos pelos programas de formação das fundações, Pedro Cunha, presidente do ITV/PSDB, disserta:

“Eu fiquei muito estimulado e defendi muito intensamente a questão de fazer com que o Instituto não servisse só ao filiado. Se o dinheiro é público, por que eu vou fechar

só para o filiado? Claro que você vai ter um direcionamento partidário e interno, mas eu preciso falar para fora e dar um retorno público para os investimentos que eu faço. Então, a Escola ITV, por exemplo, vai ter um espaço para o filiado, até para ter gatilhos de estímulo [...] Eu quero que isso sirva não só para os filiados, mas que sirva de formação política de um modo geral. Inclusive, é algo que está cada vez mais difícil e cada vez mais escasso, em que pese que, de um tempo para cá, começaram a surgir algumas figuras com mais capilaridade, como Gabriela Prioli, que consegue falar de política e ter alcance. [...] Aí você percebe que a gente vai para influenciadores, que é diferente de formadores” (Cunha, 2020).

De fato, os programas de formação se organizam de modo que seus cursos ofereçam instruções de modo que os participantes possam discutir noções basilares da democracia, a história dos partidos políticos, os ideais de liberdade do homem, a preparação de líderes, ou outros temas que possam estimular o debate político. Desta forma, é frequente a combinação de materiais que tratam de tópicos instrumentais, como por exemplo cursos sobre gestão pública, ou questões de cunho pragmático-eleitoral, como materiais de formação de governo ou de candidatos. José Carlos Lima, diretor-executivo da FVHD/PV, explica a importância da combinação de eixos nos programas de formação política das fundações:

“Nosso foco é informação e formação. A divulgação das bandeiras, dos programas partidários e formação. O nosso... A nossa cartilha é o programa do partido.[...] A gente também tem que entender que, assim, nós somos de um partido político. [...] se a fundação só existe por causa do partido político... Se o partido deixar de existir, a fundação deixa de existir. A legislação diz que se o partido não alcançar uma meta eleitoral ele acaba, então a gente não pode, também, descuidar dessa meta, e se a gente pode ajudar o partido a ter os melhores candidatos do ponto de vista do voto popular e, também, os melhores candidatos do ponto de vista do programa, é o que a gente faz quando tem eleição. Quando tem eleição, a gente trabalha a sociedade, para entender nossos temas, e os prováveis porta-vozes da causa que a gente defende, que são os candidatos. Eles que vão na sociedade falar do meio ambiente, entendeu? Eles vão falar da questão dos nossos doze princípios, que são a base do... Nossos 12 princípios que são o Feminismo, o Espiritualismo, o municipalismo, o internacionalismo... São os princípios que a gente... Pelos quais a gente se pauta. Então, essas pessoas que vão sair candidatas, elas precisam, pelo menos, saber dizer para as pessoas esses princípios. Então, a gente trabalha em um processo que tem que ser combinado. Não tem como. A gente tem a conjuntura, a gente tem as eleições e a gente tem a formação mais profunda” (Lima, 2019).

Como podemos ver na fala do dirigente acima, estes materiais estão permeados por acepções presentes nos programas partidários das legendas às quais as fundações estão vinculadas. No que tange a questão da difusão ideológica propagada pelos programas de formação política, é possível notar nas falas dos dirigentes durante as entrevistas a preocupação de produzir cursos e materiais de formação que formem política e partidariamente os participantes. Desta forma, é notória a presença de diretrizes partidárias que guiam as formulações presentes nos cursos de formação, como podemos ver na fala de Leonardo Zumpichiatti, dirigente da FLB-AP/PDT:

“Nós temos os nossos documentos-base. Carta Testamento, Carta de Lisboa, Carta de Mendes, Carta de São Paulo... Nós temos o programa do partido. Então, assim, são os pilares que condizem com o nosso pensamento. Aliás, o Manifesto de Fundação do PDT. Então, ali estão todas as nossas diretrizes ideológicas. Digamos assim, são pilares fundamentais, são as nossas regras, mas a gente não tem isso como um dogma absoluto. [...] A gente entende que o partido político precisa, de fato, cuidar da sua doutrina, da sua memória. Precisa cuidar da formação de seus quadros, dos seus dirigentes e da orientação da militância” (Zumpichiatti, 2019).

Ainda sobre a questão da presença de materiais permeados por diretrizes programáticas partidárias, no caso da FUG/MDB, por exemplo, Elisiane da Silva explica que a matriz ideológica que guia as ações do programa de formação política da fundação é o Estado Democrático de Direito e seus pilares como a liberdade, a democracia e a independência entre os poderes, alicerçado na formação de quadros partidários de centro. No caso do ITV/PSDB, Pedro Cunha exprime uma preocupação última que o partido vem adotando recentemente na marcação de posição marcadamente liberal-social pela legenda:

“O PSDB é até um ambiente muito interessante para falar sobre como acontece essa coisa de tomada de... De marcar uma posição ideológica. Como o PSDB é um partido de centro-esquerda, para alguns, de centro-direita, para a maioria, de direita, para uma parte, e de centro, para outros. De fato, tem gente no PSDB que é de esquerda. [...] No PSDB, a gente tem essa grande dificuldade, que é um ponto que eu levo para todas as instâncias de deliberação - não só do ITV, mas do partido -, porque a gente precisa ter uma clareza de mostrar à população que nós somos. [...] A gente tem essa dificuldade de marcar qual é a nossa posição. [...] Essa é uma dificuldade imensa do PSDB.” (Cunha, 2020).

Betinho Gomes, secretário executivo do ITV/PSDB, reitera a visão que o partido deve empreender junto aos seus filiados e a população, a partir do que ele chama de “social-democracia moderna”:

“Tem essa questão de valorizar o ideário do PSDB da Social-Democracia[...] Então, nós estamos sempre trabalhando a questão do fortalecimento das teses sociais-democratas. O partido é um partido social-democrata. Claro que não é mais aquele modelo social-democrata mais tradicional da origem... Acho que o PSDB compreendeu que é importante respeitar a economia de mercado, sem ter preconceito com o papel que a iniciativa privada tem em relação aos investimentos que devem ser feitos, em parceria com o próprio Poder Público, mas sem deixar de observar as questões sociais. Não dá para ter uma economia liberal, forte, funcionando se você não consegue responder às demandas sociais de um país tão injusto. Então, nós temos essa preocupação... A social-democracia, em poucas palavras, no meu entendimento, é isso: você ter o equilíbrio entre a compreensão da economia de mercado, mas sem esquecer o papel do Estado na proteção de segmentos mais vulneráveis. [...] Uma visão de que é preciso ter uma compreensão liberal na economia, mas entender que só a economia não resolve todos os problemas, e, de outro lado, ter uma política de proteção às pessoas mais vulneráveis. Então, acho que a nossa posição ideológica é uma social-democracia moderna, que busca compreender esses vários elementos que atuam como força econômica e social, e, óbvio, tentando manter o equilíbrio” (Gomes, 2019).

As estratégias de propagação doutrinária de valores partidários não se dão somente na disseminação da ideologia e ideias defendidas pela legenda. Um dos aparatos utilizados pelos programas de formação política produzido pelas fundações é a divulgação e exaltação da memória política de quadros históricos pertencentes à legenda vinculada. Um exemplo dessa estratégia é a produção dos cadernos intitulados *Memórias Trabalhistas* pela FLB-AP/PDT. Nas quatro edições publicadas, é possível conhecer um pouco mais a história de figuras como Doutel de Andrade, Neiva Moreira, Luís Carlos Prestes e Abdias do Nascimento. Leonardo Zumpichiatti, dirigente da FLB-AP/PDT, explica a importância de reviver a memória destes quadros nos cursos de formação:

“E a gente fala assim: ‘a gente tem orgulho. A gente não precisa esconder ninguém do partido, porque a gente nunca teve problemas com nenhum desses caras’. Então, muito... Imagina, a gente não vai beber da fonte de Darcy Ribeiro. Brizola não tinha muita publicação escrita, mas a gente tem muito vídeo, muitos discursos dele, muitas coisas assim. [...] A gente bebe muito dessas fontes. O próprio Pasqualini, que também deixou bastante coisa escrita... Alceu Colares, que foi o nosso primeiro governador negro na história do Brasil. Até passando por Mário Juruna... Enfim, eles dão o tempero dessa normatização, que foi inclusive por eles criada. A gente utiliza muito deles... Desses ensinamentos, desses saberes na nossa atividade ideológica” (Zumpichiatti, 2019).

É notória cada vez mais a presença de publicações nos sites e nas redes sociais das fundações partidárias revivendo a memória de quadros célebres para suas respectivas legendas. O resgate da história e dos quadros fundadores do partido é essencial para a manutenção de ideais e valores partidários entre os filiados, assim como mostrar para os cidadãos os posicionamentos que seus políticos adotaram ao longo da história. Isso fica claro na fala do presidente do ITV/PSDB, o deputado Pedro Cunha:

“Tipo, pegar Mário Covas, mostrar um pouco quem foi ele, o que ele fez, mostrar um conteúdo com ele e fazer um contexto histórico, para dizer o porquê disso pertencer a nossa alma, a alma tucana. Quais são os valores que a gente deve... Eu até acho que a gente tinha que voltar um pouquinho mais atrás, para aprender um pouquinho com nossos fundadores” (Cunha, 2020).

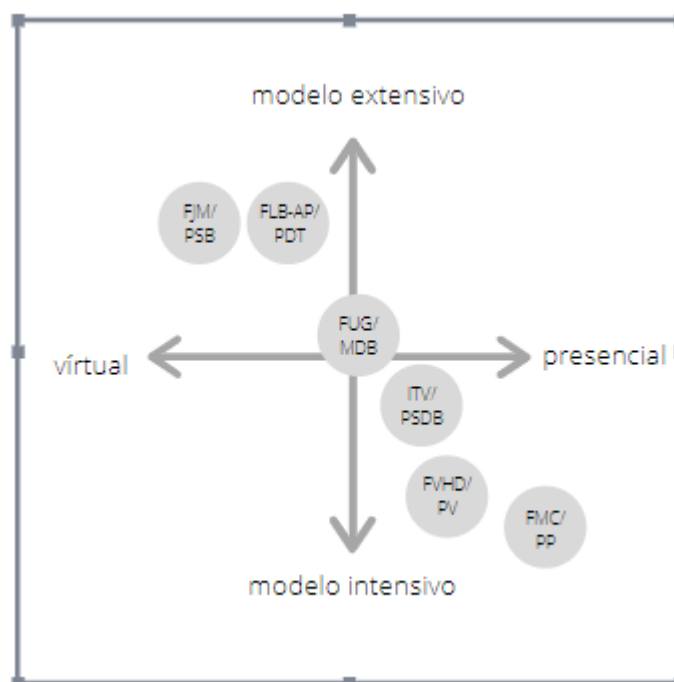
Por fim, a última estratégia aqui apresentada na formulação de programas de formação política está calcada na participação de segmentos internos do partido na elaboração de atividades de formação na fundação. A presença desses segmentos internos nos debates produzidos por estas instituições pode ser percebido na formulação de materiais de formação direcionados para um tema ou eixo específico. Por exemplo, a participação do segmento do Movimento Negritude Socialista Brasileiro Nacional (NSB) e da Secretaria Nacional de Mulheres (SNM) nas atividades da Fundação João Mangabeira, do PSB, resultar na edição do material do Curso de Formação Política Negritude Socialista e no Curso de Formação Política

para Mulheres. Pedro Cunha, presidente do ITV/PSDB, explica a importância da participação dos segmentos na vida ativa dos programas de formação das fundações:

“Eu procuro envolver os segmentos em tudo, porque tem tudo a ver com o propósito do Instituto. A gente trata de formação política, dentro de uma linha ideológica que a gente acredita e sustenta. Aí, para a maneira que o PSDB forma e defende a sua visão de mundo é fundamental que a gente faça um trabalho específico para as causas do combate ao machismo, da presença das mulheres em espaços de poder, de tirar um atraso histórico. [...] a presença do PSDB Mulher no Instituto é fundamental para termos essa dimensão e podermos construir essas pautas. Isso vale também para o Tucanafro, não preciso nem mencionar o momento de mundo que a gente está vivendo, para combater o racismo. Juventude também e mulheres. Então, em todos os eventos..” (Cunha, 2020).

Diante do quadro apresentado nesta primeira seção, podemos concluir que cada fundação partidária adota estratégias distintas para a formulação de seus programas de formação política, sejam eles de modalidade extensiva ou intensiva, com escolas de formação e/ou somente com atividades de curta duração, de metodologia síncrona ou assíncrona. Desta forma, as tipologias aqui apresentadas são combinadas de acordo com os objetivos que as fundações delimitam para as suas atividades. Se levarmos em consideração a centralidade das estratégias adotadas para a formulação dos programas de formação política, podemos apresentar um quadro de coordenadas da seguinte maneira:

Quadro 24: coordenadas de tipologia dos programas de formação



Fonte: elaboração da autora

No primeiro quadrante, encontram-se aquelas fundações que apresentam programas de formação extensivos com a utilização da metodologia virtual assíncrona, sendo elencadas as

fundações FJM/PDB e FLB-AP/PDT, com as suas respectivas escolas continuadas de formação política: Escola Miguel Arraes e a Universidade Aberta Leonel Brizola. No meio das interseções, encontra-se a FUG/MDB, pois esta fundação apresenta um programa extensivo de formação política, utilizando-se de eventos de curto período de tempo (seminários e palestras) como acessório ao seu processo de formação política. Da mesma forma, o Programa de Formação Política Ulysses Guimarães (FUG/MDB) apresenta um modelo de metodologia semipresencial EaD, com material assíncrono debatido em eventos síncronos presenciais. No quarto quadrante, encontram-se aquelas fundações que apresentam modelo de programa de formação intensivo, calcados em cursos, palestras e seminários promovidos em um curto período de tempo de forma síncrona presencial distribuídos por todo território do país. Neste quadrante, o ITV/PSDB encontra-se mais próximo da linha de corte por estar adotando no ano de 2020 uma nova estratégia na formulação do seu programa de formação política, a partir de um modelo extensivo de formação política visualizado. Logo abaixo, no mesmo quadrante, segue o programa de formação política produzido pela FVHD/PV, edificado em torno de eventos presenciais produzidos em finais de semana. Por fim, mais distante neste quadrante, está o programa produzido pela FM/PP. Este programa é organizado em cursos e seminários presenciais com poucas horas de duração.

A preocupação presente nas falas dos dirigentes volta-se para a organização de programas de formação que cumpram o papel social das fundações partidárias, de modo a formar e informar politicamente um grande número de cidadãos, edificando valores democráticos no debate e jogo político. Nas duas seções que se seguem, apresento análises do estudo de caso de dois programas de formação e seus respectivos materiais de formação: o Programa de Formação Política da Fundação Ulysses Guimarães da Fundação Ulysses Guimarães (FUG/MDB) e a Universidade Aberta Leonel Brizola da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (FLB-AP/PDT).

3.2 Uma proposta de exploração do material de formação política: estudo de caso da FUG/MDB e FLB-AP/PDT

A metodologia de análise de conteúdo tem por finalidade a categorização e classificação a partir de elementos-chave para descrever o conteúdo de diversos tipos de comunicação (Janis, 1982 [1949]). Como aponta Carlomagno e Rocha (2016), na Ciência Política brasileira, diversos autores aplicam esta metodologia em seus estudos, na análise da cobertura midiática durante as eleições (Aldé, Mendes e Figueiredo, 2007; Figueiredo, Aldé e Mendes, 2007; Cervi e Massuchin, 2013), na análise do Horário de Propaganda Gratuito Eleitoral (Figueiredo, Aldé

e Jorge, 1997; Cervi, 2011; Cervi, Massuchin e Tavares, 2012), de sites partidários (Gibson e Ward, 2000; Vaccari, 2008; Silva, 2012) e de páginas de candidatos e políticos nas mídias sociais (Recuero, Zago, Bastos, 2014; Aggio, 2015; Braga, Nicolás e Becher, 2013; Braga, Rocha e Carlomagno, 2015; Ituassu e Lifschitz, 2015). Entretanto, análises de conteúdo acerca dos materiais de formação política produzidos pelas fundações partidárias é um tema inédito para o campo de estudos. Tendo em vista esta lacuna, esta seção tem por objetivo apresentar categorias de análise para o exame dos materiais de formação política, a partir dos pressupostos elencados por Bardin (1977), produzidos pela Fundação Ulysses Guimarães (FUG/MDB) e pela Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (FLB-AP/PDT). A escolha pela análise dos materiais produzidos por estas duas fundações se dá por apresentarem modelos de formação extensiva de formação política com escolas de formação política continuada, mas principalmente, pela disponibilidade prévia dos materiais impressos para tal empreendimento. Desta forma, este estudo é de caráter descritivo, elaborado na intenção de ser um guia inicial para pesquisadores que queiram debruçar-se sobre este tema. Como principal resultado e contribuição, apresenta-se nas páginas seguintes a forma de condução da análise de conteúdo empreendida no estudo sobre fundações partidárias e formação política.

3.2.1 Análise de conteúdo: regras, criação e definição de categorias

A definição e formulação do referencial teórico da análise de conteúdo é deveras extensa na medida em que ela pode ser concebida de diferentes maneiras, a partir da vertente teórica a qual o pesquisador está inserido (Bardin, 1977). Considerado como um dos precursores na análise de conteúdo, Laswell, em meados de 1915, instrumentalizou esta técnica nos Estados Unidos com o objetivo de identificar estratégias presentes em propagandas e na imprensa. Entretanto, o método alcançou popularidade com a aplicação calcada na objetividade produzida por Bardin (1977). Desta forma, esta subseção tem por objetivo descrever, de forma sistemática, a forma de condução e aplicação do método de análise de conteúdo para analisar o material de formação produzida pela Fundação Ulysses Guimarães (FUG/MDB) e da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (FLB-AP/PDT). O método de análise de conteúdo é norteado por diversas etapas e fases que muitas vezes aparecem com terminologias distintas entre os autores mas que ao final apresentam características semelhantes (Triviños, 1987) análogas às que foram propostas por Bardin (1977). Desta forma, nesta pesquisa, optou-se por utilizar as etapas propostas por Bardin (1977), sendo elas organizadas em três passos: 1) pré-análise, 2) exame do material e 3) discussão dos resultados e inferências.

A pré-análise compreende o momento inicial, no qual é feita a leitura geral do material a ser examinado a fim de sistematizar e estabelecer indicadores para a acepção a partir do referencial teórico do objeto em questão. Desta forma, quatro aspectos estão inseridos nesta primeira etapa: a) a leitura flutuante, que é o primeiro momento em que o pesquisador tem contato com o material a ser analisado; a partir dessa primeira familiaridade, é feita b) seleção do material, que consiste na definição do *corpus* documental da análise; seguido da c) formulação dos objetivos e das hipóteses; e por fim, d) elaboração de indicadores, para a interpretação dos dados coletados (Bardin, 1977).

Concluída esta primeira etapa, parte-se para o exame do material coletado. Esta fase consiste na construção de operadores de codificação, a partir da definição de regras e classificações que agregam o material em categorias simbólicas (Bardin, 1977). A partir da identificação de palavras-chave, realiza-se a primeira categorização que, depois é agrupada de acordo com temas correlatos, dando origem às categorias intermediárias que, por fim, são reunidas em categorias finais, possibilitando assim a inferência. Vale ressaltar que as categorias criadas devem seguir os princípios da exclusão mútua (entre categorias), da homogeneidade (dentro de cada categoria), da objetividade entre e dentro de cada categoria, da pertinência de temas correlatos (dentro de cada categoria), da veracidade (para as inferências). A inferência, ou seja, a interpretação e discussão dos resultados, é a etapa última que compreende a captação dos conteúdos explícitos e latentes contidos no *corpus* da análise. Ela é feita a partir de uma análise comparativa produzida pela justaposição das categorias finais, evidenciando semelhanças e diferenças presentes no material analisado. Em resumo, a análise de conteúdo apresenta-se da seguinte maneira:

1. Coleta e leitura do material;
2. Codificação e elaboração de categorias de análise;
3. Agrupamento sucessivo das categorias (iniciais → intermediárias → finais)
4. Inferência e interpretação dos dados

A fim de responder ao problema e objetivos que esta seção se propõe, o processo de elaboração das categorias de análise do material de formação política produzida pelas fundações partidárias iniciou-se após a seleção do material e da leitura flutuante. A codificação inicial se deu através da identificação de palavras-chave que constituem unidades de registro para efetuar a categorização progressiva. As categorias iniciais são, desta forma, as primeiras impressões sobre a realidade do material coletado. O *corpus* desta pesquisa compreende 30 exemplares de materiais de formação política produzidos pela fundação e previamente fornecidos pela FUG/MDB e FLB-AP/PDT, elencados da seguinte maneira:

Quadro 25: *corpus* do material de formação da FUG/MDB

FUG/MDB
Mulheres em Movimento
Cidadania: a construção da cidadania
Cidadania: a democracia e o poder da participação
Cidadania: a cidadania no controle
Resistir mais uma vez: proposta elaborada pela FUG para debate
Brasil: a volta por cima
A arte de falar em público no século XXI: dicção e oratória
Manual para Formação Política
Eleições estaduais 2018: saber para vencer
Curso para gestores públicos municipais - módulo 1: noções gerais da Administração Pública
Curso para gestores públicos municipais - módulo 2: competências e atuações do Poder Legislativo
Curso para gestores públicos municipais - módulo 3: competências e atuações do Poder Executivo
10 anos EaD: programa de formação política da Fundação Ulysses Guimarães
Livro 50 anos PMDB: O partido que muda o Brasil

Fonte: elaboração da autora a partir da coleta de dados

Quadro 26: *corpus* do material de formação da FLB-AP/PDT

FLB-AP/PDT
V Seminário Nacional de Vereadoras e Vereadores - Construindo um mandato trabalhista transparente e participativo
Memórias Trabalhistas - Neiva Moreira
Memórias Trabalhistas - Abdias do Nascimento
Memórias Trabalhistas - Doutel de Andrade
Memórias Trabalhistas - Luís Carlos Prestes
Núcleos de Base - a semente do Brasil trabalhista
Núcleos de Base - nossa força, nossa voz
ULB - Universidade Aberta Leonel Brizola: 10 anos formando cidadãos
Projeto Brasil Trabalhista: cadernos de textos 1
Projeto Brasil Trabalhista: cadernos de textos 2
Projeto Brasil Trabalhista: cadernos de textos 3
Projeto Brasil Trabalhista: cadernos de textos 4
Projeto Brasil Trabalhista: cadernos de textos 5
Projeto Brasil Trabalhista: cadernos de textos 6
Jornal Brizolândia: edição nº 0, ano 1. Jan 2019
Revolução pela Educação: nosso compromisso com a educação pública, integral e de qualidade

Fonte: elaboração da autora a partir da coleta de dados

A partir da leitura flutuante e das primeiras impressões acerca do corpus que compõem esta pesquisa, foram criadas as categorias iniciais que são resultados do processo de categorização dos materiais. Esta primeira etapa pode ser ilustrada da seguinte forma:

Quadro 27: categorias iniciais da análise de conteúdo

Categorias Iniciais
1. Aperfeiçoamento pessoal
2. Formação cidadã
3. Formação eleitoral
4. Formação de gestores públicos
5. Formação ideológica
6. Memória do partido e quadros partidários
7. Elaboração de planos de governo
8. Elaboração de debates intrapartidários
9. Formação de segmentos e estruturas intrapartidárias

Fonte: elaboração da autora a partir da leitura flutuante do material coletado

As categorias iniciais foram criadas a partir das primeiras impressões acerca do material coletado. Aperfeiçoamento pessoal compreende os materiais que ajudam no desenvolvimento e habilidade individuais. A categoria formação cidadã refere-se aos materiais que dissertam sobre a ação política e participação direta dos cidadãos. A categoria formação eleitoral compreende os materiais que dissertam sobre eleições. A categoria formação de gestores públicos engloba materiais que explicam questões referentes à administração pública. A categoria formação ideológica engloba aqueles materiais que se referem diretamente aos valores propagados e defendidos pela legenda a qual a fundação é vinculada formalmente. Memória do partido e quadros partidários compreende os materiais que fazem referências a atores e momentos políticos importantes para a legenda e a fundação em questão. Elaboração de planos de governo engloba materiais que apresentem visões e propostas para administração local. A categoria elaboração de debates intrapartidários engloba materiais, apresentados geralmente em formas de cartilhas, que debatem questões conjunturais a serem levadas a instâncias partidárias a fim dessas apresentarem um posicionamento frente a determinado tema. Por fim, a categoria denominada formação de segmentos e estruturas intrapartidárias compõe-se a partir de materiais que indiquem formas de organização de núcleos de base, segmentos internos (mulheres, negritude e juventude) ou de estruturas burocráticas inseridas no contexto partidário. A partir do agrupamento destas a partir de temas correlatos, originou-se as categorias

intermediárias. O quadro 28 apresenta de que forma estas 10 categorias iniciais tornaram-se 6 categorias intermediárias:

Quadro 28: categorias intermediárias da análise de conteúdo

Categoriais Iniciais	Categoriais Intermediárias
1. Aperfeiçoamento pessoal	1. Aperfeiçoamento pessoal
2. Formação cidadã	2. Participação
3. Formação eleitoral	3. Formação pragmática
4. Formação de gestores públicos	4. Formação instrumental
5. Formação ideológica	5. Formação ideológica
6. Memória do partido e quadros partidários	
7. Elaboração de planos de governo	
8. Elaboração de debates intrapartidários	6. Estruturas intrapartidárias
9. Formação de segmentos e estruturas intrapartidárias	

Fonte: elaboração da autora a partir da leitura flutuante do material coletado

As nove categorias iniciais foram agrupadas a partir de temas correlatos tratados ao longo da análise de conteúdo do material de formação, de forma que foram criadas seis categorias intermediárias gerais: aperfeiçoamento, participação, formação pragmática, formação instrumental, formação ideológica e estruturas partidárias. As quatro primeiras categorias ainda se referem aos materiais elencados nas categorias iniciais. Nesta etapa, foram agrupadas as categorias iniciais em categorias intermediárias a partir das unidades de registro (temas) e da unidade de contexto (significado e o fim de cada codificação inicial). E, por fim, a categoria intermediária denominada estruturas partidárias, compreende os materiais que apresentam informações relevantes à estruturação de organismos e posicionamentos partidários, focando no aprimoramento das dinâmicas do aparato partidário. A partir da análise de conteúdo dos materiais que compõem o *corpus* deste trabalho, respaldada pelas categorias iniciais e intermediárias, criam-se as categorias finais com intuito de corroborar as interpretações e inferências dos resultados, representando assim a síntese e a proposta final de categorias que possam ser utilizadas em pesquisas futuras para a análise de conteúdo dos materiais de formação produzidos pelas fundações partidárias.

Quadro 29: categorias finais da análise de conteúdo

Categoriais Iniciais	Categoriais Intermediárias	Categoriais Finais
1. Aperfeiçoamento pessoal	1. Aperfeiçoamento pessoal	1. Aperfeiçoamento pessoal
2. Formação cidadã	2. Participação	2. Formação para participação política
3. Formação eleitoral	3. Formação pragmática	3. Formação pragmática - eleitoral
4. Formação de gestores públicos	4. Formação instrumental	4. Formação técnica - instrumental
5. Formação ideológica	5. Formação ideológica	5. Formação ideológica - partidária
6. Memória do partido e quadros partidários		
7. Elaboração de planos de governo		
8. Elaboração de debates intrapartidários	6. Estruturas intrapartidárias	
9. Formação de segmentos e estruturas intrapartidárias		

Fonte: elaboração da autora a partir da leitura flutuante do material coletado

As categorias finais, que serão utilizadas para a inferência da análise de conteúdo, são formadas por cinco conjuntos de materiais. A categoria final aperfeiçoamento individual tem como principal objetivo o desenvolvimento de habilidades individuais. Geralmente englobam materiais complementares as demais categorias e finalidades. A categoria final formação cidadã refere-se à ação política e participação direta dos cidadãos. Os materiais aqui elencados estão voltados para a lógica da ação dos sujeitos externa ao partido, de forma que são majoritariamente voltadas para a ação direta da sociedade civil no âmbito político. As categorias finais, formação pragmática-eleitoral e formação técnica-instrumental, apresentam como fim último uma formação prática. A primeira voltada para aspectos vinculadas a lógica eleitoral e a segunda para a formação de atores capazes de planejar e gerenciar as organizações públicas. Desta forma, os programas de formação política das fundações partidárias produzem duas matrizes de materiais de formação prática: uma voltada para a arena eleitoral onde são ensinadas normas, determinações e estratégias em prol do sucesso eleitoral (formação pragmática-eleitoral) e outra voltada para a formação de sujeitos operativos que consigam elencar diferentes técnicas e instrumentos guiadas para a ação política direta (formação técnica-instrumental). As categorias intermediárias formação ideológica e estruturas intrapartidárias geraram a categoria final formação ideológica-partidária, que consiste no agrupamento de materiais que apresentam um conjunto de ideias e valores respeitantes aos ideais do partido e tendo como função orientar o comportamento político dos atores e/ou na construção de mecanismos de participação intrapartidária.

A partir das categorias finais aqui apresentadas, será realizada a inferência comparativa do conteúdo dos materiais de formação assinalados, apresentando as semelhanças e diferenças presentes no *corpus* de análise a partir na noção de que os materiais, assim como os programas de formação, são produzidos a partir das estratégias adotadas pelas legendas e suas respectivas fundações. Vale ressaltar que durante a análise de conteúdo e criação das categorias, é notória a permeabilidade de valores ideológicos e programáticos em quase todos os materiais, excluindo-se o material para aperfeiçoamento individual. O material de formação ideológica estrita é aquele que supre as necessidades de doutrinação da ideologia e de valores partidários atrelados à legenda. Destaca-se, no entanto, que o aspecto ideológico permeia outras categorias de materiais, sejam elas de temática pragmática-eleitoral ou técnica-instrumental. Desta forma, retomando a categoria estritamente ideológica-partidária, podemos, de forma resumida, a identificar como a esfera que engloba os materiais que apresentam relação direta à ideologia e propostas defendida pelo estatuto partidário. No caso dos materiais de formação estudados nesta seção, destacam-se aqueles que falam essencialmente sobre valores do Trabalho e do Estado

democrático de direito, ideologias defendidas pelos atores entrevistados de cada fundação partidária.

3.2.2 Inferência e discussão dos resultados da análise de conteúdo

Antes de apresentar os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo dos materiais de formação política das fundações elencadas, vale ressaltar que o objetivo desta seção é, a partir da metodologia supracitada, propor uma classificação e categorização dos materiais de formação política a fim de identificar as principais características destes aparatos. Desta forma, não cabe nesta dissertação de mestrado a análise minuciosa dos materiais e sim a produção de indicadores e a apresentação de características e premissas gerais a fim de inaugurar esse campo de estudo.

Além disso, vale também apresentar uma reflexão sobre o *corpus* empírico aqui apresentado e de que forma ocorreu a seleção deste material específico. Inicialmente, o *corpus* era composto pela análise dos cursos oferecidos presencialmente e virtualmente pelas fundações, assim como no exame do material impresso. Devido às restrições impostas pelo distanciamento social, a observação participante dos cursos de formação tiveram que ser interrompidas, levando a investigação somente dos materiais presentes nas plataformas virtualizadas das fundações bem como nos materiais físicos disponibilizados anteriormente pelas organizações. Devido à instabilidade dos servidores de alocação desses cursos virtuais e com o atraso para a solução de problemas de acesso aos portais, fez-se a necessidade de produzir somente a análise conteúdo dos materiais físicos. Visando superar esses problemas, de forma que a análise não fosse tão prejudicada, a escolha por analisar somente os da FUG/MDB e da FLB-AP/PDT jaz na disposição da quantidade de materiais físicos serem próximos aos disponíveis em seus ambientes virtualizados.

3.2.2.1 Formação para aperfeiçoamento individual

A categoria final formação para aperfeiçoamento individual engloba aqueles materiais de formação que tem como principal objetivo a formação prática e capacitação de quadros guiadas para o aperfeiçoamento de atributos individuais. Estes materiais abordam temas complementares às pautas de preparação para um melhor desempenho da função pública. Nesta categoria de análise, podemos elencar um conceito norteador: desenvolvimento e aprimoramento de habilidades pessoais. O material do curso *A arte de falar em público no século XXI: dicção e oratória* (FUG/MDB, 2019), por exemplo, foi desenvolvido para aperfeiçoar as ferramentas de comunicação dos atores a fim de identificar e desenvolver habilidades de interlocução de forma efetiva. É comum a fala de dirigentes das fundações que

apontam cursos de oratória como os mais procurados e o de maiores sucessos entre os sujeitos. Este curso tem como principal objetivo a qualificação da comunicação, apresentando métodos, estratégias e técnicas de persuasão a fim de utilizar os diversos mecanismos de comunicação para atingir metas e propósitos voltados para a ação política. Neste material é ensinada técnicas para a comunicação verbal e não verbal, presencial e virtualizada, focando principalmente no uso das redes sociais como ferramenta essencial na contemporaneidade para uma comunicação efetiva.

3.2.2.2 Formação para participação política

A categoria Formação para participação política apresenta materiais para o fortalecimento da cidadania e valores democráticos, voltada para a instrução do uso de mecanismos diretos de ação política desenvolvidos para a sociedade civil, calcados na democracia participativa. Nesta categoria estão inseridos cursos que apresentam a instrumentalização de dispositivos para a atuação direta do sujeito no processo político, de forma a orientar a participação ativa e organizada do cidadão para a transformação social. O conceito norteador desta categoria é a ação cidadã. Está inserida nesta categoria o curso *Cidadania: aprendizagem para a transformação social* (FUG, 2016), produzido pelo professor Dr. Paulo Baía, elaborado após as manifestações de 2013 e as reivindicações de 2015, e tem por objetivo a proposição de instrumentos do ordenamento jurídico brasileiro para a ação direta do cidadão no processo político. Dividido em três módulos - *a construção da cidadania*, *a democracia e o poder da participação* e *a cidadania no controle* - este material propaga a noção da cidadania ativa e canais de participação direta e de controle social em prol das transformações da sociedade. Focado nas questões da democracia participativa, este material tem como foco a capacitação dos cidadãos para o pleno exercício da cidadania.

O primeiro módulo, *a construção da cidadania*, tem como principal objetivo a apresentação de bases para o entendimento e desenvolvimento da cidadania. O segundo módulo, *a democracia e o poder popular*, tem como foco a divulgação de mecanismos de exercício da cidadania efetiva pelos sujeitos. O terceiro e último módulo do curso, *cidadania no controle*, tem como propósito a divulgação e instrução de ferramentas de controle social na gestão do bem público exercidas pelo cidadão. Desta forma, este curso tem como fim o fortalecimento da cidadania e a instrumentalização da ação direta e participativa dos sujeitos na vida política e na gestão pública.

No primeiro módulo, *A construção da cidadania*, são apresentados conhecimentos fundamentais para que o cidadão compreenda as bases que apoiam o poder popular na

democracia brasileira. A definição de conceitos básicos como Estado, Estado-nação, Estado Democrático e Estado Democrático de Direito é um dos pilares deste módulo, assim como a apresentação da diferença entre participação direta e indireta, representação e ação política. O foco deste material em específico é apresentar padrões de sociabilidade da sociedade brasileira, geralmente baseados na camaradagem, no patrimonialismo e no clientelismo, como mecanismos de ascensão social que predominaram no meio social brasileiro e, conseqüentemente, o questionamento destes padrões por diversos grupos sociais que promoveram uma nova cultura de participação inaugurada e reforçada pela Constituição Federal de 1988, que prevê mecanismos de participação direta dos cidadãos. Desta forma, o módulo I apresenta as bases para os demais módulos que mostram mecanismos de controle social e a organização da sociedade civil de forma a atuar na gestão e na formulação de políticas públicas, focando principalmente na atuação dos sujeitos em conselhos, mecanismo primordial de intervenção para os agentes atuarem na transformação social.

No módulo II, *A democracia e o poder da participação*, é apresentado um debate sobre a evolução da democracia e sobre como o poder é distribuído, manifestando os canais de participação cidadã que são resultantes dessa evolução dos modelos democráticos: da democracia direta para a representativa, depois para a participativa. Este material afigura-se como um manual prático por alvitrar formas de instrumentalizar e transformar o cidadão em "agentes de atuação cidadã" em prol da transformação social (p. 11). Desta forma, o módulo foca na atuação do Terceiro Setor (ONGs, sindicatos, partidos, movimentos sociais e fundações) na ação política. Definição de conceitos como democracia direta, representativa e seus instrumentos (referendos e plebiscitos) são explicitados, focando principalmente na definição da democracia participativa e na atuação política cidadão através dos espaços institucionalizados da gestão participativa. Posto isto, o módulo II apresenta ferramentas e canais de participação cidadã, explicando a forma de atuação dos sujeitos em cada um deles: através do voto para representantes legislativos e executivos, e/ou do voto em consultas populares (plebiscito e referendo) e, principalmente, nas atividades no terceiro setor (associações, ONGs, sindicatos, partidos e militância, movimentos sociais e manifestações populares presenciais e digitais).

O módulo III, *A cidadania no controle*, apresenta a questão do controle social do cidadão sobre a gestão pública, através de mecanismos formais de participação, como por exemplo a questão da elaboração de projetos de lei de iniciativa popular, apresentação de pedidos de impeachment, participação em conselhos de políticas públicas, participação em audiências públicas e na elaboração de leis orçamentárias e, por fim, na participação dos sujeitos

em observatórios sociais e ouvidorias públicas. Desta forma, o módulo apresenta atos institucionalizados e legalizados de controle social por parte da sociedade civil em diversas esferas a fim de incentivar a ação do controle do bem público feito diretamente pelo cidadão de forma a acompanhar, formular e fiscalizar as políticas públicas.

3.2.2.3 Formação pragmática-eleitoral

A categoria final, formação pragmática-eleitoral, abarca um material específico dentro do rol desta pesquisa: o livro do curso *Eleições estaduais: saber para vencer 2018* (FUG/MDB, 2018). Este material tem como principal objetivo apresentar estratégias de coordenação de campanhas para a obtenção do sucesso eleitoral. Nesta categoria de análise, geralmente são elencados dois conceitos norteadores: as atribuições dos cargos pleiteados e a qualificação profissional da campanha. Nestes materiais de formação pragmática-eleitoral, é frequente a demarcação de posicionamentos frente ao governo vigente e a governos anteriores, apresentando pareceres enquanto situação ou oposição. Caso o partido seja da situação, geralmente exalta-se o que foi e está sendo feito pelo governo. No caso do partido ser de oposição ao governo, é notória a presença de críticas à gestão e a indicação de caminhos a seguir para transformar a situação do país. Nestes materiais, além da presença de balanços sobre o governo e o reforço de posicionamentos da legenda diante de algumas questões específicas, podemos encontrar também a apresentação e exaltação de quadros partidários e candidatos ao pleito, assim como a exaltação e/ou crítica a determinadas plataformas de governos. Além disso, é notório nestes conjuntos de materiais de formação pragmática-eleitoral a presença de questões jurídicas, de planejamento e *marketing* de campanhas, sendo elas divididas quase igualmente, em volume, com as questões expressas anteriormente. De certo, esta categoria abarca a combinação de instrumentos, técnicas e posicionamentos ligadas à preparação dos quadros para a disputa de votos e alcance do sucesso na corrida eleitoral.

O livro do curso *Eleições estaduais: saber para vencer 2018* (FUG/MDB, 2018) está dividido em cinco módulos apresentados num único exemplar. O primeiro módulo, *Governo do MDB*, apresenta as medidas adotadas pelo ex-presidente Michel Temer durante o seu mandato (2016-2018) para a estabilidade fiscal e retomada do crescimento do país. O segundo módulo, *Questões jurídicas nas eleições 2018*, apresenta conteúdos legais relativos aos procedimentos da campanha eleitoral. O terceiro módulo, *Financiamento das eleições 2018*, apresenta questões legais e burocráticas sobre os recursos que os candidatos podem utilizar em suas campanhas, como o fundo eleitoral e os recursos advindos de pessoas físicas através de doações ou vaquinhas online. O quarto módulo, *Comunicação e marketing na sociedade em*

rede, apresenta questões relacionadas às estratégias utilizadas nas redes sociais e a importância destas nas campanhas. O quinto e último módulo, *Planejamento da campanha*, apresenta a estruturação de uma campanha e formas de garantir o sucesso eleitoral.

No primeiro módulo, *O governo MDB: dois anos de Ordem & Progresso*, o curso apresenta questões sobre a questão fiscal e retomada do crescimento no país, assim como o enfrentamento às desigualdades sociais promovido pelo governo de Michel Temer (2016 a 2018). Este módulo tem como expectativa apresentar os feitos do governo, focando principalmente na questão econômica. Nesta seção é possível identificar críticas às posturas tomadas pelos governos antecessores, assim como a apresentação de iniciativas e compromissos do MDB e do Governo Temer, apresentando dados relativos ao aquecimento da economia e geração de emprego através da modernização das leis trabalhistas. O material apresenta também as propostas de reforma do ensino médio, assim como programas sociais estabelecidos pelo governo no combate às desigualdades sociais, como o programa *Criança Feliz* e a continuidade do *Bolsa Família* e do *Minha Casa Minha Vida*.

O segundo módulo, *Questões jurídicas nas eleições 2018*, apresenta resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para identificar atos ilícitos eleitorais, focando principalmente na questão do abuso do poder político e econômico. Além das definições apresentadas pelas resoluções do TSE sobre abuso do poder político e econômico, o material também apresenta condutas vedadas aos candidatos durante o período da campanha eleitoral, calcadas na lei n. 9504/97, conhecida como Lei das Eleições. Por fim, este módulo termina com a instrumentalização das questões relativas à propaganda eleitoral, principalmente na propaganda eleitoral produzida na internet.

O módulo 3, *Financiamento de eleições de 2018*, apresenta mecanismo de arrecadação para a campanha eleitoral e as mudanças promovidas pelas últimas reformas eleitorais, focando na criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o fundo eleitoral, e na proibição de doação de empresas. Este módulo apresenta a questão do teto de gastos para a campanha, as formas de arrecadação de recursos eleitorais, com destaque para as vaquinhas virtuais, além da prestação de contas parciais e totais ao fim da campanha.

O quarto módulo, *Comunicação e marketing nas redes sociais*, apresenta questões relativas à diferença entre marketing político, eleitoral e partidário, focando principalmente na construção da imagem que cada um destes mecanismos proporcionam. O objetivo deste módulo é a preparação da imagem do candidato, através do mapeamento do seu público-alvo e na instrumentalização de estratégias para o sucesso eleitoral. Vale ressaltar o foco destinado ao

debate sobre *fake news*, no qual dispõe-se a definição do conceito, a lei que opera sobre este tema e, principalmente, a questão do combate a esta questão.

O quinto e último módulo, *Planejamento de campanha: preparação inicial e diretrizes temáticas da campanha*, tem como foco a preparação e o diagnóstico de campanha, apresentando métodos voltados para a elaboração de planos de campanha e estruturação da mesma. De modo geral, este curso tem por objetivo apresentar estratégias relativas à coordenação e estruturação de campanhas a partir da orientação de especialistas das áreas jurídica, contábil e do marketing, a fim de apresentar modelos de campanhas mais profissionalizadas.

3.2.2.4 Formação técnica-instrumental

A categoria final, formação técnica-instrumental, engloba aqueles materiais de formação que tem como principal objetivo a formação prática e capacitação de quadros guiadas para uma ação direta na vida pública, seja ela para uma gestão pública eficiente, para a participação direta dos cidadãos na política ou para a construção de mandatos. Nesta categoria, estão abarcados os seguintes materiais: os três módulos do *Curso para gestores públicos municipais* (FUG/MDB, 2017) e o livro do VI *seminário nacional de vereadoras e vereadores - construindo um mandato trabalhista transparente e participativo* (FLB-AP/PDT, 2017).

Os módulos do *Curso para gestores públicos municipais* (FUG/MDB, 2017), por sua vez, tem como principal objetivo a capacitação de agentes políticos que auxiliem a gestão da vida municipal e que compreendam e levem a frente as demandas da população. Este é um curso produzido para contribuir no sucesso da gestão pública e no exercício de mandatos de vereadores, vice-prefeitos e prefeitos. Em especial, este material foi produzido em conjunto com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e está dividido em três módulos: noções gerais da administração pública municipal, competências e atuação do Poder Legislativo e competências e atuação do Poder Executivo. Além da apresentação de aspectos técnicos da administração pública, o material é permeado por questões da construção de legados e da instrumentalização da ação coletiva para a “construção da felicidade”. Apesar de se apresentarem como questões subjetivas dentro de um material pragmático, estas questões são abordadas a partir da noção de planejamento estratégico e da instrumentalização de mecanismos de ação política para o bem geral público.

O curso é dividido em três módulos: *noções gerais da administração pública, competência e atuação do Poder Legislativo e competência de atuação do Poder Executivo*. No primeiro módulo são apresentadas noções sobre a administração municipal de

serviços públicos, o regime jurídico do servidor público municipal, questões relativas ao controle interno e externo do município, à gestão orçamentária e financeira e a questão da Democracia participativa e controle social. O objetivo deste primeiro módulo é promover a definição de políticas públicas, as formas de implementação das mesmas nos municípios e a identificação de oportunidades de cooperação intergovernamental. Promove-se ainda a discussão acerca dos programas e agendas de governo como ferramentas para o desenvolvimento do município, e da adoção de práticas inovadoras no eixo da sustentabilidade. Há também a inserção de um debate que ilustra as consequências do fenômeno da globalização no desenvolvimento do município. No que se refere a proposições de cunho técnico, observa-se a descrição detalhada do procedimento de controle interno, do papel da controladoria municipal, do controle externo do Legislativo com apoio do Tribunal de Contas, visando estabelecer uma noção básica do sistema geral de controle da administração pública. De maneira geral o módulo se apresenta como um manual para formação de gestores públicos para que possam atuar no processo municipal de gestão e fiscalização, atendendo as demandas da população, mesclando teorias da Administração Pública com exercícios práticos e teóricos ao fim de cada unidade.

O módulo 2, *Competência e atuação do Poder Legislativo*, tem como principal objetivo apresentar noções sobre o Poder Legislativo, focando na compreensão dos procedimentos envolvidos no processo legislativo e na dimensão do vereador enquanto servidor. Além de apresentar funções, prerrogativas, composição e papel da Câmara Legislativa Municipal, o módulo apresenta atos legais administrativos identificando normas constitucionais pertinentes ao processo legislativo, de forma que o gestor tenha conhecimento de técnicas envolvidas na administração pública por parte deste Poder. O material explica a função do controle exercida pelo Poder Legislativo em atuação conjunta com o Tribunal de Contas da União, do Tribunal Estadual e dos Tribunais Municipais. Neste material é possível encontrar uma seção sobre marketing de gestão, cujo objetivo principal é apresentar a ideia de que o mandato é um instrumento de qualificação da vida em comunidade, de forma com que a construção do legado e a busca pela felicidade daquela comunidade sejam os principais objetivos do mandatário. Vale ressaltar a introdução da noção de felicidade como objetivo último do trabalho de um vereador. A principal mensagem deste módulo é a manifestação do exercício do mandato voltado para o eleitor e não para o eleito, de forma que este garanta aspectos e condições básicas para a população.

O último módulo, *Competências e atuação do Poder Executivo*, tem como objetivo a instrução sobre administração de bens públicos e orientações para captação de recursos por

parte do Poder Executivo. Além de retomar aspectos gerais da Administração Pública, o material tem como foco a explicação sobre temas como licitações, contratos e convênios, de forma a explicar os princípios e diretrizes das normas gerais de licitação e contratos administrativos. Vale ressaltar a presença de uma seção inteira, com volume aproximado de 35 páginas, explicação das orientações para captação de recursos e prestação de contas, apresentando cada etapa que o gestor deve fazer para tal. Esta seção está diretamente relacionada a outro curso proposto pela FUG, *Da captação e a gestão de recursos no SICONV* (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse), curso específico para esta finalidade. O último tema deste módulo marca a noção da gestão, com o principal objetivo da construção de uma gestão interna e de um legado calcado em noções de marketing, apresentando estratégias de comunicação do governo com a sociedade em geral. Vale ressaltar, mais uma vez, a noção de felicidade perpetrada na atuação do mandatário. Nesses últimos dois módulos, a felicidade está atrelada à percepção de atingir patamares de satisfação e realização do bem comum, melhorando condições de sobrevivência da sociedade, de forma que a construção de legados calcados na noção de felicidade tenha relação com o grau de satisfação do sujeito com o gestor e sua gestão. Também nesses últimos dois módulos é evidente a noção do governante enquanto objeto político que alinha demandas da sociedade com o fim último de produzir uma satisfação coletiva.

Seguindo a mesma linha de capacitação de mandatos municipais, o material do VI *seminário nacional de vereadoras e vereadores - construindo um mandato trabalhista transparente e participativo* (FLB-AP/PDT, 2017) tem como principal objetivo capacitação de mandatários na administração municipal de forma que atuem de acordo com os valores elencados pelos ideais partidários. Além de apresentar os valores defendidos pela legenda, este material reforça posicionamentos do partido diante do cenário político. O material tem como principal objetivo a apresentação de atribuições do mandato de um vereador, formando líderes políticos que compreendem o Trabalhismo com uma corrente de pensamento transformadora que pode ser instrumentalizada em seus mandatos. Dessa forma, o curso tem como foco a apresentação do papel do vereador enquanto legislador, fiscalizador e apoiador de projetos na gestão do município, ao mesmo tempo que ele consegue ampliar o espaço do partido, formando uma base sólida para o projeto da legenda. Dentre o conteúdo apresentado neste material, vale ressaltar o tópico sobre a história do partido, a apresentação de quadros partidários históricos e, sobretudo, a estruturação de programas voltados para a educação.

3.2.2.5 Formação ideológica-partidária

Na categoria final, formação ideológica-partidária, estão compreendidos os materiais de formação que apresentam de forma direta os conjuntos de ideias e valores defendidos pelo partido e tendo como função orientar o comportamento político dos atores e/ou na construção de mecanismos de participação intra e extra partidária, além daqueles materiais que exaltam figuras e momentos históricos da legenda. Nesta categoria estão reunidos os materiais de formação cujo conceito norteador seja a doutrinação ideológica e partidária, ou seja, a transmissão de valores importantes para o partido. Estão abarcados nesta categoria final os seguintes materiais: os quatro cadernos *Memórias trabalhistas* (FLB-AP/PDT, 2017;2017;2018 2019), os cadernos *Núcleos de base: a semente do Brasil trabalhista* e *Núcleos de base: nossa força, nossa voz* (FLB-AP/PDT, sd), a cartilha *Mulheres em movimento* (FUG/MDB, 2019), seis edições dos *Cadernos de textos* (FLB-AP, 2005 - 2006), cartilha *Resistir mais uma vez* (FUG/MDB, sd), cartilha *Revolução pela educação: nosso compromisso com a educação pública, integral e de qualidade* (FLB-AP/PDT, sd) e o caderno *Brasil: a volta por cima* (FUG/MDB, sd).

O conjunto de livros publicados pela FLB-AP/PDT, intitulado *Memórias Trabalhistas*, é um projeto cuja principal função gira em torno da apresentação de personagens que se destacaram ao longo dos anos na história do Trabalhismo, elucidando assim os valores defendidos pelos quadros partidários históricos e partilhados pela legenda, apresentando a sua biografia e trajetória dentro do partido e na política brasileira, de maneira geral. As quatro edições publicadas apresentam os ideais e a vida de Neiva Moreira, Luiz Carlos Prestes, Doutel de Andrade e Abdias do Nascimento, de forma a propagar o legado, a memória e as convicções de cada quadro.

Ainda nesta categoria, encontramos materiais que dissertam sobre a elaboração de planos de governo. Os seis cadernos de textos publicados pela FLB-AP/PDT, Projeto Brasil Trabalhista, apresentam contribuições para o programa de governo da frente trabalhista, lançado oficialmente no Encontro Nacional do PDT em Julho de 2004, que tem como fim a propagação de um projeto de governo e de poder perpetrados por valores trabalhistas, a partir de textos publicados que demarcam o posicionamento da legenda frente ao Governo Lula. Neste compilado de textos encontramos escritos que refletem opiniões de autores, assim como documentos oficiais do partido, elaborados por coletivos de instâncias partidárias definindo posições frente às propostas e políticas adotadas pelo Governo Lula. Dentre elas, podemos elencar textos que abordam a questão do trabalhador e a reforma sindical, previdência e da reforma tributária, sobre segurança pública, política de energia, parceria público privado,

geopolítica energética do petróleo, nuclear e elétrica e, principalmente, a educação. O *Projeto Brasil Trabalhista* é uma ligação da teoria com a prática política, alertando para a necessidade de um posicionamento claro da legenda e de ações efetivas que possam possibilitar uma saída aos acontecimentos do Brasil da época. Ainda dentro da proposta de elaboração de projetos de governo, a FLB-AP/PDT também publicou uma cartilha intitulada *Revolução pela educação: nosso compromisso de educação pública, integral e de qualidade*, que aborda casos concretos de ações voltadas para a educação pública em quatro cidades brasileiras (Bombinhas em Santa Catarina, América e Santa Bárbara d'Oeste em São Paulo, Paranaguá no Paraná e Porto Alegre no Rio Grande do Sul). Essa cartilha apresenta modelos de projetos para a educação, de forma que estes exemplos possam se transformar em políticas de Estado em outras localidades.

Seguindo a mesma linha, o material *Brasil: a volta por cima*, da FUG/MDB, é uma contribuição do partido para que os planos de governo do Governo Temer continuem em vigor, publicado em 2018, após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, onde se encontram os documentos “Uma ponte para o futuro”, “Travessia Social”, “Encontro com o Futuro” e “O Caminho para o Futuro”. Neste livreto, é explicitada a situação que o país se encontrava quando o ex-Presidente Michel Temer assumiu o governo, elucidando todas as propostas elaboradas e propagadas pelo mesmo e a defesa da continuação deste projeto político para o Brasil, focando principalmente na questão do enfrentamento da crise econômica, da realização de reformas econômicas e políticas de recuperação fiscal, no investimento em infraestrutura e na propagação de rede de proteção aos mais vulneráveis.

Ainda nesta categoria final, encontramos materiais que ajudam na elaboração de propostas para debates intrapartidários. Um exemplo é a cartilha produzida pela FUG/MDB, chamada *Resistir mais uma vez: uma proposta elaborada pela FUG para debate*, onde se apresentam propostas para a Convenção Nacional do partido e quais os caminhos a serem seguidos pela agremiação diante do novo cenário político. Publicado em setembro de 2019, a cartilha apresenta três pontos centrais para a conferência: a questão do desemprego e da desigualdade social, o compromisso do partido com a democracia e o Estado Democrático de Direito e o combate à corrupção. Além de apresentar a situação em que o país se encontrava nos últimos anos, delimitando um posicionamento crítico ao Governo do PT, esse documento tem como principal pressuposto apresentar propostas a serem debatidas na convenção nacional e que devam ser anexadas à plataforma partidária nos próximos anos.

Por fim, ainda dentro da categoria final formação ideológica-partidária, encontramos materiais que versam sobre a formação de segmentos e estruturas intrapartidárias. Este material tem como principais objetivos a mobilização e a estruturação orgânica da agremiação, assim

como a formação de espaços e estruturas orgânicas e/ou aparatos que dissertam sobre algum segmento interno do partido e pautas relacionadas a ele. Um exemplo deste material é o *Núcleo de base: nossa força, nossa voz*, da FLB-AP/PDT, que tem como principal objetivo a instrução de como montar um núcleo de base, sendo este um instrumento orgânico que forma condições da organização se transformar em um partido de massas efetivo. O núcleo de base organiza politicamente e desenvolve um trabalho de conscientização política aos filiados e simpatizantes, produzindo um trabalho de agitação e propaganda do segmento e, conseqüentemente, do partido. Apesar de cada núcleo de base apresentar características próprias na área onde estão organizadas, com seus objetivos e com sua militância, o material de organização dessa estrutura partidária é geral e indica como montar os núcleos. Na mesma linha do material, o livreto *Núcleo de base: a semente do Brasil trabalhista*, além de apresentar o mesmo conteúdo do primeiro material, indica também técnicas de coordenação de plenária e reuniões, assim como modelo de regimento de núcleo de base.

Além de materiais de construção de segmentos, também se encontram aqueles voltados para o debate interno desses blocos. É o caso do material *Mulheres em movimento*, uma cartilha produzida pela FUG/MDB sobre a questão da mulher na sociedade brasileira. Este material apresenta um debate sobre discriminação e violência, a mulher no mercado de trabalho e vida política e as desigualdades existentes nestes espaços, passando por questões relacionadas a saúde e educação com recorte de gênero. Esse material se constitui em forma de curso, tendo como principal objetivo estimular a reflexão e promover o diálogo, propondo ações efetivas capazes de promover a igualdade de gênero e a construção de melhores condições econômicas, culturais e espaciais em prol da igualdade de gênero e da redução da desigualdade entre homens e mulheres. Apesar de não apresentar formas de mobilização e organização desses segmentos específicos, o material apresenta debates estruturados para a ação política dentro e fora do partido.

Apesar do caráter exploratório desta seção, diante da análise do conteúdo dos materiais de formação, é possível apresentar algumas inferências sobre os materiais presentes em cada categoria de análise. A primeira delas é a questão da presença de materiais voltados para a legitimação por procedimentos, principalmente aqueles presentes na categoria pragmática-eleitoral. O sucesso eleitoral é uma das maiores preocupações das legendas, de forma que isso reflete na composição de materiais voltadas para a lógica eleitoral. Mais do que a apresentação e instrumentalização de diversas estratégias de marketing eleitoral, é comum a presença de posicionamentos definidos sobre algumas questões em voga no debate político a época, de forma que se espera e que os candidatos compreendam e futuramente, se eleitos, corroborem

com essas diretrizes também. No mais, estes materiais também servem de forma a ser utilizado diversas vezes enquanto um emparelhamento de candidaturas específicas, ao apontar para os feitos individuais de determinados candidatos.

A segunda inferência está calcada na presença de materiais que produzem legitimação através de canais de comunicação, sendo esta questão presente em maior ou menor grau em todos os materiais de formação. A comunicação direta e o uso das redes sociais são unidades presentes em todas as esferas da formação política, desde o desenvolvimento de habilidades de comunicação individuais, passando pelo uso das redes em mandatos e nas campanhas. Ainda no plano político, o material de formação pode elucidar planos e projetos para o futuro, tanto para um candidato/mandatário quanto para um cidadão. Para o candidato/mandatário, o material pode ajudar a coordenar seus interesses de forma a obter sucesso político. Para o cidadão, o material de formação pode ajudar a explicar aos sujeitos a importância da ação política direta e no controle social, principalmente ao exaltar a democracia participativa.

Como elucidado anteriormente, existe uma permeabilidade de questões programáticas e ideológicas em todos os materiais produzidos pelas fundações. Mas isso não significa que a formação política seja instrumento de doutrinação programática. A presença de um grande volume de material direcionado para a atuação extrapartidária, voltada para sociedade civil, seja para promover uma participação cidadã efetiva nas esferas políticas, ou na mediação ou construção de mandatos, faz com que a formação política produzida pelas fundações partidárias atue na educação política, no exercício e propagação de valores democráticos. No fim, é evidente que a composição e organização dos materiais de formação política estão estritamente vinculadas às estratégias partidárias às quais as fundações estão vinculadas. A partir da inferência dos materiais de formação agregados por partido, notamos que grande parte do material da FLB-AP/PDT está voltada para a formação de sujeitos que tenham a diligência de compreender a agremiação enquanto um partido de massas, de forma que seus materiais estão permeabilizados por questões de estruturação, organização e expansão da legenda no campo político, com atores fortemente atrelados aos ideais Trabalhistas. Já o material produzido pela FUG/MDB está voltada para a lógica da propagação dos valores e pressupostos do Estado Democrático de Direito, com tendências centristas, voltados majoritariamente para a formação de sujeitos interessados em questões de melhoria social e de atuação em diversas esferas políticas, agindo como uma força política de transformação social.

Considerações finais

A presente dissertação buscou contribuir com o preenchimento de lacunas no campo de estudos dos partidos políticos no Brasil, qual seja, de compreender a estrutura organizativa das fundações partidárias e o processo de formação política produzida por estas organizações. As fundações partidárias são atores fundamentais na promoção de valores democráticos e tem por objetivo o cumprimento do trabalho educacional democrático e sócio-político para com o Estado e seus cidadãos. São organizações de direito privado, sem fins lucrativos, que são parte integrante da cultura política do país, de forma a edificar a propagação da pluralidade e de valores democráticos. Sua especialidade reside no trabalho de formação política que não são neutros em valores e ideologias, mas que representam o pluralismo político no país. Em seu trabalho de formação, as fundações partidárias transmitem as diferentes correntes políticas, orientadas pela e para a política partidária, ao mesmo tempo em que atuam na participação e formação de ideias para a instrução dos cidadãos. Desta forma, este trabalho enfatiza a importância amplamente subestimada dos partidos e suas respectivas fundações para a articulação e integração de diferentes visões e interesses políticos para a sociedade de forma aberta e gratuita.

Estão previstas na estrutura legal dos partidos, no Brasil, desde a primeira Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1965 (LOPP n. 4740/65), que regia o funcionamento das agremiações brasileiras, a determinação como função permanente das legendas da provisão de cursos direcionados à difusão doutrinária, política e ideológica, e educação cívica, assim como pela criação de institutos de instrução política com a finalidade de formar e renovar quadros políticos. Também é prescrito e exigido aos partidos a destinação de uma porcentagem do fundo partidário para a manutenção dos mesmos, regulamentado desde a pregressa Lei dos Partidos Políticos de 1971 (LOPP n. 6.339/71), que estabelecia através de seus dispositivos legais, no mínimo vinte por cento do Fundo Partidário, a serem utilizados na manutenção e nas atividades das fundações partidárias. Cardim (2003) aponta que a redação de novos dispositivos do arcabouço jurídico que regulamentam as atividades dos partidos políticos e, consequentemente, das fundações partidárias a eles vinculados, ilustra as diversas etapas que estas organizações passaram ao longo dos anos, sendo, nas palavras do autor, marcadas pela descontinuidade e pela incerteza de seus recursos e programas. Diante dos achados nesta dissertação, podemos concluir que a hipótese elencada por Cardim (2003) é imprecisa, principalmente porque a evolução e a presença de determinações específicas para o funcionamento das fundações dentro

dos aparatos jurídicos brasileiros marcam a sobrevivência destas instituições e seus respectivos programas de formação política, de forma que ocorre a consolidação de um modelo específico de estruturação das fundações partidárias. De fato, existem modelos de programas de formação distintos, como os apresentados no terceiro capítulo deste trabalho. Contudo, não é a evolução jurídica que influencia esta dimensão e sim as transformações internas que ocorrem dentro das legendas.

O estudo aqui apresentado sobre a formação política produzida pelas fundações partidárias brasileiras visou contribuir para a arena de estudos a partir de dois aspectos. Primeiro, tomando as fundações partidárias como variável dependente, examino como a estrutura organizativa destas instituições são condicionadas pela sua história evolutiva. Depois, tomando as fundações partidárias como variável independente, analiso como o arranjo institucional dessas organizações influencia o modelo de formação política, a prática e as estratégias desses atores políticos. Permeando estes dois tópicos, porém, ressalto uma terceira dimensão que tem sido negligenciada nos estudos sobre partidos políticos: o desempenho prático da formação política, a partir da análise do material produzido para este fim pelas fundações. Desta forma, esta dissertação tem como objetivo apresentar análises qualitativas a fim de evidenciar as estratégias adotadas na produção da formação política pelos partidos através das suas fundações partidárias.

As principais contribuições desta pesquisa podem ser apresentadas em três eixos específicos. O primeiro deles se dá na apresentação de uma definição do conceito de formação política, tal qual apresentado no primeiro capítulo desta dissertação. A formação política produzida pelas fundações partidárias pode ser definida como programas de curto, médio ou longa duração, com objetivo de qualificar quadros partidários, filiados e eleitores, guiados por valores ideológicos e diretrizes partidárias, de modo que combine ações doutrinárias, instrumentais, técnicas e programáticas que suceda numa melhora da representação político-partidária. A segunda contribuição está calcada na apresentação da estrutura organizativa das fundações, tal qual presente no segundo capítulo deste trabalho. As fundações partidárias compartilham padrões de organização e estrutura. Logo, apresentam o mesmo esquema institucional: um conselho curador que elege tanto o conselho fiscal quanto o executivo, onde este é responsável pela execução das linhas estratégicas traçadas e é estruturado a partir de presidência, vice-presidência e diretorias. A presidência é um cargo institucional de representação legal e executiva, sendo esta compartilhada também com a figura dos diretores.

Na maior parte dos casos, estes conselhos são constituídos por quadros partidários que anteriormente gozavam de responsabilidades orgânicas e governamentais, exercendo cargos eletivos ou de confiança em órgãos do governo. No que tange a relação da fundação com o partido, há uma subordinação e dependência política, visto que a Comissão Executiva do partido é o órgão responsável pela indicação dos membros do conselho curador, sendo estes membros, em sua maioria, parte da cúpula administrativa do partido. Por fim, a terceira contribuição está calcada na ideia de que a estruturação dos programas de formação política e os materiais produzidos pelos mesmos estão diretamente relacionadas às estratégias eleitorais e partidárias adotadas pela legenda, sendo a formação instrumentos de educação política e formação de quadros desde os anos 1970. No que diz respeito aos materiais utilizados neste modelo de programas de formação política, vale ressaltar que de forma geral, eles apresentam compromissos políticos com as premissas estabelecidas pela legenda partidária, sendo elas impactada diretamente pelos programas e ideologias sustentadas pelos partidos, as lutas que envolvem o dia-a-dia e compromissos da arena eleitoral, podendo ser divididos em cinco categorias: formação para aperfeiçoamento individual, formação para participação política, formação pragmática-eleitoral, formação técnica-instrumental e formação ideológica-partidária. Desta forma, podemos concluir que a formação política é voltada para três objetivos essenciais: para ganhar ou aumentar o poder discursivo e influência de um grupo partidário, de forma a legitimar esse grupo; ou para formação de elites e/ou grupos intrapartidários; ou para a formação de quadros partidários mais competitivos e competentes; ou para a formação de cidadãos com atuação política ativa e efetiva. E, por fim, assim como o modelo alemão de fundação partidária, a formação política reforça alianças e constrói uma rede de participação e de promoção de educação e formação política e social, no Brasil, estas dimensões também são evidenciadas.

O trabalho de formação política das fundações políticas profissionaliza o engajamento social e político dos cidadãos e promove a atividade dos envolvidos no Estado e na sociedade. É por isso que um financiamento institucional sólido e previsível é muito importante para a propagação trabalho de formação metodologicamente diverso. Apesar das fundações políticas cumprem os requisitos da prestação de contas, a transparência destes dados ainda aparece como um problema. Ainda que existam mecanismos de controle sobre os montantes empregados nas atividades produzidas pelas fundações partidárias, estes dados não são publicizados nem por estes organismos, nem pelas esferas de controle. É importante o controle produzido por agências governamentais mas, sobretudo, é necessária uma maior transparência e divulgação

destes dados. Grande parte das críticas voltadas para a manutenção destas organizações está calcada na verba pública destinada a estas fundações. A divulgação de informações são uma importante base de confiança do público as atividades produzidas pelas fundações, assim como tornar seus fundos transparentes.

Por fim, a formação produzida pelas fundações partidárias exige uma didática e metodologia do processo político profissional, calcadas na flexibilidade e na adaptabilidade. A variedade de formatos e a crescente integração do uso da internet nos programas de formação são exemplos da ampliação do público-alvo e projeção do aumento da capilaridade dos cursos pelo país. As fundações alcançam milhares de pessoas e oferecem diversos cursos e promoção de debates. Isso demonstra a responsabilidade social e o esforço destas organizações de não serem um fim em si ou para o partido, voltada para fora da dimensão eleitoral, focando principalmente em aparatos de controle social. Desta forma, a formação política produzida pelas fundações partidárias deve ser calcada numa combinação equilibrada da presença de questões partidárias, ideológicas e pragmáticas, de forma a estabelecer diferentes elementos didáticos-metódicos que garantam a propagação da pluralidade política, dos valores democráticos e da cidadania. No mais, a principal conclusão desta pesquisa jaz na percepção que tanto a organização e estruturação das fundações quanto a produção de modelos específicos de programas de formação política e seus materiais estão estritamente vinculados às estratégias partidárias, de forma que esta deva ser a principal linha de investigação a se seguir na arena de estudos sobre fundações partidárias e formação política.

Anexos

Roteiro das entrevistas

Título da Pesquisa: *Entre a obrigatoriedade e a execução: o funcionamento das Fundações Partidárias no Brasil*

Data da entrevista:

Nome da entrevistadora:

Nome do (a) entrevistado (a):

Qual sua função dentro da Fundação? Fala um pouco sobre sua carreira dentro do partido e como você chegou neste cargo.

Como a Fundação se estrutura? Como ela funciona? Como é a composição da Executiva?

Quantas diretorias, coordenações, entre outros aspectos?

Como funciona o processo de formação política? Como se dá a difusão ideológica e doutrinária do partido?

Na sua opinião, o que representa a resolução no. 23.546/2017, que vincula, no mínimo, 20% do Fundo Partidário à manutenção da Fundação?

Como se dá a distribuição desses recursos? Quais são as atividades mais recorrentes?

Você poderia contar um pouco da história da Fundação? Quando ela surgiu, como foi o processo histórico e evolutivo dela?

Bibliografia

ACUÑA, Carlos H. Análisis comparativo de cuatro estudios de caso sobre institutos de investigación de políticas (o think tanks) en México, Brasil, Ecuador y Uruguay. **Acercando la investigación a las políticas públicas en América Latina**, p. 13, 2009.

ALENCAR, C. C., COSTA, C. B. P., SILVA, H. C. P., NÓBREGA, N. C. F., ANDRADE, R. D. G. A. Projeto Politiquê?: relato de experiências de educação política para jovens. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 01, 2016.

ALMEIDA, Rodrigo Estramanzo. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 01, 2016.

AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. In: **Revista Debates**, v.7, n.2, p.11-32. Porto Alegre, maio-ago 2013.

BAIER, G. BAKVIS, H. “Think tanks and political parties: competitors or collaborators?” In: ISUMA, **Canadian Journal of Policy Research**, Vol. 2 (2001), núm. 1

BARDIN, L. L’Analyse de contenu. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. SP: Edições 70, 2011

BECHARA e RODRIGUES. **Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário**. In: JUSTIÇA DO DIREITO , v. 29, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2015

BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. **Lua Nova**, n. 38, p. 223- 237, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 4.740**, de 15 de julho de 1965. Brasília, DF, jul 1965. Institui a Lei Orgânica dos Partidos (LOPP).

BRASIL. **Lei nº 5.682**, de 21 de julho de 1971. Brasília, DF, jul 1971. Institui a Lei Orgânica dos Partidos (LOPP), revogando a anterior.

BRASIL. **Lei nº 6.339**, de 01 de julho de 1976. Brasília, DF, jul 1976. Dá nova redação ao artigo 250 da Lei nº 4.737/65, alterado pelo artigo 50 da Lei nº 4.961/66 e ao artigo 118 da Lei nº 5.682/71.

BRASIL. **Lei nº 6.767**, de 20 de dezembro de 1979. Brasília, DF, dez 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152

da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.096**, de 19 de setembro de 1995. Brasília, DF, set 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal promulgada em 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Brasília, DF, jan 2002. Institui o Código Civil.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Resolução nº 22.121/DF, de 1º de dezembro de 2005. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Dispõe sobre as regras de adequação de institutos ou fundações de pesquisa e de doutrinação e educação política de partidos políticos às normas estabelecidas no Código Civil de 2002.

CARDIM, Carlos Henrique. Cultura política e fundações partidárias no Brasil. In: **Brasil-Argentina: a visão do outro: soberania e cultura política**. Org.: Cardim e Hirst. Brasília: Ministério da Relações Exteriores. IPRI/FUNAG. p. 361-370. Brasília, 2003.

CARLOMAGNO, Márcio C.; DA ROCHA, Leonardo Caetano. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016.

DANTAS, Humberto. Apresentação: O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XI, vol 03, 2010

DANTAS, Humberto. **Educação política: sugestões de ação a partir da nossa atuação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 133 p. 2017.

DANTAS, Humberto; FERNANDES, Ivan Filipe de A. Lopes. Fundações partidárias no Brasil e no mundo: funções legais, ações formativas e análise em perspectiva comparada. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 8, 2012, Gramado. Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro: ABCP, 2013.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 2ª edição. 1980.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FORLINI, D. B. **Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia**. Dissertação (Mestrado em Educação

Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2015

FREIDENBERG, Flavia; LEVITSKY, Steven. **Organización informal de los partidos en América Latina. Desarrollo económico**, p. 539-568, 2007.

FUKS, M., CASALECCHI, G.A. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 01, 2016

GARCÉ, Adolfo. Panorama de la relación entre think tanks y partidos políticos en América Latina. Estudio marco. In: **Dime a quién escuchas... think tanks y partidos políticos en América Latina**. Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral (IDEA Internacional). Peru, 2009.

GARCÉ, Adolfo. UÑA, Geraldo. (coord.) **Think tanks y políticas públicas en Latinoamérica**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GARCÉ, Adolfo e UÑA, Geraldo. **Think Tanks and Public Policies in Latin America**, Fundación Siena and CIPPEC, Buenos Aires, Argentina, 2010.

GELLNER, W. “Think Tanks in Germany”. In: STONE, D.; DENHAM, A.; GARNETT, M. (ed.) **Think Tanks across nations**. Manchester: Manchester University Press, 1998.

GRINBERG, Luciana. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUIMARÃES, Andre Rehbein Sathler; RODRIGUES, Malena Rehbein; BRAGA, Ricardo de João. a Oligarquia desvendada: Organização e estrutura dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados**, v. 62, n. 2, 2019.

GUNTHER, Richard.; DIAMOND, Larry. Espécies de partidos políticos: uma nova tipologia. In: **Paraná Eleitoral**: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, v. 4 n. 1 p. 7-51, 2015.

HENRIQUE, Ana Lúcia. A função educadora dos partidos políticos no Brasil: mais do que uma agenda de pesquisa, uma responsabilidade social. In: **Legislativo pós 1988**: reflexões e perspectivas. Câmara dos Deputados. Brasília, 2015.

JANIS, I. L. 1982 [1949]. O problema da validação da análise de conteúdo. In: LASSWELL, H; KAPLAN, A. **A linguagem da política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

JARDIM, Luiza Brunetti Silva. O que se entende por educação política no Brasil? In: **Rev. Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 33-45, jul./dez. 2018.

KAS. **Principles applying to the Financial of Political Foundations**, Janeiro 2005.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter (Ed.). **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. Sage, 1992

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979**. 1988

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.

LENIN, Vladimir I. Lessons of the Moscow Uprising. **Collected Works**, v. 11, p. 171-78, 1900.

LENIN, Vladimir I. **The Reorganization of the Party**. 1905.

LENIN, Vladimir I. Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas**, v. 1, 1982.

LENIN, Vladimir I. **O que fazer?** Boitempo, 2020.

MAINWARING, Scott P. **Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

MAIR, S. Germany's Stiftungen and Democracy Assistance: Comparative Advantages, New Challenges. In P. BURNELL (ed.) **Democracy Assistance: International Co-operation for Democratization**. London: Frank Cass Publishers, p. 128-149. Londres, 2000.

MARTINS, Adriane Figuerola. Modelo organizacional de partidos políticos na internet: Um estudo sobre o Partido dos Trabalhadores. **IV Encontro da Compolítica**, 2011.

McGANN, J. **Think Tanks and Policy Advice in the US**. Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 2005, p. 6. 32

McGANN, J.; WEAVER, R.K. **Think Tanks & Civil Societies: Catalysts for ideas and action**. New Brunswick: Transaction, 2000.

MENDIZABAL, Enrique; SAMPLE, Kristen (ed.). **Dime a quién escuchas... think tanks y partidos políticos en América Latina**. Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral (IDEA Internacional). Peru, 2009.

MEZZAROBA, Orides. O partido político: concepção tradicional e orgânica. **Revista de**, 1994.

MICHELIS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Editora Universidade de Brasília, 1982.

NASCIMENTO, A. S., DA SILVA, B. S., SEINO, E. Educação para a cidadania: o projeto Parlamento Jovem em Araraquara – SP. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 01, 2016

NOLL, Maria Izabel. Partidos e eleições no Rio Grande do Sul. **Brasil: transição, eleições e opinião pública**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

OLIVEIRA JÚNIOR, Salatiel. **Transparência ativa na web**: uma análise dos diretórios nacionais dos partidos políticos brasileiros e suas fundações. Monografia de conclusão de curso, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

PANEBIANCO, Angelo; **Modelos de Partido**. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo, 2005.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política brasileira - entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEDROTTI, Paula Maciel. **A cooperação internacional na Terceira Onda de Democratização: o hibridismo da Fundação Konrad Adenauer e a experiência brasileira**. Dissertação de mestrado apresentada para a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas - FGV- SP. São Paulo, 2005.

PEDROTTI. Paula Maciel. **A atuação dos atores internacionais na Terceira Onda de Democratização: as Fundações Políticas alemãs**. Carta Internacional. Novembro. Vol. 1, No. 3. 2006.

PINTO DUSCHINSKY, Michael. Foreign political aid: the German political foundations and their US counterparts. In: **International Affairs Annual index**, vol. 67, 1991.

PONSA, Francesc. **Evolució històrica i models de think tanks a Catalunya. El cas de les fundacions dels partits polítics**. Tesei doctoral. Barcelona, 2014.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. El papel de las fundaciones de los partidos políticos en el desarrollo de la democracia brasileña. Libel - **The international Federation of Liberal Youth Organization Magazine**. p. 1-6, 27, abr. 2009

PREUSSER, Fernando. Fundações Partidárias e think tanks no Brasil: uma proposta de análise. In: **VI Congresso Nacional de Sociologia & Política**. Curitiba, 2015.

REIS, Eliana Tavares. **Juventude, intelectualidade e política: espaços e atuação e repertórios de mobilização no MDB dos anos 70**. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado PPGCP, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. O Espaço das Fundações Partidárias no Brasil: Institucionalização de partidos, carreiras políticas e perfis intelectuais. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 9, 2014. Brasília, Anais Eletrônicos. Brasília, DF, Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. Fundações partidárias e processos de politização no Brasil: domínio de atuação, amálgamas e ambivalências. In: **Política & Sociedade**. Set./Dez. Vol. 16, Nº 37, 2017.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, p. 225-265, 2013.

SANTISO, Carlos. **Education for democratic governance**: review of learning programmes. Discussion paper 62, MOST: Management of Social Transformations.UNESCO, 2002.

STONE, D. **Capturing the Political Imagination**: Think Tanks and the Policy Process. London: Frank Cass, 1996.

STONE, D.; DENHAM, A.; GARNETT, M. (ed.) **Think Tanks across nations**. Manchester: Manchester University Press, 1998

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. 1987.

VOGEL, Bernhard. **O engajamento internacional das fundações políticas alemãs: o caso da Fundação Konrad Adenauer**, Série Papers, Konrad Adenauer Stiftung, s/n, São Paulo. 1992.

WOLINETZ, Steven B. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. **Political parties**: Old concepts and new challenges, p. 136-165, 2002.

Referências

- CUNHA, Pedro Henrique. [dez. 2020]. Entrevistadora: Priscila Schmitz Duarte. Rio de Janeiro, 2020.
- DA SILVA, Elisiane. Entrevista [abr. 2020]. Entrevistadora: Priscila Schmitz Duarte. Rio de Janeiro, 2020.
- GOMES, Betinho. [nov. 2019]. Entrevistadora: Priscila Schmitz Duarte. Brasília, 2019.
- LIMA, José Carlos. [nov. 2019]. Entrevistadora: Priscila Schmitz Duarte. Brasília, 2019.
- NAVARRO, Alexandre. [nov. 2019]. Entrevistadora: Priscila Schmitz Duarte. Brasília, 2019.
- SIMON, Pedro. [jun. 2020]. Entrevistadora: Priscila Schmitz Duarte. Rio de Janeiro, 2020.
- SOUZA, João Henrique de Almeida. [jul. 2020] Entrevistadora: Priscila Schmitz Duarte. Rio de Janeiro, 2020.
- ZUMPPICHIATTI, Leonardo. [nov. 2019]. Entrevistadora: Priscila Schmitz Duarte. Brasília, 2019.